UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARIE DANIELLE BRÜLHART - DONOSO

Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita

São Paulo
2011

MARIE DANIELLE BRÜLHART - DONOSO

Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita

(Versão original)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Nelson da Silva Junior.

São Paulo

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Brülhart-Donoso, Marie Danielle.

Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita / Marie Danielle Brülhart Donoso; orientador Nelson da Silva Junior. -- São Paulo, 2011.

99f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Perversidade 2. Sadismo 3. Crueldade 4. Pulsão de morte 5. Psicologia Social 6. Psicanálise I. Título.

RC504

Nome: BRÜLHART - DONOSO, Marie Danielle

Título: Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho

Aos meus filhos:

Anaïs & Patrick:

*... May the wind be always at your back
to take you to the shaky and fascinating pursuit of knowledge*

Nicolas:

*Que la curiosidad, tan natural en vos, te siga acompañando, llevándote siempre
y cada vez más
a urgar*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson da Silva Junior, por permitir que tudo isso fosse possível. Obrigada por ter acreditado em mim, Nelson. Meu agradecimento, igualmente, pelo rigor, pela generosidade e pelo seu cuidadoso comedimento, ingredientes esses que permitiram que eu crescesse em mais de um sentido. Minha gratidão, igualmente, aos grupos de orientação e de pesquisa, cujos integrantes foram fonte de rico aprendizado.

Ao Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho, mestre querido, por tantos ensinamentos. Zeca, professor *passioné et passionant*, suas aulas, tão criativas quanto enriquecedoras, fizeram com que a Psicologia Social adquirisse uma outra dimensão para mim. Encerrar esta etapa com você presente em minha banca é uma honra. Obrigada pela generosidade acadêmica e pessoal.

Ao Prof. Dr. Flávio Carvalho Ferraz, cujo trabalho sobre a perversão foi de importância fundamental para este estudo. Um sincero agradecimento por aceitar o convite para participar da minha banca de mestrado.

A todos os funcionários do Instituto de Psicologia, principalmente o pessoal do PST, Cecília e Nalva, por terem sido sempre gentis, pacientes e eficientes.

Ao CNPq, pelo financiamento que tornou possível este estudo.

À Marlene Guirado, cuja presença constante e inestimável se reveste de vários tons. Minha profunda gratidão por dividir discursos acadêmicos e clínicos dentro de muito rigor e seriedade; e por compartilhar tantos discursos pessoais regados a riso e descontração.

À Kaju, mon chéri, toutes les lignes sur la *Shoa* ont été écrites avec toi dans ma pensée et dans mon cœur. Merci de partager ces moments si impensables. À Ina, qui m'a ouvert des portes si importantes comme de celle de la Pologne en guerre et, surtout, celles de la persévérance et de l'optimisme.

À Véronique, si tu savais tous les doutes que tu as effacés! Toujours avec gentillesse, patience et profondeur. À la prochaine étape et à bientôt!

A María Cristina Perdomo, por hacerme ver que tenía pasta para enfrentar mis temblores. Duro trabajo. Gracias por cada momento.

Ao Domenico, pela riqueza das nossas conversas sobrevoando os temas do Homem, da cultura, da História, dos pensadores... momentos de grande prazer.

Aos meus amigos psicanalistas, psicólogos e outros colegas da área da saúde, que me apoiaram acadêmica e pessoalmente com conversas, ideias, sugestões, revisões, ouvidos e ombros atentos: Alhê, Ana-Tânia, Oudou, Maíra, Erick, Pedro, Christiane, Maria Helena, Monica, Zilda, Dica, Shoichi. A contribuição de cada um de vocês, tão singular em sua forma, não somente enriqueceu minha pesquisa como me deu mais alento e vigor para perseverar.

Aos meus amigos que não fazem parte desse circuito, mas cuja presença é igualmente imprescindível. A vocês, que apagaram meus incêndios, me escutaram, choraram comigo, me acolheram, dando esperança, superação e força nesse momento de tanta dificuldade pessoal: Denise, Anny e koritsaki mous, Flor, Chuchi, Alhê, Jacqui, Raymond, a turma antropop, um carinhoso obrigada. A Camila e Germán, por trazerem tantos momentos de alegria à minha família e a mim.

Ao meu pai (*in memoriam*), un éternel merci pour m'avoir montré la richesse des autres pays et de m'avoir appris que la différence des cultures est un fait à être, si non admiré, respecté. A mi madre, gracias Vieja, por tanta dulzura, alegría y generosidad.

Ao meu marido, Santiago, incondicional aliado, incansável fonte de renovação e gratidão – jgkx.

REFLETIDA BARBÁRIE

aberta a ferida
no corpo do homem,
terrestre, grita quieta pelos poros
a mensagem húmus, decomposta:

o homem-esterco

alimenta

o homem-semente

serve a quem a chacina antropofágica?

implode a humanidade
novo dilúvio, outras águas
vida, remata em morte, alimento da vida

o sacrifício de tantos
exige: *felicidade*
dos que restam: *respeito*

não foi em vão
só assim não foi em vão

domenico a. coiro

GUERNICA*

Pablo Picasso (1881-1973)

Durante a Segunda Guerra Mundial, morando na Paris ocupada pelos alemães, Picasso sofreu uma série de assédios da Gestapo. Quando um oficial nazista deparou-se ao entrar em seu apartamento, com as fotos sobre a mesa do já famoso quadro, perguntou:

- “C’est vous qui avez fait ça?”
- “Non, c’est vous.”

A tradução empobrece o jogo de palavras, porque em francês “vous” pode ser empregado como “o senhor” e como “vocês”.

"Foi o senhor que fez isso?", perguntou a Picasso.

“Não, foram vocês”, ele respondeu.

· No dia 26 de abril de 1937, a pequena cidade basca de Guernica foi bombardeada durante 2h30 horas por aviões alemães e italianos. Este massacre foi planejado por Hitler, aliado de Franco durante a Guerra Civil Espanhola. A cidade foi alvo de experimento e treinamento de novos aviões e aviadores alemães. Os homens da cidade haviam rumado para Bilbao na luta contra os franquistas; por conseguinte, restavam idosos, mulheres e crianças. É a primeira vez na História que uma população urbana é conscientemente massacrada. Fonte: www.herodote.net/histoire/evenement.php?jour=19370426

RESUMO

BRÜLHART - DONOSO, M. D. **Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita**. 2011. 99f. (Dissertação) – Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A cultura ocidental contemporânea trouxe para a história do homem novas modalidades de crime e novos tipos de criminosos. A magnitude da destruição do outro alcançou cifras e situações sem precedentes. Embora Freud pensasse que, em princípio, os homens acertassem seus conflitos por meio da violência, nosso estudo foca um tipo específico de sofrimento infligido ao outro: aquela destruição da alteridade que traz consigo aspectos da ordem do excesso, onde não se encontra explicação para tal ação, denominada coloquialmente de “maldade gratuita”. Ao longo do trabalho tornou-se cada vez mais evidente que esse fenômeno não poderia nem ser examinado somente à luz da Psicanálise, nem ser desarticulado de seu contexto social, histórico e político. Abrimos, assim, o diálogo com a Filosofia e a História. Levantamos a hipótese de que o papel destrutivo do(s) algoz(es) pode ser vivido de duas formas diferentes: 1) a que pensa um malfeitor implicado em um cenário propiciador de prazer; 2) a que fala de um opressor que atua com total indiferença. Deixando de lado a violência do plano da cena sexual, focamos nosso estudo em circunstâncias não sexuais, *strictu sensu*. No campo da Filosofia, a contribuição de Hannah Arendt sobre a questão da banalidade do mal e sua retomada do conceito kantiano de mal radical pareceu-nos importante. Isso nos permitiu questionar a possibilidade da existência do mal fora da psicopatologia, como proposto pelos autores que acompanharam Arendt nesse capítulo. Chegamos à conclusão de que não existe maldade de fato gratuita porque para o opressor há sempre um sentido prévio que o leva a passar ao ato. Do ponto de vista da Psicanálise, no entanto, não há lugar para que pessoas banais – no sentido arendtiano do termo – transformem-se em criminosos. Falamos assim da perversidade e do fenômeno da massa para pensar que tipo de moral está por trás dos massacres, tais como o Holocausto, Ruanda e Balkans, entre outros.

Palavras-chave: Perversidade. Sadismo. Crueldade. Pulsão de morte. Psicologia social. Psicanálise.

ABSTRACT

BRÜLHART - DONOSO, M. D. **Psychoanalytic study about the functioning of gratuitous evil**. 99f. (Dissertação) – Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The contemporary occidental culture brought to man's history new modalities of crimes and new types of criminals. The magnitude of destruction of the other reached unprecedented numbers and situations. Though Freud thought that, in principle, men settle their conflicts through violence, our study focus on a specific type of suffering inflicted to the other: that destruction of otherness that brings with it aspects of the order of the excess, where no explanation is found for such action, denominated colloquially "gratuitous evil". Throughout the work it became more and more evident that this phenomenon could not be examined only in the light of Psychoanalysis, nor be disarticulated from its social, historical and political context. We opened thus the dialog with Philosophy and History. We raised the hypothesis that the destructive role of the executioner(s) can be lived in two different ways: 1) the one that sees the oppressor implicated in a scenario that generates pleasure; 2) the one that tells about a murderer who acts with total indifference. Leaving aside the violence of the sexual scene *strictu sensu*, we focused our study on non-sexual circumstances. In the field of Philosophy, the contribution of Hannah Arendt on the subject of the banality of evil and its return to the Kantian concept of radical evil seemed important to us. This allowed us to question the possibility of existence of evil outside psychopathology, as suggested by the authors who followed Arendt in this chapter. We came to the conclusion that there is no evil in fact gratuitous because for the oppressor there is always a previous sense that leads him/(her) to action. In the Psychoanalysis' point of view, nevertheless, there is no place for banal people— in the Arendtian sense of the word – to transform themselves into criminals. We then speak of perversity and the mass phenomenon to think about what type of moral is behind of the massacres, such as the Holocaust, Rwanda and the Balkans, among others.

Key words: Perversity. Sadism. Cruelty. Death drive. Social psychology. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Guerra e destruição.....	13
1.2. Freud e a guerra.....	17
1.3. Relatos históricos.....	22
 2. METAPSICOLOGIA FREUDIANA: TERMOS PERTINENTES AO TEMA.....	 28
2.1. Pulsões e dualismo pulsional.....	28
2.1.1. Pulsão.....	28
2.1.2. Objeto.....	29
2.1.3. Primeira teoria pulsional.....	31
2.1.3.1. Dualidade inicial.....	31
2.1.3.2. Pulsões parciais.....	32
2.1.3.2.1. Pulsão de apoderamento e pulsão de crueldade.....	32
2.1.4. Narcisismo.....	34
2.1.5. Segunda teoria pulsional.....	35
2.1.5.1. Fusão-desfusão pulsional.....	36
2.2. O mal na psicanálise.....	37
2.2.1. Perversão.....	37
2.2.2. Sadismo.....	39
2.2.3. Crueldade.....	42
2.3. Fenômeno individual e fenômeno coletivo.....	43
2.4. Superego.....	46
2.4.1. Superego individual.....	46
2.4.2. Superego cultural.....	49
 3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORES POSTERIORES A FREUD.....	 51
3.1. Função desobjetalizante.....	51
3.2. Crueldade.....	53
3.3. Perversão-sadismo.....	57
3.4. Perversões morais – perversidade.....	60

4. O MAL FORA DA PSICOPATOLOGIA?	68
4.1. O mal e a filosofia	68
4.1.1. Kant e o mal radical	68
4.2. Hannah Arendt	69
4.2.1. Mal radical	70
4.2.2. Mal banal	73
4.3. O mal banal fora da filosofia	75
4.4. Depoimentos	79
5. CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	96

*O grande dilúvio da barbárie está à nossa porta.
Um século de barbárie sem precedente começa e
a ciência está ao seu serviço.*

Nietzsche

INTRODUÇÃO

1.1. Guerra e destruição

A cultura ocidental contemporânea assistiu ao paroxismo da maldade humana quando o próprio homem, de maneira inédita, arquitetou minuciosamente e executou um meticuloso planejamento de dimensões industriais, cujo objetivo final era eliminar outros seres humanos, construir uma fábrica de cadáveres humanos. Assim, incontestavelmente, o Holocausto perpetuar-se-á como o modelo pré-meditado de extermínio humano. Pode-se afirmar que, nesse âmbito, nada será como antes.

Embora seja irrefutável atribuir à “Solução Final” um caráter de excepcionalidade absoluta, não podemos negligenciar os outros massacres sistemáticos. Um dos primeiros e maiores aniquilamentos humanos do qual temos registro deu-se em terras ameríndias, quando da chegada dos europeus ao novo mundo.¹ Tristemente, “atrocidade” ou “chacina” são termos que vão ao encontro de uma antiga e perturbadora realidade: basta ser humano para alcançar esta capacidade de destruição. No entanto, essa capacidade destrutiva não explica por si só toda essa mortandade. Em seu livro *A conquista da América*, Tzvetan Todorov coloca que o extermínio dos índios revelava “não uma natureza primitiva, o animal adormecido em cada um de nós, mas um ser moderno, aliás, cheio de futuro, que não conserva moral alguma e mata porque e quando isso lhe dá prazer. A barbárie dos espanhóis não tem nada de atávico ou de animal; é bem humana e anuncia a chegada dos tempos modernos” (TODOROV, 1999, p. 173). Moral ou não, prazer ou não, eis alguns dos pontos de destaque deste trabalho. Os requintes de bestialidade mais atrozes acompanham o homem ao longo de toda sua história e a aculturação, o progresso e a ciência não proporcionaram a hegemonia da civilidade nem garantiram o primado da razão.

¹ Dos 80 milhões de habitantes que habitavam as Américas antes das conquistas, restavam 10 milhões em meados do séc. XVI, ou seja, um destruição aproximada da ordem de 90% (considerando mortes por assassinatos, maus-tratos e choque microbiano) (Todorov, 1999).

Em decorrência da derrota da razão iluminista, o século XX torna-se palco do maior número de extermínios, inseridos em conflitos bélicos mais abrangentes – como o genocídio armênio na Primeira Guerra Mundial e o Holocausto, na Segunda – ou não, como o genocídio em Ruanda ou os massacres na guerra dos Balkans, por exemplo. *Genocídio e crime contra a humanidade* passaram a ser enunciados como categorias de pensamento político e jurídico.

Embora não vivencie um conflito racial, religioso ou tribal como os que mencionamos acima, o Brasil participa sistematicamente das estatísticas da violência, com chacinas e assassinatos: de acordo com Joel Birman (2009), nos últimos anos morreram mais pessoas no Rio de Janeiro, na guerra entre gangues do narcotráfico, do que na guerra entre Israel e a Palestina. Concordamos com este autor quando, neste mesmo texto, ele adverte que ainda vivemos em um mundo imerso na questão da guerra, oposição efetiva à ideia de paz.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre uma modalidade específica de destruição do homem por outro homem. Embora Freud pensasse que, em princípio, era com o uso da violência que os homens acertavam seus conflitos de interesse (FREUD, 1933[1932]²), nosso estudo abrange um tipo de sofrimento infligido a outro que não é o da guerra, o da luta ou o do confronto, quando estes possuem um fim pré-determinado a ser atingido; é o da destruição da alteridade, que traz consigo um aspecto da ordem do excesso, que vai além da finalidade primordial do enfrentamento.

Pensar a maldade, tema tantas vezes visitado, estudado e questionado, não somente requer um recorte específico como também exige um certo diálogo com outros campos do saber que tratam do assunto. Por isso, desenharemos uma intercessão com outras disciplinas, como História e Filosofia, tendo como solo e ponto de sustentação deste estudo a Psicanálise.

Embora abordemos inicialmente o tema da violência trazendo textos de Freud que falam da guerra, o ponto de reflexão deste trabalho trata de situações mais específicas, como apresentaremos a seguir. A violência é um fato, tem uma história e aspectos recorrentes. Não se trata de erupções inexplicáveis, mas de cenários sociais que são obra de pessoas pensantes e que se repetem, com começo, meio e fim. Existe um processo próprio aos crimes de massa e aos genocídios e, por isso, é necessário estudar a ação de seus atores e tentar apontar padrões que possam trazer algum esclarecimento sobre esse aspecto da história humana.

Ao longo da pesquisa bibliográfica sobre grandes conflitos bélicos, encontramos relatos e situações que não se enquadram mais na violência empregada para atingir um objetivo pré-determinado. Este estudo mostrará como em várias guerras ocorria (e ainda

² Todas as traduções para o português de obras citadas em outros idiomas são de nossa responsabilidade.

ocorre) esta forma de violência à margem do conflito central; uma forma de destrutividade do outro que deixa de ser um meio empregado para alcançar um objetivo e passa a ser seu próprio fim e na qual o objetivo maior do conflito deixa de ser o eixo norteador para que tais atos aconteçam.

Hannah Arendt relembra as palavras de Winston Churchill ao inteirar-se dos campos da morte, “crimes que nenhuma noção de necessidade militar poderia justificar, crimes que, na realidade, nada tinham a ver com a guerra”. E logo acrescenta que essa política de assassinatos sistemáticos poderia inclusive ser continuada em tempos de paz (CHURCHILL apud ARENDT, 2002a, p. 447).

Esta aparente ausência ou perda de objetivo, esta aparente falta de função que permeia estas situações de destrutividade marginal geram um estranhamento: posto que não conseguimos encontrar uma justificação racional, estamos no território da “não-compreensão”. Lemos e ouvimos a respeito de situações cuja brutalidade faz-nos questionar nossa humanidade; perplexos, inteiramo-nos de cenários cujo propósito não entendemos, cujo sentido escapa-nos. Referimo-nos genericamente a essas situações como “maldade gratuita”, “crueldade gratuita”, “violência gratuita”. Mas de que tratam exatamente essas expressões? Que termo(s) traduz(em) esse mal? Que crueldade é essa? Esta gratuidade é verdadeira ou por trás das aparências existe algo que está além do que vemos e ouvimos?

Nossa pesquisa bibliográfica concentrou-se inicialmente em um grande número de referências sobre o Holocausto, tema que nos é caro; estas incluíam diversos textos, ora representando o lugar dos carrascos, ora dando voz às vítimas através da ampla literatura de testemunho dos sobreviventes. Posteriormente, optou-se por ampliar a leitura para referências a outros confrontos em uma tentativa de estabelecer parâmetros, padrões ou diferenças não só presentes na *Shoa*, mas também em outros massacres humanos.

Um dos objetivos originais da pesquisa era propiciar uma reflexão sobre o mal visto através da lente predominantemente psicanalítica; no entanto, ao longo do trabalho tornou-se cada vez mais evidente de que esse fenômeno não poderia ser desarticulado de seu contexto social, histórico e político. À medida que o estudo aprofundou-se na ação dos carrascos, dos malfetores e dos opressores tornou-se inevitável ampliar seu escopo para outros componentes presentes nestes cenários macabros. Os relatos que apresentaremos ao longo deste estudo, todos de protagonistas das situações históricas, estão estreita e definitivamente ligados ao seu contexto. Desta forma, não podemos furtar-nos de acrescentar que as diferenças (entre etnias, entre religiões, entre nações, entre classes...) compõem parte crucial dos ingredientes que formam o caldo da maldade.

Paralelamente, à medida que avançamos no nosso estudo pudemos notar que essa aparente gratuidade da ação destruidora podia dar-se em grande escala – como foi o caso dos campos de concentração nazistas – ou em situações com grupos menores de pessoas, chegando até mesmo a situações de um só agente. Estas observações ampliaram o escopo de nosso trabalho para pensar não só os fenômenos de ordem individual, como também os de ordem coletiva.

Por outro lado, deparamo-nos, dentro do amplo espectro de denominações atribuídas à maldade, com fronteiras semânticas por vezes porosas e concepções nem sempre muito claras. Conseqüentemente, outro propósito deste trabalho é tentar encontrar, principalmente dentro da metapsicologia, algum esclarecimento não somente em relação aos termos empregados para qualificar os relatos trazidos para o leitor, mas também construir um campo maior de compreensão desta nomenclatura. “Compreender”, diz Hannah Arendt em seu livro *Anti-semitismo*, “não significa negar o que é revoltante e não consiste em deduzir a partir de precedentes o que é sem precedente [...]. Quer dizer examinar e carregar com toda consciência a carga que os eventos nos impuseram, sem negar sua existência nem aceitar passivamente seu peso, como se tudo que o que aconteceu de fato devia fatalmente acontecer” (2002b, p. 13). Este convite, para olhar a realidade de frente, com atenção, é o que queremos aceitar.

Não temos a intenção – ou melhor, a pretensão – de abarcar todos os aspectos que se inserem na ação da maldade, dada a complexidade do que está em pauta; trata-se de questões demasiadamente amplas e profundas e que seguramente não se esgotam em um estudo breve como este. Estamos cientes que no objeto dessa procura existe uma dimensão intangível e enigmática; abordar fatores humanos tão complexamente urdidos é também compreender que há algo da ordem do irrevelável. No entanto, parece-nos capital levantar essas indagações, se não para uma completa compreensão, pelo menos para uma reflexão sobre essa problemática tão inerente à nossa história.

Assim sendo, encontramos-nos frente a algumas questões: que engrenagem ou engrenagens são postas em movimento nestes gestos destrutivos que nos parecem sem-sentido? Que ingredientes fazem-se necessários para se chegar a uma malignidade que é da ordem do horror? São de origem patológica? Quem são os portadores de tal aptidão à destruição? Em decorrência da amplidão de tais perguntas pareceu-nos mais interessante aprofundar-nos na hipótese, por nós levantada, segundo a qual há duas maneiras distintas de se colocar no lugar do(s) agente(s) da destruição.

Essas modalidades seriam as seguintes: a primeira pensa um malfeitor inserido em um cenário propiciador de prazer; a segunda, ao contrário, fala de um opressor que atua com total

indiferença. Falando conceitualmente, pensamos que se trata de duas relações de objeto vividas de maneiras distintas – sempre levando em conta o ponto de vista do agressor. Por conseguinte, prazer e indiferença serão os fios condutores que darão início a este mergulho dentro da cena maligna. Consideramos relevante apontar que não queríamos que fosse levada em consideração a violência no âmbito da cena sexual; por isso, o foco de nosso estudo será circunstâncias não sexuais, *stricto sensu*.

Nosso caminho acompanhará a metapsicologia freudiana: começará, de forma mais geral, pela questão da violência em Freud para, em seguida, aprofundar-se nos questionamentos levantados acima. Com base nos relatos históricos que parecem traduzir ora prazer, ora indiferença, pareceu-nos pertinente selecionar os conceitos de sadismo e perversão e, posteriormente, trabalhar a questão da perversidade em autores pós-freudianos. No entanto, outro componente chamou nossa atenção, por estar aparentemente presente tanto no sadismo quanto na perversão. Decidimos, assim, acrescentar a noção de crueldade ao escopo de nosso trabalho, para poder compreender e delimitar sua ação. Deste modo, vamos iniciar a exploração de tais atos destruidores abarcando seus elementos psicopatológicos, que, no fundo, podem ser pensados como tranquilizadoras justificativas para crimes tão sem sentido aos nossos olhos.

Embora parecesse-nos mais confortável manter-nos abrigados sob explicações que girassem em torno de algum transtorno psicopatológico por detrás destas ações, decidimos abandonar essa zona de conforto e trazer autores que pensaram o mal através de uma lente, aparentemente, fora da patologia. Começamos pela visão da guerra que o pai da psicanálise compartilhou conosco.

1.2. Freud e a guerra

A obra freudiana traz textos preciosos sobre a questão da violência e dos conflitos bélicos. Freud, em seu texto *Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte* (1915a), compartilha com o leitor, de forma eloquente, seu assombro frente à barbárie trazida pela Primeira Grande Guerra. Empregando seus próprios termos, os denominados “guardiões das normas éticas”, base do estado civilizado, não haviam propiciado o esclarecimento. Ao falar sobre esses reitores da humanidade, Freud parece não entender como estes homens “cometem atos de crueldade, de perfídia [...] que haviam sido considerados incompatíveis com seu nível cultural” (FREUD, 1915a, p. 282). A desorientação dos cidadãos que o autor constata parece-

nos valiosa, pois vai na mesma direção dos nossos temores ou tremores: esse assombro frente à falta de ética e frente à inimaginável brutalidade humana.

Este texto de Freud está inserido na primeira teoria pulsional. Deparamo-nos, assim, com um psicanalista ainda esperançoso, que fala de moções egoístas, as quais, uma vez aliadas ao componente erótico, transformar-se-iam em pulsões sociais, resultando em uma atitude para a cultura. A guerra representaria, desta forma, o insucesso desta aliança, o abandono das restrições éticas pelo predomínio do afetivo. Os conflitos bélicos seriam a prova do restabelecimento de movimentos regressivos de estados psíquicos primitivos. No entanto, apesar das suas colocações teóricas, frente à carnificina Freud humildemente cede e expressa sua perturbação. “Por que os indivíduos-povos em rigor se menosprezam, se odeiam, se aborrecem, e até em épocas de paz... isto é bastante enigmático. Eu não sei dizê-lo.” (FREUD, 1915a, p. 289). Algumas respostas surgiriam dessas dolorosas constatações ao longo de sua obra, dando lugar a uma visão cada vez mais sombria de homem.

Considerações Atuais sobre Guerra e Morte (FREUD, 1915a) foi escrito durante o segundo ano da Primeira Guerra Mundial, quando ainda não havia saído à luz o hecatômbico³ balanço de mortos. No entanto, essa primeira guerra, *a grande sangria*, representou não somente um gigantesco impacto bélico, mas também social, sem precedentes, pois se dera no coração da Europa, entre as nações que haviam se apresentado como modelo das normas éticas.

Quase 15 anos mais tarde, ao explorar mais sociologicamente a questão humana, em seu texto *O Mal-estar na Cultura*, Freud definiu a cultura como “a soma de operações e normas que distanciam nossa vida da dos nossos antepassados animais” (FREUD, 1929[1930], p. 88) e acrescentou que ela tinha duas finalidades: a proteção/segurança contra os perigos da natureza e a regulação dos vínculos entres os homens. Freud alertou que conviver com o outro automaticamente implicaria em uma tensão devido às questões decorrentes do antagonismo entre as exigências pulsionais e as restrições impostas pela civilização. Em outras palavras, o autor constatava que a aculturação trouxera a renúncia pulsional e também garantira o conflito dentro do homem e entre os homens. Como fazer então para atender a maior aspiração do homem, que seria a de alcançar – e manter – a felicidade, já que esta só seria possível através da satisfação das pulsões? Mais uma vez, o famoso apotegma de Plauto, *Homo homini lupus*, o homem como lobo do homem, seria retomada, desta vez por meio da pena de Freud. Seriam civilização-barbárie e homem-

³ Aproximadamente 10 milhões de soldados e algo em torno de 5 milhões de civis. Fonte: <http://crdp.ac-reims.fr/memoire/bac/1GM/connaissances/bilan.htm>.

destruição díades inseparáveis? Neste mesmo texto deparamo-nos com a descrição freudiana da natureza humana, descrição esta que está certamente bem distante dos valores impostos pela cultura judaico-cristã:

Em consequência, o próximo não é somente um possível auxiliar e objeto sexual, mas sim uma tentação para nele satisfazer a agressão, explorar sua força de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, subtrair-lhe seu patrimônio, humilhá-lo, infligir-lhe dores, martirizá-lo e assassiná-lo (FREUD, 1929[1930], p. 108).

Já que o processo civilizatório exigia a renúncia pulsional – tanto de seus componentes sexuais como dos destrutivos –, Freud constatava que uma das formas para dar vazão a essas pulsões é hostilizar minorias estranhas, o que ele denominou de “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1929[1930], p. 111). Comunidades próximas em todos os aspectos, mas que se hostilizam. Para Freud, apesar desta denominação “não esclarecer muito as coisas” é onde se revela a satisfação “relativamente cômoda e inofensiva” (p. 111) da inclinação agressiva. Não temos muita certeza se, de fato, essa inclinação seja tão inofensiva, visto que os confrontos entre ingleses e irlandeses, bascos e espanhóis e os conflitos na Palestina, apenas para citar alguns exemplos de comunidades vizinhas, como as que menciona Freud, terminaram tantas vezes em mortes (como o *Domingo Sangrento* na Irlanda do Norte e infundáveis atentados terroristas). Essa questão da diferença entrará mais adiante nas nossas reflexões.

Com a subida do nacional-socialismo ao poder na Alemanha, o temor parece rondar novamente a Europa. Constatamos essa preocupação na troca de cartas entre Einstein e Freud em *Por que a guerra?* (FREUD, 1933[1932]), na qual Einstein reconhece “potentes forças psicológicas” e a pulsão de poder que caracteriza a classe governante de toda nação. Ao perguntar a Freud como evitar a guerra no mundo e se era possível controlar a evolução mental do homem para salvá-lo da “psicose de ódio e de destrutividade” (FREUD, 1933[1932], p.185), o físico encontra sua resposta na existência das pulsões de ódio e de destruição impossíveis de serem desenraizadas. Jacques Derrida, em seu incisivo texto *Estados de alma da Psicanálise*, chama a atenção para o número de vezes em que Freud emprega as expressões “crueldade”, “pulsão de agressão”, “ódio” e “pulsão de morte”; repetição essa que denunciava assertivamente o fim de uma ilusão: a impossibilidade da erradicação das pulsões de crueldade e das pulsões de poder ou de soberania (DERRIDA, 2000, p. 72).

Em sua resposta a Einstein, Freud retoma noções advindas de seu texto *Psicologia das Massas* (FREUD, 1921) resgatando os dois elementos que manteriam a coesão de uma comunidade: as identificações e a compulsão à violência; elementos estes que fariam com que a comunidade permanecesse coesa pelo ódio aos estranhos. Assim, a guerra, contrária ao fortalecimento intelectual, seria o terreno fértil para agredir e destruir. Derrida (2000), em outro comentário sobre o texto, aponta a estratégia pensada por Freud para lidar com essas pulsões de agressão cruel, visto que não teriam como ser eliminadas; elas poderiam ser combatidas através de um método indireto: de forma a que pudessem ser desviadas, diferidas e não encontrassem sua expressão na guerra, com a ajuda de sua pulsão antagonista, Eros, o amor à vida, contra a pulsão de morte.

Ainda no texto dirigido a Einstein, Freud acrescenta que sua postura pacifista deve-se a uma questão constitutiva: “Somos pacifistas porque nos vemos obrigados a sê-lo, por razões orgânicas” (FREUD, 1933[1932], p. 197) e corrobora essa idiossincrasia extrema dizendo que a rejeição à guerra não seria assim só intelectual e emocional, mas sim uma intolerância constitucional dos pacifistas. Uma genética do bem? Freud termina sua carta colocando que o ideal, que ele próprio denomina de utopia, seria uma comunidade na qual a liberdade consistiria em submeter a vida pulsional a uma ditadura da razão. Utopia, sim, já que o próprio autor havia declarado: “as paixões que vem do pulsional são mais fortes que interesses racionais” (FREUD, 1930 [1929], p. 109).

Desta troca de correspondência entre os dois pensadores e as próximas menções freudianas sobre a guerra, a política nazista revelava cada vez mais covarde e ostensivamente suas reais intenções (perseguições, deportações, *Kristallnacht*, apenas para citar alguns exemplos). Assim, em *Moisés e a religião monoteísta*⁴ (1939 [1934-38]), ainda em Viena, às portas da Segunda Grande Guerra, lemos a perplexidade de Freud quando declara que “descobrimos com assombro que o progresso selou um pacto com a barbárie” (p. 52). Freud não viveria para testemunhar o maior extermínio sistemático que a história da humanidade jamais registrou⁵. Desta forma, tristemente, parece ficar em suspenso a afirmação de que a cultura caminha de mãos dadas com Eros.

Retomando a colocação de Freud de que, em princípio, os conflitos entre os homens só poderiam ser resolvidos através da violência, parece-nos importante notar que dentro desses conflitos sociais, das guerras e de suas atrocidades, ao considerarmos as condições

⁴ Parte I, em sua *Advertência preliminar I*.

⁵ Aproximadamente 5,5 milhões de Judeus, 10 milhões de outras perdas civis e, em média, 25 milhões de perdas militares. Fonte: <http://crdp.ac-reims.fr/memoire/bac/1GM/connaissances/bilan.htm>

econômicas, políticas, demográficas etc., geralmente se encontra, mesmo que nem sempre de forma clara, um sentido, um propósito. Em decorrência disso, podemos pensar que dentro da violência das colonizações, das guerras por territorialidade, das lutas por pontos comerciais, geográficos e estratégicos, enfim, há um sem fim de justificativas (sejam elas políticas, religiosas ou outras tantas) que apontam para uma certa racionalidade. A violência seria um meio tático para atingir tal(tais) objetivo(s). Não cabe aqui qualificar ou julgar estas iniciativas, mas sim destacar que trazem consigo um sistema de explicações que parecem plausíveis, apesar de não termos a intenção de afirmar que essas explicações racionais dêem conta de todo o fenômeno. Como colocamos anteriormente, acreditamos que há algo da ordem do imponderável em jogo; no entanto, essa dimensão inalcançável não caracteriza o objeto da nossa investigação.

A questão nuclear deste trabalho é, como dissemos, discriminar e pensar uma forma de violência que parece estar além do sentido palpável, qual seja, a forma de destruir o outro que coloca em suspenso a possibilidade do emprego de uma explicação inteligível. É quando a violência deixa de ser um meio e parece transformar-se em um fim enquanto tal.

A seguir apresentaremos, a título de ilustração, alguns dos inúmeros relatos que representam essa destruição que se encontra à margem da finalidade principal e que concentram vários elementos que este estudo pretende investigar. Estes relatos articulam-se a nossos questionamentos, possibilitando maior esclarecimento.

1.3. Relatos históricos

Holocausto – 1939-45 – Campo de Auschwitz

Certa vez, *SS-Hauptscharführer* Otto Moll, chefe de um dos crematórios, ordenou a uma mulher nua sentar-se sobre os corpos mortos perto da fossa. Enquanto atirava sobre as pessoas e crianças que se encontravam próximo a ela e as jogava no fogo, ordenou-lhe pular e cantar, coisa que, na esperança de se salvar, ela fazia. Depois de terminar de matar a todos, atirou nela. (BENSOUSSAN, 2005).

Balkans – 1990

Em 1992, nos campos de refugiados na ex-Iugoslávia, uma prática corriqueira torna-se aqui um relato significativo. Uma mãe é obrigada a colocar, ela mesma, o seu bebê dentro de uma betoneira em movimento e depois deixá-la ir. Para que a matar? Ela já está morta. (NAHOUM-GRAPPE, 2005).

Holocausto 1939-45 – Campo de Auschwitz

SS-Hauptscharführer Otto Moll encontrou um relógio em um dos jovens membros do *Sonderkommando*⁶. Levou-o ao forno crematório e deixou-o queimando vivo. Depois fez com que o tirassem do forno ainda vivo e que o suspendessem pelos braços; interrogou-o e torturou-o para saber de onde provinham o relógio e as coisas... claro que ele delatou outro preso para, em seguida, ser banhado de gasolina até a cintura. Então atearam-lhe fogo e fizeram-no correr até a cerca de arame farpado, onde foi fuzilado... (BENSOUSSAN, 2005).

Brasil – 1997

Na madrugada de 20 de abril de 1997, cinco rapazes de classe média-alta de Brasília atearam fogo ao índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 45 anos, que dormia sob um cobertor numa parada de ônibus, confundindo-o com um mendigo. Galdino dormia

⁶ *Comandos especiais* eram unidades de trabalhos nos campos de extermínio compostos por prisioneiros, em sua grande maioria judeus, forçados a participar do processo da Solução Final. Esses detentos-escravos eram obrigados a responsabilizar-se por levar seus conterrâneos e outros prisioneiros às câmaras de gás e, em seguida, aos fornos crematórios (sem falar na indizível tarefa de arrancar dentes, raspar as cabeças dos cadáveres gaseados – ou seja, mortos na câmara de gás [MÜLLER, 1999]). Suas vozes puderam vir a público em manuscritos encontrados em escavações perto dos fornos crematórios. Estes diversos manuscritos estão hoje compilados em um livro estarrecedor, intitulado (BENSOUSSAN, 2005).

num ponto da Quadra 703 Sul, após ter participado de uma manifestação por ocasião do Dia do Índio. Morreu horas depois.⁷

Ruanda – 1994⁸

Uma mulher hutu casada com um tutsi teve que escolher entre ficar com seu marido e filhos, sendo que morreriam todos, ou tentar salvar seus 11 filhos. Os milicianos hutu prometeram a esta mulher que, se abandonasse o marido, ela poderia sair de seu abrigo (a igreja do vilarejo) e seus filhos estariam seguros. Ao sair da igreja, ela foi obrigada a assistir ao massacre de 8 de seus filhos.⁹ (WELZER, 2005).

Vietnam – Massacre de My Lai – 1968

Em uma missão pela selva, o Tenente Calley, da “Charly Company”, mandou liquidar um povoado de 504 vietnamitas, composto por mulheres, idosos, crianças e bebês, todos indefesos e desarmados. Em 4 horas, a vontade de destruir manifestada pelos soldados americanos foi tão longe que, não contentes em estuprar as mulheres e matar todas as pessoas, eles abateram todo o gado e queimaram todas as casas. (WELZER, 2005).

Brasil – 2007

No Rio de Janeiro, cinco jovens classe média-alta avistaram uma mulher, uma empregada doméstica, aparentemente confundida por uma garota de programa, no ponto de ônibus. Foram até ela e espancaram-na. Sirlei, que estava indo ao trabalho, teve múltiplos ferimentos – inclusive um braço quebrado.¹⁰

Holocausto – 1939-45 – Campo de Buchenwald

Kohn, francês, judeu, *Blockälteste*¹¹, era responsável pelos doentes. A golpe de cassetete, fazia com que se despissem. Não batia muito forte para não correr o risco de matá-

⁷ Fonte: www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u87240.shtml

⁸ Entre abril e junho de 1994, foi posto em prática o plano de crime de massa que previa aniquilar os tutsis. Soldados, policiais, milicianos e até civis hutus pegaram em armas. Cerca de 800.000 pessoas foram mortas. Em 13 semanas, ¾ dos tutsis haviam sido massacrados (WELZER, 2005, p. 247).

⁹ Massacres de crianças e bebês, aparentemente, ocorrem com frequência em conflitos bélicos. Nos Balkans, bebês eram cozinhados e crianças eram crucificadas (NAHOUM-GRAPPE, 2005); nos campos de concentração, “bebês eram jogados para o alto para servirem de alvo” (WIESEL, 1982); em Ruanda, os bebês também eram esfaqueados e mortos. “Habitualmente, como no caso da guerra de extermínio racista, o massacre de bebês se autoriza, pois eles representam a linhagem inimiga e estes ‘futuros adversários’ também devem ser eliminados” (WELZER, 2005, p. 236).

¹⁰ Fonte: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u533628.shtml

¹¹ Detento responsável pelo seu bloco

los em seguida. Assim, jogava-os em uma bacia de água gelada (“o método da água gelada”) e ficava sentado ao lado, para observar os corpos sacudidos pelo sobressaltos do frio e da dor. Quando o olhar da vítima alertava a morte próxima, tirava os corpos enrijecidos da água e jogava-os no cimento para sua última noite. (ROUSSET, 1993).

Ao lermos estes relatos somos tomados de horror pelo aparente caráter desnecessário dessas situações. Um dos sobreviventes do Holocausto expressou-se muito bem quando desabafou: “Tenho uma câimbra no coração”¹². Com efeito, lendo tantos relatos ignóbeis, tantas cenas dantescas, é difícil não ter o coração apertado. Qualquer SS, em qualquer campo de concentração e de extermínio, tinha plena consciência do poder que exercia sobre todos os presos. O objetivo central desses campos era sabido por todos os soldados: aprisionamento e morte. Apesar dessa informação oficial, cenas desnecessárias em sua aparência ocorriam todos os dias.

No Vietnam, no meio da selva, os americanos – “os guardiões das normas éticas”, como disse Freud ao referir-se às nações em guerra (FREUD, 1915a, p. 282) – liquidaram todos os inocentes do dito vilarejo, independentemente do alvo de sua missão militar. Qual a finalidade dessa ação?

Em Ruanda e nos Balkans, mais inocentes pagaram o preço de uma discórdia cujo sentido eventualmente se encontra além do que os olhos podem ver.

No Brasil, país que, aparentemente, não vive uma situação de guerra, ficamos sabendo dos grupos de jovens que escolhem vítimas, rotulam-nas ora de “mendigo”, ora de “prostituta”, para autorizar-se esse tipo de ação cujo objetivo, a primeira vista, esconde a sua motivação.

A pergunta que ecoa insistentemente é: para quê? Os judeus morreriam de qualquer jeito, as vítimas destes relatos morreriam mais cedo ou mais tarde; os milicianos africanos, os soldados americanos indiscutivelmente deveriam seguir suas ordens e interpretar seu papel de soldados matando outros soldados, exército contra exército; isso, no entanto, parece não bastar, já que há necessidade de matar mais e aniquilar crianças, mulheres e idosos que não possuem capacidade para se defender. Assim também acontece nos casos de Galdino e Sirlei: qual elemento, ou quais elementos, destacou-os para que fossem agredidos ou mortos? A leitura leva-nos a imaginar e observar, como em um filme de horror, a montagem destas

¹² Armand, sobrevivente de Buchenval, ao pensar que seria selecionado para morrer (ROUSSET, 1993, p. 839).

encenações nas quais impera a falta de sentido e o poder sobre um outro visivelmente indefeso.

Como dissemos anteriormente, tal gratuidade parece a princípio desorientada. No entanto, veremos que cada uma destas situações situa-se em um contexto social, político e histórico específico e que a motivação para matar precede essas cenas. Por ora, o que fica evidenciado, além da extensão inaudita da malignidade, é a questão do poder e da dominação exercidos por todos esses agentes sobre suas vítimas. Ora com prazer e teatralidade, ora sem tanto ruído, apenas desprezando e matando por meio de uma ação mecânica e fria.

Nossa perplexidade frente a essas atrocidades cometidas nesses conflitos e, mais especificamente, com a população de inocentes foi um eixo norteador para nossa investigação. Como era possível infligir tanto sofrimento e tanta dor e ainda fazê-lo vestindo um sorriso no rosto? Ou: como era possível depredar corpos e almas de uma forma tão automatizada? Mais desconcertante ainda era levar uma situação individual a uma dimensão coletiva. Como era possível que grupos inteiros convergissem para os mesmos atos de barbárie? Será que todos esses malfeitores sofriam de algum transtorno de personalidade? Estariam todos acometidos por alguma patologia que os levara a agir assim? Estas indagações transformaram-se em motores desta pesquisa.

Como dissemos, por ora nossa investigação abrangerá, no âmbito da obra de Freud, os conceitos de sadismo e perversão e a noção de crueldade, não sem antes revisitar os conceitos de pulsão, dualismo pulsional, objeto e relação objetal. Abordaremos, ainda na obra freudiana, a esfera do social e exploraremos a questão da consciência moral e do sentimento de culpa. Estes alicerces teóricos formarão o material de base para construir diálogos posteriores com psicanalistas pós-freudianos que contribuíram com noções não exploradas por Freud. Nossos principais interlocutores serão André Green, para apresentar a função desobjetalizante; Sophie de Mijolla-Mellor, com uma significativa contribuição sobre a crueldade; Alberto Eiguier e Paul C. Racamier, para abordarmos a questão das perversões morais, isto é, a perversidade. Jean Laplanche e Jean Bertrand Pontalis serão presença recorrente para vários esclarecimentos ao longo de todo nosso trabalho. Dentre os psicanalistas brasileiros, daremos a palavra a Joel Birman, Nelson da Silva Jr., Flávio C. Ferraz e José Moura Gonçalves Filho.

A complexidade do tema do mal leva-nos a dialogar com outros campos do saber: abordaremos pontualmente algumas reflexões filosóficas cujas linhas de pensamento acrescentam substância às nossas indagações. Deste modo, dialogaremos com Jacques Derrida, para enriquecer a compreensão da noção de crueldade em Freud, e Emmanuel

Lévinas, com uma breve contribuição sobre a noção de rosto ao pensar a alteridade. Dedicaremos espaço à questão do mal radical em Kant e em Hannah Arendt. Em seguida, exploraremos de forma mais aprofundada a questão do mal banal de Hannah Arendt, cuja postura filosófica encontra eco em um estudo do historiador Christopher Browning e em uma pesquisa em Psicologia Social de Harald Welzer, autores que abordaram a questão da normalidade, ou não, do malfeitor.

Enfatizamos mais uma vez que, embora o sadismo esteja originalmente articulado à cena sexual, mantivemos os nossos questionamentos sobre o funcionamento desta perversão fora de seu contexto de origem, nas perversões denominadas morais ou de caráter. No entanto, para falar do perverso moral parece-nos inevitável compreender o modelo de funcionamento psíquico do perverso sexual teorizado por Freud, apontando eventuais semelhanças e elencando as diferenças existentes com os autores que o sucederam.

Conforme já apontamos, essas situações se repetem nas mais diversas partes do planeta e também alcançam a nossa realidade brasileira atual. Se esta pode não alcançar a infame estatística dos grandes genocídios, esses confrontos, que desembocam em chacinas e massacres, não são estranhos aos nossos olhos e ouvidos, visto que alimentam as crônicas midiáticas atuais. Tristemente, como aponta Joel Birman, “É verdade que a repetição incansável destes fatos diversos pela mídia acabou por diminuir enormemente os efeitos do horror e do espanto. Acostumamo-nos com tudo isso infelizmente.” (2006, p. 342).

Embora este trabalho aborde um tema recorrente, permanece a vontade de esclarecer ou, pelo menos, de tentar trazer algumas repostas às nossas inquietudes. De que trata essa necessidade de depredar o corpo do outro sem razão aparente, ou mesmo psiquicamente? Necessidade esta que atinge inocentes; que emprega uma magnitude de sofrimento aparentemente tão desnecessário. E que se repete, como vemos, de forma sistemática, independentemente de nação, de cultura, de época. Assim, frente a estas perguntas, consideramos digno de atenção investigar à procura de uma maior compreensão sobre a questão da destrutividade do outro. Caminhamos lado a lado com a preocupação de Freud quando ele declara: “mas já não compreendo que possamos passar por cima da ubiquidade da agressão e da destruição não eróticas, e deixemos de atribuir-lhe a posição que merece na interpretação da vida” (1929[30], p. 116). O propósito deste estudo é, justamente, não passar por cima dessa ubiquidade para ver se, de alguma forma, podemos contribuir com questionamentos e inquietações que possam levar a algum esclarecimento.

Nossa reflexão trabalha com conceitos e noções nem sempre passíveis de serem apresentados claramente e independentemente uns dos outros. Em outras palavras, muitos deles estarão presentes em mais de uma definição, pois transitam por noções que se prestam a mais de uma descrição. Dentro deste quebra-cabeça inicial, tentaremos evitar a deselegância da repetição; caso falhemos pedimos, desde já, o perdão do leitor.

METAPSICOLOGIA FREUDIANA: TERMOS PERTINENTES AO TEMA

2.1. Pulsões e dualismo pulsional

Entendemos que o tema da destrutividade aqui apresentando não pode ser pensando sem a atuação das pulsões de vida e de morte. Desta forma, parece-nos pertinente retomar algumas dessas postulações de Freud para articulá-las a outros autores que trouxeram suas próprias leituras sobre a teoria freudiana e, à sua forma, a enriqueceram.

2.1.1. Pulsão

O termo *Trieb*, traduzido do alemão como pulsão, aparece pela primeira vez em 1905 nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* e traz consigo diferentes implicações em relação ao termo *instinto* – cujo funcionamento estaria organizado em torno de um comportamento hereditariamente fixo. Esta organização fixa é inexistente na pulsão, como veremos a seguir.

Em *Pulsões e Destinos de Pulsão* (FREUD, 1915b), a pulsão será definida de forma definitiva em oposição ao estímulo exterior como algo que nasce de uma fonte *endossomática* de estímulo e fluindo de modo contínuo. É o conceito que demarca a fronteira entre o psíquico e o somático, o caráter fronteiriço do físico e do anímico. Neste texto, Freud apresenta, de maneira mais profunda, as especificidades da pulsão, seus quatro elementos (meta, esforço, objeto e fonte) e seus quatro destinos (recalque, sublimação, retorno sobre o próprio corpo e passagem da atividade para a passividade). A fonte representa a zona sede da excitação sexual, uma vez que dentro da evolução libidinal são designadas diferentes zonas erógenas prevaletentes (FREUD, 1915b).

Ao longo de toda sua obra, Freud manteve a distinção entre o objeto e a meta; os desvios destes dois elementos da pulsão serão nucleares para este trabalho, como apresentaremos mais adiante. Tal distinção apóia-se na ideia de que a meta pulsional é determinada pelo tipo de pulsão parcial e, por consequência, pela fonte somática. Nos *Três Ensaios...*, Freud vai definir a meta da seguinte maneira: “a união dos genitais é considerada meta sexual normal no ato que se designa como coito e que leva ao alívio da tensão sexual e à

extinção temporária da pulsão sexual” (1905, p. 136). No capítulo sobre perversão, apresentado mais adiante, veremos que estes dois elementos, meta e objeto, são ingredientes indispensáveis para o surgimento da psicopatologia.

2.1.2. Objeto

Faz-se necessário um maior aprofundamento sobre a noção de objeto porque é em torno dela que girará toda a questão da alteridade e, portanto, da relação do malfeitor com sua vítima. Como levantamos aqui a hipótese de prazer ou de indiferença em relação à dor ou sofrimento da vítima, parece-nos importante voltar às origens deste conceito para encontrar pontos de ligação com os relatos apresentados.

A pulsão só pode atingir sua meta através do objeto. Freud introduz o termo “objeto sexual” nos *Três Ensaio...* definindo-o como “a pessoa da qual parte a atração sexual” (FREUD, 1905, p. 123). Em *Psicanálise*, a pessoa passará a ser traduzida pela expressão de “objeto total”, podendo ocupar o lugar de objeto de amor, de prazer, de desejo, de ódio. Freud fará uma distinção entre objeto pulsional e objeto de amor. Diferentemente do objeto de amor, que é obrigatoriamente uma pessoa total, o objeto pulsional pode ser uma parte do corpo, denominado objeto parcial. Este objeto parcial, pré-genital, pode ser real ou fantasmático, de acordo com a característica da pulsão, da fase de desenvolvimento psicosexual e dos mecanismos psíquicos em jogo. A pulsão parcial está presente na organização sexual da criança conforme o modo de satisfação, por estar ligada geralmente a uma zona erógena.

Ainda nesse texto, Freud assinala que: “Provavelmente a pulsão sexual é ao começo, independente de seu objeto, nem tampouco deve sua gênese aos encantos destes” (1905, p. 134). A questão da escolha do objeto interessa-nos por estar intimamente ligada ao nosso estudo: ela permite-nos discriminar que tipo de relação objetual encontraremos no sádico, no perverso e no cruel. De acordo com Freud, dentre os elementos da pulsão o objeto é o menos constitutivamente determinado.

Com efeito, Laplanche e Pontalis, no seu *Dicionário de Psicanálise* acrescentam que o objeto, definido como meio contingente da satisfação, “É o elemento mais variável da pulsão, não está ligado a ela originariamente e vem a articular a esta em função da sua aptidão a permitir a satisfação” (2004, p. 291). De acordo com os autores, o objeto parcial (objeto da pulsão e essencialmente pré-genital) e objeto total (objeto de amor e essencialmente genital) passam, assim, a fazer parte de uma ideia de evolução de um para o outro, numa integração progressiva das pulsões parciais. Parece-nos importante acrescentar que, ao longo de suas

duas teorias pulsionais, Freud ampliou o estatuto do objeto, posto como contingente em alguns casos e rigorosamente determinado em outros.

Dentro da complexa questão do estatuto do objeto, Freud vai mostrar como ele pode ser variável, como as metas e também as fontes somáticas podem ser múltiplas. Se, por um lado, o objeto é contingente para as pulsões sexuais, ele é rigorosamente específico e biologicamente determinado para as pulsões de auto-conservação, como o seio, por exemplo. A contingência do objeto traz duas ideias complementares uma à outra: o objeto é o meio para alcançar a satisfação e é relativamente intercambiável ou aleatório. O objeto pode gozar de um estatuto específico, de forma que um, e apenas um, objeto preciso (ou um substituto no qual estão as características essenciais do objeto original) poderia proporcionar satisfação. Em outras palavras, o objeto pulsional, muitas vezes marcado por traços singulares, é determinado principalmente pela história infantil. Temos assim que o objeto pulsional, portanto aleatório, pode tornar-se específico. Esta construção demonstra que não somente objeto e meta podem confundir-se, mas que também passam a existir diferentes tipos de relações objetais decorrentes das numerosas relações e desvios entre o objeto e a meta.

A “relação de objeto”, de acordo com Laplanche e Pontalis (2004), pertence à Psicanálise contemporânea e designa o modo de relação do sujeito com o mundo. Esta relação resulta da organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasmática dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa. Relação aqui tomada no seu sentido forte, que fala de uma inter-relação, quer dizer, não somente da forma como o sujeito constitui seus objetos, mas igualmente pela maneira como estes objetos modelam sua atividade.

Podemos retomar os relatos à luz do exposto acima: pensemos no SS responsável pelo crematório, que toma todo seu tempo arquitetando as *mises-en-scène* macabras com a mulher e com o adolescente. Fica evidente sua necessidade não somente de exibir seu poder, mas do prazer que tem em prolongar o sofrimento, a agonia destas vítimas. Estes dois objetos não são aleatórios, não é qualquer mulher, nem é qualquer jovem: são judeus. Trata-se de representantes de um grupo, de uma raça. “Judeu”, para este SS, vem atrelado a uma carga prévia de ideias hostis devido a essa diferença de raça; raça inimiga, raça a ser temida, raça a ser aniquilada. Podemos analisar da mesma maneira o acontecido com o índio Galdino ou com a jovem Sirlei.

Esse grupo de jovens agressores e assassinos tomaram essas pessoas por um mendigo e por uma prostituta, respectivamente; palavras estas que igualmente vêm grávidas de um

conteúdo anterior¹³. “Mendigo” e “prostituta” parecem autorizar tamanha bestialidade: encharcar um corpo e atear fogo a uma pessoa que nem sequer está desperta; golpear e machucar uma mulher num ponto de ônibus. São objetos que vêm embebidos de uma história pessoal prévia e que passam a ser mais determinados do que qualquer outro. O SS provavelmente não teria atuado desta maneira caso se tratasse de uma mulher ou de um jovem alemães, assim como os jovens brasileiros não teriam agredido alguém cuja aparência seguisse seus critérios, assim como os americanos não teriam aniquilado uma comunidade de crianças e idosos do mesmo credo e nacionalidade.... E, da mesma forma, os filhos da mulher tutsi não teriam sido assassinados se fossem hutus.

A alteridade vem vestida, investida de uma carga anterior que representa algo que não está de acordo com o conhecido, o costumeiro, o familiar; um outro “diferente” previamente desqualificado e que, assim, pode ser rebaixado, atacado, queimado, torturado e descartado. É o que já mencionamos ao falarmos sobre o narcisismo das pequenas diferenças, que promover maior coesão entre os membros da comunidade e propicia maior escape às pulsões agressivas. Exploraremos essa questão de forma mais profunda ao tratarmos do fenômeno coletivo.

Deixaremos agora as especificações do objeto para explorar o caminho das distintas pulsões. A metapsicologia freudiana que se inclina sobre a questão pulsional foi dividida em três grandes momentos.

2.1.3. Primeira teoria pulsional

2.1.3.1. Dualidade inicial

De acordo com Laplanche e Pontalis (2004, p. 359), a primeira teoria das pulsões opõe as pulsões sexuais às necessidades ou funções de importância vital, que seriam não-sexuais e denominadas pulsões de auto-conservação, ou pulsões egóicas. As primeiras nascem apoiando-se nas segundas, ou seja, a pulsão sexual encontraria seu ponto de partida nas pulsões vitais (fome, sede etc.); em decorrência disso, estabelece-se uma relação de força e oposição entre estes dois componentes. As pulsões sexuais têm como motor uma energia livre, uma excitação que procura ligar-se; por sua vez, as

¹³ Fenômeno semelhante à “contra-violência”, pertinentemente colocado por José Moura Gonçalves Filho (2004), definido como “Ações loucas que parecem apenas violência. O problema costuma preceder o seu reconhecimento mais consciente, ainda mais o reconhecimento de que a dor é dor política”.

pulsões de auto-conservação estão articuladas às funções corporais necessárias à conservação da vida. Deste modo, estas últimas funcionam sob o princípio da realidade, em oposição às pulsões sexuais, que funcionam sob o princípio do prazer. Freud empregou esta expressão para designar a tendência do aparelho psíquico a reduzir ao máximo, e até zerar, toda quantidade de excitação de origem externa ou interna, por meio da busca da satisfação. O princípio de realidade, por sua vez, modifica o princípio do prazer, impondo-se como regulador e fazendo com que a busca da satisfação não se dê mais pelas vias mais rápidas ou mais curtas e deva adiar realização da satisfação em função das condições impostas pelo mundo exterior. Nesta primeira etapa, estes dois princípios representam os fios condutores desta teoria pulsional e, assim, governam o funcionamento mental.

2.1.3.2. Pulsões Parciais

Em 1905, nos *Três Ensaio...*, ao referir-se à sexualidade infantil, Freud apresenta as “pulsões parciais”, que devem o seu nome por terem um funcionamento inicialmente independente da pulsão sexual para posteriormente se unirem em diferentes organizações libidinais. A maioria destas pulsões parciais articula-se a uma zona erógena determinada dentro do desenvolvimento sexual da criança. Outras se caracterizam mais pela sua meta, como, por exemplo, a pulsão de apoderamento – que retomaremos no item a seguir. De acordo com o autor, se a sexualidade infantil caracteriza-se pelo jogo desorganizado das pulsões parciais, a sexualidade encontra sua organização na puberdade.

2.1.3.2.1. Pulsão de apoderamento e pulsão de crueldade

Estas duas pulsões parciais são mais especificamente centrais para esse trabalho porque, como veremos, elas encontram ao longo da obra freudiana articulação com o sadismo e com a pulsão de morte. A denominação “pulsão de apoderamento” pode ser traduzida, igualmente, como “pulsão de dominação”.

Conforme apresentamos no item anterior, ainda em seus *Três Ensaio...*, Freud (1905) observa, ao apresentar as pulsões parciais, que a vida sexual infantil mostra desde o início componentes que envolvem outras pessoas como objeto sexual. Freud invoca pela primeira vez e define a pulsão parcial de apoderamento como não-sexual, cuja meta seria a de

apropriar-se, dominar o objeto externo, sem ter o propósito de infligir-lhe sofrimento. Este apoderamento, ou dominação, encontraria seu substrato somático na musculatura e poderia unir-se à sexualidade em uma etapa posterior. Laplanche e Pontalis (2004) sintetizam a atuação da pulsão de apoderamento da seguinte maneira: “Ela é originariamente dirigida sobre o objeto externo e constitui o único elemento presente na crueldade originária da criança” (p. 364).

Vale destacar que não somente não há intenção por parte da criança de produzir dor ou sofrimento como também ela não leva em conta o sofrimento do objeto. Em relação a essa indiferença, Freud coloca que “a inibição em virtude da qual a pulsão de apoderamento se detém frente à dor do outro [...] se desenvolve relativamente tarde” (1905, p. 175). Estamos, desta maneira, no território da indiferença; nessa etapa de sua infância, a criança, cruel por natureza, quer dominar o objeto, tê-lo para si, ter poder sobre ele e ignora por completo seu sofrimento.

Laplanche e Pontalis esclarecem que, a partir de 1920, em relação ao masoquismo-sadismo, o acento não é mais posto sobre o apoderamento, “mas sim sobre a destruição” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 365). Apesar de a pulsão que passa a guiá-la ser a pulsão de destruição, Freud, ao referir-se à pulsão sádica em seu texto *O Mal-estar na Cultura*, retoma o que havia colocado em 1905: “não podia ocultar seu estreito parentesco com pulsões de apoderamento sem propósito libidinal” (FREUD, 1930[1929], p. 114).

Há, como podemos ler nesses textos, uma mudança na meta pulsional. Na sua origem, a meta desta pulsão parcial de dominação era tomar posse do objeto, sem levar em consideração seu sofrimento. É uma fase anterior ao sadismo. Posteriormente, com o advento da sexualização, o sofrimento do objeto passa a fazer parte da nova meta.

Em relação à pulsão de crueldade, Freud, ao apresentar as pulsões parciais nos *Três ensaios*, acrescenta: “a vida sexual infantil [...] mostra componentes que desde o início envolvem outras pessoas na qualidade de objetos sexuais. Desta índole são as pulsões de prazer de ver e de exhibir, e [a pulsão] à crueldade” (*Schau e Grausamkeitstrieb*) (FREUD, 1905, p. 174). Ou seja, ele destaca entre as pulsões parciais a pulsão de crueldade – ou pulsão à crueldade – e insiste em sua autonomia em relação às zonas erógenas. Somente mais tarde ela entraria em relação mais estreita com a vida genital. Ou seja, a pulsão de crueldade tampouco é sexual em sua gênese. De acordo com Freud, ao apontar a autonomia das pulsões, constata-se que: “desenvolvem-se nas crianças os componentes cruéis da pulsão sexual. A crueldade é inteiramente natural no caráter infantil” (1905, p. 175).

Pulsão de crueldade e pulsão de apoderamento estão tramadas em uma mesma urdidura, cujo campo inicial de atuação limitava-se à dominação e à indiferença; citando o autor: “nos é lícito supor que a moção cruel provém da pulsão de apoderamento e emerge na vida sexual numa época em que os genitais ainda não assumiram o papel que desempenharão mais tarde” (FREUD, 1905, p 175). O surgimento do prazer pela dor alheia ocorrerá quando da união com a sexualidade na inversão em masoquismo.

Podemos, em decorrência disso, pensar que se trata de crueldade, mas não de sadismo. No entanto, há de verificar-se ainda se o inverso procede: existe sadismo sem crueldade?

É importante notar que Freud (1915b) volta a mencionar a pulsão de ver e novamente especificar que o “órgão forte (do sadismo) seria provavelmente a musculatura capaz de ação [...]” (p. 127); ele também volta a mencionar a pulsão de apoderamento na criança “na etapa que segue, a da organização pré-genital sádico-anal, a tentativa de alcançar o objeto se apresenta sob a forma de esforço do apoderamento, cujo dano ou o aniquilamento do objeto lhe é indiferente” (p. 133). No entanto, ele não volta a fazer menção à pulsão de crueldade, nem à crueldade *tout court*, apenas embute a crueldade no sadismo quando constata que a criança cruel, mas não originalmente sádica, passa a ser sádica uma vez que descobre o objeto total.

Em sua segunda teoria pulsional, Freud parece deixar de lado a questão da pulsão de crueldade e passa a dar maior importância à destruição do objeto. N’*O problema econômico do masoquismo*, ao se referir à fusão pulsional Freud relembra que a tarefa da libido é de tornar inócua a pulsão destruidora desviando-a para fora; e esta expulsão da pulsão do morte sobre o objeto externo “recebe então o nome de pulsão de destruição, pulsão de apoderamento, vontade de poder” (1923, p. 169). Ou seja, a pulsão de apoderamento prossegue sua atuação, agora sob o domínio e denominação da pulsão de morte.

2.1.4. Narcisismo

Em um segundo momento (Freud, 1914), há uma virada em direção ao narcisismo. Freud vai introduzir a noção não apenas de um ego investido libidinalmente, mas também a de um ego que passa a constituir um reservatório de libido narcísica do qual se originam os investimentos libidinais nos objetos. Assim, as pulsões passam a atravessar uma etapa primária narcísica. A antiga dualidade pulsional é reabsorvida em uma unidade de natureza libidinal e o conflito passa a dar-se entre libido do eu e libido de objeto (DONARD, 2009).

Nos *Três Ensaaios...* lemos: “na infância a pulsão sexual *não está centrada* e no início carece de objeto, quer dizer, é auto-erótica” (FREUD, 1905, p. 213, grifos do autor), ou seja, podemos depreender que devido a esse centramento o objeto não teria existência. Em decorrência disso Freud acrescenta que essa ausência da barreira da compaixão traz consigo o perigo de que “este enlace estabelecido na infância entre as pulsões cruéis e as erógenas se torne indissociável mais tarde na vida” (FREUD, 1905, p. 175).

2.1.5. Segunda teoria pulsional

Em 1920, em *Mais Além do Princípio do Prazer*, quando se dá conta pela primeira vez da compulsão à repetição e do caráter conservador da vida pulsional, Freud postula sua última teoria pulsional ao introduzir a pulsão de morte. Neste texto, ele postula que esta última iria em direção à redução completa das tensões, levando o ser vivo ao estado anterior, isto é, anorgânico. De aqui em diante as pulsões sexuais serão caracterizadas pela função que as determinará, ou seja, a de ligar, de unirem-se (*Bindung*) em unidades cada vez maiores; por sua vez, um dos destinos da pulsão de morte será o de estar fusionado com a pulsão de vida e de opor-se ao trabalho unificador desta última. A estas pulsões definidas pela tendência à fusão Freud dará três denominações equivalentes: Eros, pulsões sexuais e pulsões de vida (nas quais se encontram incluídas as pulsões de auto-conservação, a libido egóica e igualmente a libido objetal).

Esta tensão, agora fundamental, entre vida e morte passa a representar o funcionamento do aparelho psíquico. Este constante entrelace pulsional é o que dará coesão e estrutura ao psiquismo. Silva Junior acrescenta que na lógica instaurada sob esta polaridade – das pulsões de vida e da pulsão de morte – a vida seria o resultado da oposição entre duas tendências de retorno a situações anteriores. Essas duas tendências perseguem metas diferentes e até opostas, uma visando o retorno ao inorgânico, a outra à organicidade (SILVA JUNIOR, 2006) (informação verbal)¹⁴. Ainda de acordo com o autor, para explicar a possibilidade da vida em si e o enigma de sua organização, Freud dirá, no início, que essas duas tendências poderiam se aliar. Posteriormente dirá também que pelo menos uma parte da pulsão de morte deverá ser desviada para o exterior – como veremos no item sobre sadismo.

¹⁴ Informação fornecida por SILVA JUNIOR na conferência *Le masochisme érogène, dernier rempart pour le sujet post-moderne? Réflexions sur les pratiques de modification corporelle*, ministrada em Paris no Hôpital St. Anne, no seminário da Profa. Sophie de Mijolla-Mellor, em 2006. Texto da palestra fornecido pelo autor.

A pulsão de vida teria exteriorizações ruidosas, ao contrário de sua antagonista, que trabalharia interiormente de forma silenciosa. Os efeitos de destruição, separação, desconstrução da pulsão de morte só poderão ser identificados externamente, ou seja, sobre o objeto. Uma vez que a origem da pulsão de morte seria interna, ela seria desviada para fora, por meio da libido narcísica, ganhando o nome de pulsão de agressão. Assim, ao falar desta pulsão de agressão, que, como pontua Freud, seria o “fruto e o principal representante da pulsão de morte” (1930[1929], p. 118), o autor esclarece que:

[...] parte da pulsão se dirigia ao mundo exterior, e então saía à luz como pulsão de agredir e destruir. Assim a pulsão seria compelida a colocar-se a serviço de Eros, na medida em que o ser vivo aniquilava outro, animado ou inanimado, e não ao seu próprio si - mesmo. Ao inverso, se esta agressão para fora era limitada, ela não podia não trazer como consequência um incremento da autodestruição, de qualquer forma sempre presente (FREUD, 1930[1929], p. 115).

Desta maneira, Freud amplia a nomenclatura da pulsão de morte. Em *O Ego e o Id*, esclarecendo seu percurso funcionamento, ele destaca: “Este órgão seria a musculatura, e a pulsão de morte se exterioriza agora – provavelmente apenas em parte – como *pulsão de destruição* dirigida ao mundo exterior e a outros seres vivos” (FREUD, 1923, p.42). A tarefa da libido é, portanto, a de tentar tornar inócua esta pulsão destruidora, desviando boa parte para fora.

Em outras palavras, para Freud a existência da destrutividade seria constitutiva, já que a “inclinação agressiva é uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano” (1923, p. 117). O império da pulsão de morte andaria, portanto, de mãos dadas com o império do id, tornando “esta luta [pulsão de vida e pulsão de morte] o conteúdo essencial da vida em geral” (p. 118).

2.1.5.1. Fusão-desfusão

Vamos agora relembrar, de forma sucinta, a concepção freudiana de fusão e desfusão da pulsões de vida e de morte. Como já mencionamos, ao postular que as duas classes de pulsões trabalhariam de forma entrelaçada, ele constata que da mistura em diferentes proporções destes dois componentes antagonistas emergiriam distintas condutas e tipos de relação de objeto. A desfusão completa faria com que cada pulsão perseguisse sua finalidade de maneira autônoma. Em *O Id e o Ego*, Freud aponta ainda que quando Eros é desviado pela

satisfação, “a pulsão de morte fica com as mãos livres para levar a cabo seus propósitos” (FREUD, 1923, p. 48). Desprovida de representações, a pulsão de morte não faria discriminação entre objetos, entre noções de bom/ruim, certo/errado: seu movimento é o de pura e absoluta descarga.

Encerramos aqui a discussão sobre os conceitos de pulsão e as duas teorias pulsionais da metapsicologia freudiana para entrarmos nas questões psicopatológicas da perversão e do sadismo, para retomar então a noção de crueldade.

2.2. O mal na psicanálise

2.2.1. Perversão

Apesar deste estudo enfocar a questão da maldade fora da cena sexual, ou seja, levando em consideração as perversões morais, parece-nos nuclear entrar a fundo no estudo das perversões em Freud e, então, em alguns autores pós-freudianos. Isso nos permitirá apreender de forma sólida o funcionamento perverso e traçar eventuais semelhanças e diferenças entre perversos sexuais e morais.

O termo “perversão” deriva do latim “*per vertere*” (literalmente, pôr de lado) e foi empregado posteriormente em psiquiatria para qualificar certas práticas sexuais consideradas desviantes. Em um tratado psiquiátrico de 1838, Esquirol classificará as desordens sexuais como “monomanias” ou “delírios parciais”. Em 1885, será a vez de Magan impor o termo “perversões sexuais” (ROUDINESCO, 2006). Se Krafft-Ebing e Havellock Ellis descreveram as perversões sexuais em adultos, a originalidade de Freud foi tê-la colocado como parte do desenvolvimento de qualquer indivíduo.

Em seus *Três Ensaio...*, com efeito, Freud (1905) adota o termo perversão como um conceito em psicanálise, mantendo-a como desvio sexual sem, no entanto, sua conotação pejorativa. A sexualidade dita normal implicaria na união genital de um homem e uma mulher para satisfazer a tensão sexual por meio do orgasmo. Freud apontou que as atividades preliminares ao sexo genital eram expressões das pulsões parciais da sexualidade infantil em seu caráter polimorfo. Uma certa dimensão das perversões, portanto, faria parte da vida sexual normal. Posto de outra forma, há uma extensão da perversão à toda sexualidade humana, quer ela manifeste-se na criança, no neurótico ou no perverso.

Freud (1905) descreve estas atipias na obtenção do prazer sexual apontando os desvios em relação ao objeto sexual (mesmo sexo, criança e não humano, hoje denominados pedofilia, zoofilia etc.) ou desvio em relação à meta, quando o orgasmo está subordinado a condições extrínsecas nas quais o objeto passa para um segundo plano. A isso ele dá o nome de “transgressões anatômicas” (FREUD, 1905, p. 136), já que outras partes corporais transformar-se-iam no objeto do sexo perverso; em outras palavras, há também o desvio das zonas corporais (felação, voyeurismo, etc.). Parece-nos importante apontar que Freud possui uma concepção normativa e não moral; assim, afasta-se dos qualificativos “patológicos e degenerativos” da classe médica para dizer que a maior parte destas transgressões sexuais eram não somente parte da evolução pulsional, mas também seriam ingredientes de uma vida sexual sadia. Já as formas patológicas, bem mais raras, estariam nos desvios de meta ou objeto quando estas fossem exclusivas à satisfação sexual, substituindo definitivamente o encontro sexual (Freud, 1905).

Conforme havíamos mencionado anteriormente, a partir da discussão sobre a meta e o objeto da pulsão podemos apontar que o desvio desses dois elementos é o que caracteriza uma perversão sexual.

No texto citado acima, Freud conclui que “na base das perversões, há em todos os casos algo inato, mas *algo que é inato em todos os homens*” (1905, p. 156, grifos do autor). No entanto, o prevalecimento da perversão no adulto seria consequência de uma regressão a uma fixação anterior da libido de um componente parcial. Infelizmente não fica especificado que componente parcial é este; não sabemos se se trata da pulsão de apoderamento ou da pulsão de crueldade.

Em seu complexo texto *Uma criança é espancada*, Freud (1919) conduz-nos à raiz, à origem das perversões e estabelece o papel da fantasia na configuração edípica. Através da díade masoquismo-sadismo, que ele considera e denomina como uma classe particular de perversão, introduz a ideia de que é sempre o sentimento de culpa (castigo) e o erotismo que constituem o agente de transformação do sadismo em masoquismo. No desenvolvimento pulsional, um dos componentes da função sexual teria antecipado-se aos outros, tornado-se prematuramente autônomo e fixando-se logo, o que levaria “a uma constituição anormal da pessoa” (Freud, 1919, p. 179).

De acordo com o autor, a perversão infantil não persistiria necessariamente por toda a vida, já que poderia vir a sucumbir à repressão, ser sublimada ou ser substituída por uma formação reativa; mas no caso de nenhum destes mecanismos funcionarem, essa perversão conservar-se-ia na maturidade. Ainda nesse texto, Freud (1919) apresenta o masoquismo

como sendo anterior ao sadismo, ao contrário do que afirma em textos anteriores; retomaremos, de forma mais profunda, essa questão no item seguinte, sobre sadismo.

Para terminar nosso vôo sobre a perversão em Freud, não podemos deixar de lado um texto de 1927, *Fetichismo*. Neste texto, Freud aponta um tipo de funcionamento presente não apenas nos fetichistas, mas nos perversos em geral: a coexistência simultânea de duas atitudes psíquicas, quais sejam, a recusa da realidade e o reconhecimento da ausência de pênis da mãe. Em outras palavras, no fetichismo o menino vê que a mãe não tem pênis e não pode aceitar, admitir essa realidade, pois isso o leva a pensar que ele também pode perder o pênis; conseqüentemente, ele nega esta realidade. Desta maneira, Freud estabelece que a recusa à realidade, o desmentido (*Verleugnung*), é o mecanismo de defesa da perversão *par excellence*. No entanto, é necessário que se processe uma dissociação no ego para que ele funcione em dois registros diferentes e antagônicos, o que implica necessariamente em uma clivagem do ego (*Spaltung*). Ou seja, o menino não consegue renunciar ao falo da mãe – cujos genitais são ignorados em sua realidade, pois o menino teme sua própria castração; para afastar-se deste medo, ele procura um substituto do pênis da mãe em um fetiche que lhe garante que não será castrado.

Ao expor o complexo de castração e inveja do pênis da criança, Freud coloca que “as formações substitutivas deste pênis perdido da mulher desempenham um importante papel na conformação de múltiplas perversões” (FREUD, 1927, p. 177). Assim, a organização da perversão torna-se o paradigma de uma organização fundada sobre a clivagem do ego e a recusa da castração. Este funcionamento psíquico do perverso sexual forma, então, o molde do perverso moral, como veremos no capítulo que trata dessa questão.

2.2.2. Sadismo

O sadismo, termo cunhado por Krafft-Ebing com base nos textos do Marquês de Sade, foi por ele definido, no final do século XIX, como o prazer vivido na crueldade infligida ao outro (MELLOR, 2005). Na Psicanálise, o sadismo encontra sua definição em uma associação da sexualidade e da violência exercida sobre o objeto, onde aquele que inflige a dor goza por identificação ao objeto sofredor. Colocado de outra maneira, o sadismo é entendido como uma perversão sexual na qual a satisfação está ligada ao sofrimento ou humilhação infligido a outrem.

Em 1905, nos *Três Ensaio...*, Freud já se referia ao sadismo e ao masoquismo como as duas vertentes paradigmáticas de uma mesma perversão – em suas formas passiva e ativa.

Como citamos anteriormente, ele colocará esta díade em destaque, já que “ocupam uma posição particular entre as perversões, pois a oposição entre atividade e passividade que está em sua base pertence ao caráter universal da vida sexual” (FREUD, 1905, p. 144).

Ainda nesse texto, Freud faz alusão à preferência de certos autores como, por exemplo, Schrenck-Notzing, que, em 1899, falava da *algolagnia*, “que destaca o prazer pela dor, a crueldade” (FREUD, 1905, p. 143), enquanto outros autores, como Krafft-Ebing, colocavam em primeiro plano o prazer por qualquer classe de humilhação e submissão. Pareceu-nos curiosa essa discriminação entre o prazer da humilhação e da submissão e o prazer pela dor: nos nossos relatos encontramos situações nas quais o objeto é humilhado, submisso e, no entanto, não lhe é infligida nenhuma dor física. Freud amplia sua própria definição e engloba os elementos acima discriminados.

Em seu texto *Pulsões e seus destinos* Freud constata:

A concepção do sadismo é prejudicada também pela circunstância que esta pulsão parece perseguir, junto a sua meta geral (ou melhor: no interior desta), uma ação-meta muito especial. Juntamente com a humilhação e o subjugamento, a de infligir dores” (FREUD, 1915b, p. 123).

Em relação à gênese do sadismo, vimos que, ao longo de sua obra, Freud modificou alguns elementos. Na primeira teoria das pulsões, no texto citado, estava estabelecido que o sadismo, anterior ao masoquismo, não tinha correlação com o prazer sexual; assim, a criança não teria nem intenção, nem prazer em infligir dor. Aqui, o sadismo aqui seria o exercício da pulsão de apoderamento, no qual não haveria a presença do componente erótico. Neste texto, Freud desenvolve claramente a tese sobre o sadomasoquismo segundo a qual o objetivo inicial do sadismo é definido como o rebaixamento e a dominação do objeto pela violência. O sadismo só adotaria seu caráter sexual em uma segunda inversão do masoquismo em direção ao sadismo, já que na etapa masoquista a atividade pulsional adquire um significado sexual. Freud constata que: “O gozar pela dor seria, portanto, uma meta originariamente masoquista, mas que só pode tornar-se meta pulsional em que é originariamente sádico” (1915b, p. 124). Como apreendemos do texto *Bate-se numa criança* (1919), na fantasia infantil o objetivo de produzir dor e a união com a sexualidade aparecem no retorno como masoquismo numa segunda fase. Ela é, para Freud, “a mais importante e grave em conseqüências” (1919, p. 186).

Cinco anos mais tarde, em seu texto *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924), Freud postula um masoquismo primário que resulta da fusão da libido com a parte da pulsão

de morte que permaneceu dentro do organismo, e afirma: “parte da pulsão permanece no interior do organismo e é ligada libidinalmente [...], temos que discernir o masoquismo erógeno” (FREUD, 1924, p.169). Ao falar da pulsão de morte desviada para fora pela libido, ele acrescenta: “Um setor desta pulsão é posto diretamente a serviço da função sexual, onde tem ao seu cargo uma operação importante. É o sadismo propriamente dito” (p. 169). Daí em diante o sadismo e o masoquismo serão concebidos como os avatares da pulsão de morte.

Dito de outra forma, quando a pulsão de morte associa-se à pulsão de vida surgem o sadismo e o masoquismo erógenos. Se o masoquismo e sadismo tornam-se o exemplo paradigmático de fusão pulsional, não se pode dizer o mesmo sobre a perversão sado-masoquista. Nos *Três Ensaio...*, Freud constata que:

Em linguagem usual, o conceito de sadismo flutua entre uma atitude meramente ativa, ou até violenta em direção ao objeto sexual, até a submissão e maus-tratos infligidos a este último como condição exclusiva da satisfação. Em sentido estrito, somente nesse segundo caso, extremo, merece o nome de perversão” (1905, p. 143-144).

Em *O Ego e o Id*, Freud discrimina os componentes sádicos da pulsão sexual do sadismo. Ele destaca a diferença no movimento pulsional em relação ao sadismo presente em toda pulsão sexual, leia-se, toda relação sexual normal, e ao sadismo que toma a forma de perversão:

Nos componentes sádicos da pulsão sexual, estaríamos frente a um exemplo clássico de uma fusão pulsional a serviço de um fim; e no sadismo tornado autônomo, como perversão, o modelo de uma desfusão, se bem que não levada ao extremo (FREUD, 1923, p.42).

De acordo com Nelson da Silva Junior (2010a) (informação oral)¹⁵, é importante destacar os dois modos radicalmente diferentes de Freud pensar o sadismo. Se até 1923 Freud fala de sadismo como presente em toda pulsão sexual, após esse período há uma mudança radical: todo sadismo é pensado como oriundo da pulsão de morte. No entanto, esse sadismo teria, no caso da relação sexual normal, a mesma meta de Eros – o orgasmo –, à diferença da relação sexual perversa, na qual as metas estão separadas, isto é, desfusão. É preciso não confundi-los: de certo modo, trata-se da diferença entre normalidade e patologia.

A questão da desfusão levantada no parágrafo anterior aparece em *Além do Princípio do Prazer*, quando Freud assinala:

¹⁵ Informação fornecida em reunião de orientação.

Desde sempre reconhecemos um componente sádico na pulsão sexual; como sabemos, pode tornar-se autônomo e governar, na qualidade de perversão, a aspiração sexual íntegra da pessoa. E também se destaca como pulsão parcial dominante é uma das que chamamos “organizações pré-genitais” (FREUD, 1920, p. 52).

Podemos pensar, assim, o sadismo como pura fusão pulsional e a perversão, ao contrário, como uma demonstração de desfusão; no entanto, é importante destacar que será a meta que denunciará de qual se trata, sadismo ou perversão.

Em 1930, n’*O mal-estar na civilização*, Freud, ao falar do sadismo desarticulado da cena sexual, acrescenta à pulsão de morte o elemento narcísico que posteriormente será retomado por alguns autores:

mas mesmo onde não emerge – a pulsão de morte - sem propósito sexual, inclusive na mais cega fúria destrutiva, é impossível desconhecer que sua satisfação se enlaça com um gozo narcísico extraordinariamente elevado, na medida que mostra ao ego o cumprimento de seus antigos desejos de onipotência” (1930[1929], p. 117).

Como pudemos notar, a perversão e o sadismo são duas figuras amplamente exploradas por Freud. São muitos os textos que fazem referência a estes conceitos, e ao longo de sua obra o autor vai refinando e especificando cada vez mais suas características e suas novas atuações. Veremos que não podemos dizer o mesmo sobre a noção de crueldade.

2.2.3. Crueldade

O percurso Freud com relação ao tema da crueldade segue linhas bastante tortuosas. Vimos, no capítulo que trata das pulsões parciais, quão articulada a pulsão de crueldade estava à pulsão de apoderamento. Esses componentes autônomos não eram originalmente da ordem do erótico. Freud apresenta, assim, uma criança cruel, mas não sádica. Nos *Três Ensaio...*, Freud, além de apontar a naturalidade da crueldade no caráter infantil, também a articula ao sadismo: “a história da cultura humana nos mostra, fora de qualquer dúvida, que a crueldade e a pulsão sexual se co-pertencem de da maneira mais estreita” (FREUD, 1905, p. 144).

As menções sobre crueldade, como vimos, iniciam-se articuladas a uma pulsão cruel que, na criança, tem por meta dominar o objeto com total indiferença ao seu sofrimento e que

se liga, secundariamente, à pulsão sexual, despertando então o prazer no sofrimento objetal. Existe um componente cruel originário que atua sobre dominação e indiferença e que, posteriormente, pode ou não permanecer assim. Lemos o autor estabelecendo novamente a questão do prazer, da satisfação encontrados na violência sobre o objeto, mas sem mencionar a crueldade. Freud apenas retoma a definição de Schrenck-Notzing sobre *algolagnia*, sem a questionar. Nessa citação, a crueldade parece estar ligada ao prazer pela dor e nada se fala da dominação. As pulsões de apoderamento e de crueldade parecem evaporar-se por completo, ou melhor, dissolver-se nas atuações da destruição quando Freud postula a pulsão de morte, em 1920. Na segunda teoria, uma vez fusionadas as pulsões de vida e de morte, não somente é necessário dominar o objeto – portanto, o apoderamento prossegue sua atuação – como também é indispensável que este objeto sofra, e é neste sofrimento do objeto que entra o componente do prazer do sádico.

Parece-nos importante apontar uma questão que surge a partir das colocações anteriores. Se a pulsão originária de crueldade-apoderamento vinha embebida de indiferença pelo objeto, isso não quer dizer que vinha destituída de prazer pelo próprio apoderamento sobre o objeto; Freud parece não mencionar a possibilidade de prazer pela própria ação da dominação. Poderia, desta maneira, haver um outro tipo de prazer dentro da crueldade. Voltaremos à esta questão mais adiante.

Em *O Mal-estar na cultura* (1930[1929]) Freud insistirá novamente sobre “a inclinação inata do ser humano ao ‘mal’, à agressão, à destruição e, com estas, também à crueldade” (p. 116). Aqui a crueldade fica estabelecida definitivamente como um elemento constitutivo do ser humano.

Dentro das questões metapsicológicas que tratam do indivíduo, acreditamos que esta exploração inicial tenha dado conta da nossa matéria-prima. Passaremos agora para questões que abordarão questões de âmbito social no âmbito da obra de Freud.

2.3. Fenômeno individual e fenômeno coletivo

Ao longo deste trabalho deparamo-nos com questões que falam de fenômenos não somente individuais, mas que também surgem no coletivo. A analogia entre individual e coletivo foi explorada por Freud em um belíssimo texto de 1921. Freud inicia *Psicologia das Massas e Análise do Eu* esclarecendo que o ser humano não pode prescindir do seu vínculo com os outros, pois esta alteridade entra na vida do indivíduo como modelo, como objeto, como aliado, como inimigo e, por isso mesmo, “a psicologia individual é simultaneamente

psicologia social” (FREUD, 1921, p. 67). A constituição da subjetividade dar-se-ia por meio das relações com os outros, fazendo com que os fenômenos sociais e os processos narcísicos entrassem em oposição. Ou seja, Freud destaca que quando se fala de psicologia das massas é necessário indagar a influência exercida sobre o indivíduo por um grande número de pessoas às quais está ligado por algo. Em outras palavras, a psicologia social pensa o indivíduo como membro de um povo, de uma casta ou como integrante de uma multidão organizada em forma de massa durante certo período e para um determinado fim. Ela pensa o indivíduo pertencente a um grupo e ligado a este por questões mais específicas, questões essas que veremos a seguir.

Ao recordar as colocações de Le Bon, Freud destaca no texto as alterações psíquicas que a massa impõe ao indivíduo. Ao entrar na massa, o indivíduo ficaria submetido a condições que lhe permitem jogar abaixo as repressões de suas moções pulsionais inconscientes. Estas exteriorizações do inconsciente, de acordo com Freud, “sem dúvida contém, como disposição [constitucional], toda a maldade da alma humana” (1921, p. 71). O fato de ser um indivíduo no meio de tantos – em outras palavras, o anonimato da massa – facilita uma suspensão da repressão e um apagamento da consciência moral e do sentimento de responsabilidade. Colocado de outra forma, este primado do inconsciente fala do funcionamento de um processo primário no qual se dá o desaparecimento das inibições e a realização das pulsões. A massa, com sua paralisação da capacidade crítica individual, com sua restrição do narcisismo com a qual as diferenças e as singularidades dão espaço à homogeneização, com sua inibição do pensamento, é essencialmente crédula e sedenta de mentira e ilusão. Devido ao predomínio da fantasia e da ilusão e, de acordo com as palavras do autor, sujeita ao poder mágico das palavras: “o irreal sempre prevalece sobre o real” (FREUD, 1921, p. 76).

E que elemento poderoso é esse que tece a ligação entre os membros da massa? De acordo com Freud: “vínculos de amor (o expressado de maneira mais neutra, laços afetivos) constituem também a essência da alma das massas” (1921, p. 87). Deste modo, a libido, por meio de sua ação adesiva e aglutinadora, seria a única possibilidade de elo. O indivíduo abre mão de sua peculiaridade para não se opor aos outros, “por amor a eles” (p. 88). Essas ligações eróticas dar-se-iam não somente com os outros membros da massa, mas também com o líder. Aqui entra outra contribuição valiosa da visão psicanalítica, que reconhece as identificações como a primeira exteriorização de uma ligação afetiva com o objeto, como a forma mais originária de ligação com o outro.

Relembremos sucintamente, dentro deste tópico, as três fontes de identificação apresentadas por Freud. A mais originária, a da identificação com a mãe, seria a mais

totalizante. A segunda fonte seria uma situação de introjeção do objeto alvo da admiração e amor dentro do ego, como, por exemplo, o apaixonamento. A terceira forma de identificação, mais próxima ao tema do nosso estudo, seria a projeção de uma comunidade em um indivíduo, ou seja, em um líder. Surge, aqui, outro elemento importante a ser destacado: questão da idealização, na qual o objeto vai adquirindo mais e mais espaço dentro do ego, acarretando, desta forma, empobrecimento e enfraquecimento egóicos. Colocado de outra maneira, o objeto consome a libido do ego e termina por ocupar o lugar do ideal de ego. Ao apresentar o desenvolvimento desta instância, Freud esclarece que se “separa o resto do ego e pode entrar em conflito com ele e a esta atribuímos as funções da observação de si, da consciência moral, de censura onírica e o exercício da principal influência da repressão; é chamada de “ideal de ego” (1921, p. 103). À medida que o ambiente vai apresentando mais exigências ao ego, este nem sempre consegue responder a elas. Em contrapartida, ele poderá achar satisfação no ideal de ego, constituído por todos os “eu gostaria de ser” que o ego individual não alcança na realidade. Por conseguinte, toda idealização é uma construção libidinal e narcísica. Podemos concluir que na identificação o objeto fica no lugar do ego e na idealização o objeto fica no lugar do ideal de ego. Estas duas ligações são cruciais na formação da massa, cuja definição Freud sintetiza com as seguintes palavras: “*Uma massa primária dessa índole é uma multidão de indivíduos que puseram um objeto, um e o mesmo, no lugar de seu ideal de ego, em conseqüência disso se identificaram entre si no seu ego*” (1921, p. 109, grifo do autor).

Deste modo, para esclarecer a estrutura libidinal de uma massa é indispensável recorrer à diferenciação entre o ego e o ideal de ego e ao duplo tipo de ligação aqui possibilitado: identificação e idealização. Freud conclui: “Compreendemos esse assombroso fenômeno dizendo que o indivíduo abre mão de seu ideal de ego e o permuta pelo ideal da massa corporificado no líder” (1921, p. 122). Ou seja, a identificação descreve a estrutura global na qual os indivíduos identificaram seus egos através de um ideal comum encarnado por um líder.

Podemos retomar aqui alguns dos relatos apresentados anteriormente. A ponte para pensar a maldade de um indivíduo para um grupo de indivíduos parece ficar mais acessível graças a esse texto de Freud. A dominação implica dominador e dominado, ou seja, é social *per se*. Esse sentimento de pertencer a um grupo, seja ele chamado “nazistas”, “jovens de classe média”, “hutus”, “americanos”, unido pelos mesmos valores, aglutinado pelos mesmos ideais, irmanado em sua forma de pensar, automaticamente faz com que os que não estejam

incluídos, os não-pertencentes a esses tecidos sociais, sejam vistos como passíveis de qualquer tipo de destruição.

São atos contra grupos específicos; trata-se, portanto, de motivações coletivas, encapsuladas e fundidas em um ideal – ou ideais – comum, em uma blindagem narcísica, guiados por um líder que representa seus mais profundos desejos de ser. A diferença entre pertencer ao grupo e não pertencer opera como um motor sem que haja espaço para a igualdade, ou tolerância, ou respeito. De acordo com José Moura Gonçalves Filho, os dominadores têm necessidade de aprofundar o estranhamento do dominado, há uma resistência narcísica que garante a não aproximação ao outro (informação oral)¹⁶. Retomaremos essas colocações mais adiante, no capítulo sobre mal banal.

A ligação entre o fenômeno individual e fenômeno coletivo aprofunda-se ainda mais, adquirindo mais importância para nossos relatos, com o acréscimo do sentimento de culpa e da consciência moral. Para isso, precisamos visitar o conceito de superego em Freud.

2.4. Superego

2.4.1. Individual

Outro tópico no qual encontramos uma articulação entre o individual e o coletivo é a questão da consciência moral. Conforme mencionamos, os cenários que apresentamos falam de ações destrutivas que podem dar-se de forma individual ou grupal. Ao falar de maldade, já estamos falando de um lugar normatizador: mal-bem. Estamos, assim, no terreno da transgressão. O que transgride desrespeita, ignora, passa por cima de uma norma ou de um conjunto de códigos estabelecidos. Que códigos são esses? Quem os estabeleceu? Por onde passa o critério do certo e do errado, do bom e do mau?

Para Freud, “É lícito desautorizar a existência de uma capacidade originária por assim dizer natural, de diferenciar o bem e o mal” (1930[1929], p. 120); portanto, se é verdade que tal capacidade inexistente, ela só pode ser instaurada e construída por meio de outros elementos. Com efeito, as palavras do autor em *O Mal-estar na Cultura* deixam muito claro que é a influência da alteridade que permite o processo de formação pessoal, corroborando, desta maneira, a influência do outro sobre a formação da subjetividade. O texto destaca que é por

¹⁶ Contribuição dada ao longo do Exame de Qualificação e que vai ao encontro dos nossos questionamentos.

meio deste outro que será determinado o que é o “certo” e o “errado”. É este lugar, que diz respeito ao que é bem ou mal, que dá sentido à existência humana, que é fundador de uma ordem (FREUD, 1930[1929]).

Estes códigos fundadores, entre outras coisas, são passados ao outro por meio de uma instância denominada por Freud como “superego”. Esta instância vai acumular funções plurais. Entre elas, vai tornar-se uma complementação do que vimos anteriormente como sendo o ideal de ego. Outro atributo será tornar-se o vetor da herança cultural a ser apropriada pelo sujeito. Inerentemente à constituição do superego temos as identificações parentais, chamadas de identificações primárias – brevemente mencionadas no item anterior. Dentre essas identificações encontramos os interditos – a ampla lista de “não deve” e “não pode” – e as moções pulsionais em relação aos pais – de “quero ser” e de “quero ter”. Estas proibições e desejos são introjetados pela criança, que deverá lidar com esses elementos já nos primeiros anos de sua vida.

Em decorrência disso, o superego torna-se o herdeiro do complexo de Édipo, marcando o fim (relativo) das relações mais cruciais do período infantil. O processo de identificação aos pais e todo o investimento libidinal decorrente desses desejos incestuosos levarão ao sepultamento destas pulsões, implicando em uma des fusão pulsional inédita. A pulsão de morte liberada por esta des fusão é então colocada a serviço do rigor do superego, multiplicando sua agressividade e estabelecendo uma relação sádica deste com o ego. De acordo com Nelson da Silva Junior (2010a) (informação oral)¹⁷ esta relação é o que está na base do que Freud chamará de necessidade inconsciente de punição e de Masoquismo Moral – o maior flagelo da vida civilizada.

O superego instaura o sentimento de culpa, tão necessário à criança para a constituição da alteridade. Podemos, desta maneira, estabelecer que o superego vem ocupar o lugar interno de vigia, juiz e censura do ego e sua severidade é a continuidade da severidade da autoridade externa. Ainda nesse texto (FREUD, 1930[1929]), Freud estabelece que só se pode falar em consciência moral após a formação de um superego. Logo a seguir acrescenta que, superego, consciência moral, sentimento de culpa, necessidade de castigo e arrependimento referem-se à mesma constelação, mas com aspectos diferentes.

¹⁷ Informação fornecida em reunião de orientação.

Exploraremos, aqui, a consciência moral e o sentimento de culpa, visto que são ferramentas de base para nossas indagações quando questionarmos a ausência destes dois elementos.

Para Freud, como vimos, o papel da alteridade na constituição subjetiva e sua influência sobre o indivíduo tornam-se ainda mais incontestáveis quando percebida a imensa dependência existente em relação ao(s) outro(s). A possibilidade da perda de amor, geradora de angústia, leva o indivíduo a sentir-se desprotegido, ou mais, desamparado, frente às diferentes formas de perigos. Por conseguinte, de acordo com o autor, no princípio, “bom” seria aquilo que garantisse o amor, e “ruim”, o que levasse à perda desse amor (FREUD, 1930[1929]).

Surge outro ponto a respeito do funcionamento superegóico que nos parece digno de menção: visto que se trata de uma vigilância introjetada, um olho que tudo vê e do qual nada pode ser ocultado, dilui-se a fronteira entre o pensamento e a ação, desaparece a diferença entre o querer fazer o mal e fazê-lo (FREUD, 1930[1929]). Em outras palavras, o sentimento de culpa deve-se a uma ação ou intenção violenta, formando um cenário interno onde desejo e ação passam a estar no mesmo plano.

Por conseguinte, em sua origem, a angústia, que mais tarde surge como consciência moral, é a causa da renúncia pulsional. Se empregarmos as palavras de Freud: “a consciência moral é a consequência da renúncia do pulsional, dito em outra maneira : a renúncia do pulsional [...] cria a consciência moral [...]” (FREUD, 1930[1929], p. 127). Com efeito, esse recalçamento da pulsão levaria os componentes libidinais a organizarem-se em sintomas e os componentes agressivos, em sentimento de culpa.

Com a autoridade interiorizada no superego, os fenômenos de consciência moral são elevados a um novo grau dentro das transições graduais entre consciência moral e sentimento de culpa. Freud denomina consciência de culpa a tensão entre o superego que se tornou severo em sua censura e em seu julgamento e o ego que a ele submeteu seus propósitos e suas ações.

O sentimento de culpa é a severidade da consciência moral e a percepção do ego de ser vigiado. Este sentimento de culpa produzido pela cultura seria inconsciente e precederia a formação do superego e, portanto, da consciência moral. Assim, Freud apresenta as duas origens do sentimento de culpa: a primeira seria a expressão imediata da angústia frente a autoridade externa e acarretaria a renúncia pulsional; a segunda seria a angústia frente ao

superego, que acarretaria uma punição, já que viria tecida de culpa frente a esta instância à qual nada escapa.

A culpa é, neste texto, apresentada com seu caráter produtivo, apesar de Freud nomeá-la “o problema mais importante do desenvolvimento cultural “ (FREUD, 1930[1929], p. 130). A partir da leitura desse texto, vemos que a angústia e a culpa formam a base de todo vínculo.

Ainda gostaríamos de destacar neste texto (FREUD, 1930[1929]) a analogia entre os processos individual e cultural. Conforme já recordamos, no desenvolvimento pessoal a meta principal está orientada pelo princípio de prazer, isto é, uma meta egoísta que antagoniza o desenvolvimento da comunidade. A integração social e a felicidade coletiva vêm acompanhadas do princípio de realidade e sua decorrente imposição de limites pessoais, quais sejam, renúncia das pulsões sexuais e de destruição. Este antagonismo existe, como exploramos anteriormente, em cada indivíduo, devido ao entrelace da pulsão de vida e pulsão de morte.

2.4.2. Superego cultural

Freud constata que existe um superego cultural, cujas origens seriam as mesmas do superego individual. “Com efeito, é lícito asseverar que também a comunidade plasma um superego, sob cuja influência se consoma o desenvolvimento da cultura” (1930[1929], p. 136). A comunidade tomaria para o adulto o lugar do(s) pai(s). “O processo cultural da humanidade é desde já, uma abstração de ordem mais elevada que é o desenvolvimento do indivíduo” (p. 135). Por conseguinte, o superego da cultura, modelado à maneira do individual, impõe exigências ideais severas. Para tanto foram construídos os heróis, os cavaleiros e outros modelos de comportamento, sabedoria, coragem e bondade que encontramos ao longo das tradições das mais diversas culturas. O texto torna-se ainda mais incisivo ao lermos que: “posto que a cultura obedece a um impulso erótico interior [...] o que havia se iniciado em torno do pai se consoma em torno da massa ” (p. 128).

É importante pensar a questão do superego coletivo e articularmos essa colocação aos mecanismos estudados sobre a psicologia das massas, conforme vimos anteriormente. Cada cultura, cada época, cada momento histórico de um grupo, de uma tribo, de uma nação etc. vai criar e construir seus próprios heróis e anti-heróis, seus códigos de pertencimento ao grupo – e o que fazer com aqueles que não devem pertencer a ele.

Desta maneira, podemos remeter-nos aos relatos históricos que falam de ações destrutivas coletivas. Os vietcongues, os tutsis, os judeus, os pobres são efetivamente pensados e vistos, de forma compartilhada, ou seja, grupal, como inimigos que devem ser destruídos porque representam uma ameaça à manutenção do grupo dos dominadores. Alguns destes grupos tiveram líderes cuja presença e personalidade eram tão fortes que não somente possibilitavam ainda maior coesão entre os seus membros como propiciaram a construção de um culto à sua personalidade. Este foi o caso de Hitler, por exemplo, que representou o ideal de ego de uma importante parte da população alemã durante os 12 anos em que se manteve no poder na Alemanha; tristemente, mais tarde também.

Abordaremos a questão do bem e do mal – no seu plano coletivo –, seu deslocamento, sua plasticidade e sua correlação com as contingências sociais, políticas e históricas quando entrarmos no capítulo que trata de homens banais que, aparentemente, transformam-se em criminosos em massa.

CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORES POSTERIORES A FREUD

3.1. Função desobjetalizante

Conforme vimos, na metapsicologia freudiana o objeto pode vestir diferentes estatutos, inclusive o de “não-objeto”, quando não é tomado em sua completude. Para entrarmos mais a fundo na questão do objeto que se descaracteriza como pessoa traremos a noção de função desobjetalizante postulada por André Green. O psicanalista lembra-nos que o objeto não cria as pulsões, mas revela-as. A função objetalizante da pulsão de vida revela-se capaz de transformar estruturas em objeto, mesmo quando o objeto não está em causa. Esse processo de objetalização pode dizer respeito a formas de atividade psíquica de tal maneira que, no limite, é o próprio investimento que é objetalizado. O autor propõe a existência de uma função desobjetalizante cuja “atividade está sob o domínio da pulsão de morte (GREEN, 2007, p. 48). Em decorrência disso, a função desobjetalizante para a pulsão de morte tende em direção à inexistência, ao vazio, à indiferença (GREEN, 1988). Desobjetalizar significaria, igualmente, destituir o objeto de sua totalidade, transformando-o em uma parte do corpo, um animal ou um objeto inanimado. Em seu texto *Por que o mal?*, Green acrescenta: “Para levar a destrutividade suficientemente longe em relação ao outro, a condição indispensável à realização deste projeto é de desobjetalizá-la, isto é, de retirar-lhe sua propriedade de semelhante humano” (GREEN, 1988, p. 254).

Ao longo da leitura dos textos históricos, um dos componentes que os malfeitores possuíam em comum era, precisamente, denominar e caracterizar seus inimigos por meio de substantivos pertencentes ao mundo dos animais ou dos objetos inanimados, destituindo-os de qualquer qualificação que lembrasse sua humanidade. Desta forma encontramos:

Nomes dados aos inimigos

O Nazismo, dentro de seu código próprio,¹⁸ referia-se aos judeus como piolhos, insetos, roedores; ao serem empilhados e contados, eram chamados de “*Stück*”, que significa “toco, parte, pedaço”. Os vietnamitas do norte eram

¹⁸ Uma obra interessantíssima sobre a linguagem criada no III Reich é *LTI: A linguagem do terceiro Reich* de Victor Klemperer (KLEMPERER, 2009).

chamados de *gooks*, *dinks*, *slopes*, expressões que representam animais teimosos ou esquivos. Os tutsis eram insultados de baratas. (WELZER, 2007; LEVI, 1987).

Além de contribuir com essa noção desobjetalizante, Green constata que “o mal é insensível à dor alheia e é nisso que é o mal” (GREEN, 1988, p. 250). Além de encaixar perfeitamente com a definição da crueldade em seus primórdios, este autor traz outra explicação metapsicológica: a desfusão, já que dentro da forma livre da expressão da pulsão de morte não estaria presente o componente libidinal e, assim, não existiria prazer por parte do malfeitor. Isso nos leva a pensar que essa ausência de prazer, articulada à indiferença em relação ao objeto, pode indicar a presença de crueldade, a partir das definições apresentadas anteriormente. Para Green, este último aspecto do mal, a destruição pura e integral, como tal, seria inalisável, visto que seria uma forma de se relacionar com o mal que escaparia à causalidade. Livre, essa libido destrutiva tornar-se-ia literalmente “sem sentido” (GREEN, 1988, p. 254). De acordo com Green, na aniquilação do outro não haveria identificação, nem prazer, visto que não haveria necessidade do outro porque, para esta mente, a alteridade simplesmente “não é”.

Embora o texto do analista traga a expressão “sem sentido”, mantemos nossa posição de pensar que talvez a falta de sentido encontre sua qualificação aos olhos externos. Insistimos, no entanto, que levados em conta a história individual e o contexto, essa significação aparece como reação, como um resultado de questões de ordem interior anteriores.

Green declara: “o mal repousa sobre a indiferença ao rosto do semelhante declarado estrangeiro absoluto e mesmo estrangeiro à humanidade: isso para os algozes” (1988, p. 259). Parece-nos merecedora de menção, mesmo que de forma sucinta, a questão do rosto na citação de André Green. Dessa maneira, poderemos articulá-la à noção de rosto em Emmanuel Lévinas, já que nossas questões sobre o contato com o outro passam pela erotização e desumanização quando do fazer sofrer. (Desumanização esta que está ligada à questão da indiferença, como ilustra essa afirmação do psicanalista.) Trata-se do outro que não importa, que é desprezado, como o era o objeto para a criança na fase inicial da crueldade. Em seu livro *Ética e Infinito* (LÉVINAS, 1982), o filósofo lituano pensa a experiência do outro como a experiência do rosto. Uma experiência do outro que ultrapassaria a questão da percepção e que seria originariamente ética, experiência esta na qual o rosto entraria como orientador humano. Podemos pensar, no âmbito deste estudo sobre a destruição

da alteridade, a respeito da falha e do impedimento desta experiência. Ainda mais significativa soa a afirmação de Lévinas segundo a qual a primeira palavra do rosto seria “não matarás” (1982, p. 83) e o encontro com o outro se faria sobre o modo da violência, do ódio e do desdém; seria por uma operação de inversão, que iria contra a o movimento ético do encontro com o outro.

Vemos, em alguns dos os relatos aqui apresentados, que o código a ser obedecido era o de “matarás”, que não havia contato com o outro, com o rosto do outro, porque simplesmente não havia outro – humano. GONÇALVES FILHO (2010) aponta que o impedimento da humanidade – como na desigualdade racial, religiosa, social – está a afirmação da dominação, é quando, empregando suas palavras, “A igualdade foi recusada e afirmamos a dominação” (p. 15). A presença de outrem vivida como ausência de outro humano, como ausência de rosto, um outrem visto como animal ou coisa, eventualmente autoriza o algoz a transgredir sem o sentimento de compaixão ou de culpa. Voltaremos a abordar este tema mais adiante.

Abordaremos, agora, outras noções – crueldade, perversão e sadismo – partir da obra de outros pensadores, posteriores a Freud e que trouxeram importantes contribuições à sua obra.

3.2. Crueldade

Como pudemos ver, a noção de crueldade não é unívoca na obra freudiana. O percurso de Freud em relação a esse tema encontra sua origem na pulsão de crueldade em um período inicial da infância, quando a criança ainda não tem o objetivo de fazer o objeto sofrer, mas de ter posse, domínio sobre este. O apoderamento e a crueldade implicariam na utilização do objeto como simples agente de satisfação. Este momento dar-se-ia em uma etapa anterior ao sadismo, já que em uma segunda etapa esta pulsão entraria em contato com a pulsão sexual da qual emergiria o prazer com o sofrimento-dor-humilhação do objeto. De acordo com a definição do *Dicionário Internacional de Psicanálise*, “o sadismo resultaria da ligação da pulsão de crueldade com a pulsão sexual em direção ao objeto (MELLOR, 2005, p. 406).

Sophie de Mijolla-Mellor, em seu livro *A crueldade no feminino*, traz uma contribuição interessante para a compreensão da crueldade. De acordo com a psicanalista francesa, existe uma desidentificação do objeto que remete à ausência de identificação inicial das crianças, que ainda não compreendem que o outro possa ser igual a elas. Ou seja, a

crueledade fala de um gesto, de uma intenção predadora que ignora a alteridade do objeto. Ela, igualmente, corrobora certas afirmações de Freud. Falando das pulsões parciais, ela coloca: “na crueledade, o objeto é da mesma forma ignorado como pessoa, o que explica a ausência de compaixão [...] A compaixão, ao surgir, revela o objeto em sua identidade e torna impossível essa crueledade original” (MIJOLLA-MELLOR, 2005a, p. 47). Em outras palavras, a alteridade, ao não ter o estatuto de pessoa, é vivida como uma parte do corpo, como um animal ou como uma coisa, um objeto inanimado. Estas colocações vão ao encontro das nossas, pois fazem eco à questão da indiferença objetal mencionada anteriormente.

A autora acrescenta que a crueledade (*Grausamkeit*), afeto arcaico, fica definida “como sendo de imediato voltada não para um objeto próprio a satisfazer a pulsão em seu objetivo específico, *mas para a alteridade de toda espécie de objeto*” (MIJOLLA-MELLOR, 2005a, p.46). Trata-se de um objeto pulsional não específico, onde o outro se encontra desobjetalizado, negado em sua identidade, o que nos remete à questão da contingência do objeto. Qualquer objeto parece servir para a necessidade de dominação do cruel.

Esta colocação vai ao encontro da segunda modalidade de destrutividade de outrem hipotetizada por nós, segundo a qual não existiria o reconhecimento do sofrimento desse outrem. Pode-se pensar aqui na indiferença em relação ao objeto. Assim, de acordo com a autora, a crueledade poderia ser definida como segue:

em sua essência original, não como uma intenção de fazer sofrer, mas como *o efeito produzido pelo encontro entre uma intenção puramente narcísica que conduz à predação do objeto e o vivido do objeto que se encontra por acaso no caminho do predador* (MIJOLLA-MELLOR, 2005a, p. 50, grifos da autora).

Podemos assim pensar em uma destrutividade fundamental, narcísica, bem aquém do sexual, que se descobre posteriormente nas estruturas narcísicas. De acordo com Mijolla-Mellor, a crueledade seria então intencional, mas não relacional, por pensar o objeto como algo estranho, odiável estrangeiro que perturba a onipotência narcísica. Estamos lidando com uma relação na qual não há prazer, há indiferença. A rigor, portanto, não se trata de sadismo.

Nesse mesmo texto, a autora destaca o sufixo da palavra crueledade, *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, como crime de sangue, sangue que verte; ela levanta a tese de que, uma vez que as pulsões de crueledade e escópica (pulsão de ver) estão articuladas, a crueledade levaria ao movimento de arrancar, furar, dilacerar a pele para se ter a visão do interior do corpo. Não abraçamos essa interpretação da autora, pois a questão do ver, para nós, manter-se-á nos limites do sadismo, cena esta em que o sujeito sente prazer com o sofrimento do objeto,

independentemente deste objeto ter a pele rasgada, furada, vertendo sangue ou não. Muitos relatos falam de uma crueldade onde não há sequer uma gota de sangue.

Em seu texto *Barbárie, Crueldade ou Sadismo?*, a psicanalista declara que estes três termos presentes no título são confundidos e jogados no inumano, ou seja, não compreendidos (MIJOLLA-MELLOR, 2005b). Esta afirmação afinou-se muito à nossa postura inicial. Nosso material mostrava situações que pareciam pouco dignas dos homens, situando-nos, com efeito, no terreno da perda da humanidade; não somente não compreendíamos bem os termos como compreendíamos muito menos o que levava certas pessoas a cometerem tais ações. Neste trabalho não exploramos a barbárie, mas podemos pensar, agora, crueldade e sadismo como dois elementos amalgamados. Se havíamos observado anteriormente a existência de uma crueldade sem sadismo, não sabíamos se o inverso procedia; agora podemos pensar que não há sadismo sem crueldade, já que dentro da fusão pulsional o objeto tem que ser dominado, subjugado, humilhado e até mesmo morto.

Seguindo um caminho distinto ao da psicanalista francesa, Jacques Derrida, em seu texto *Estados de Alma da Psicanálise*, aprofunda-se igualmente na questão da tradução da palavra crueldade na obra de Freud. De acordo com o filósofo, há sim uma interpretação possível de uma história de sangue – como a nossa. Pode-se levar em conta a origem latina da palavra *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, de crime de sangue, de sangue derramado, de laços de sangue, como nos trouxe anteriormente Sophie de Mijolla-Mellor. No entanto, Derrida constata que pode-se tomar outro caminho semântico como, por exemplo, *Grausamkeit*, termo empregado por Freud:

sem ligação com derramamento de sangue, desta vez, mas sim para nomear então o desejo de fazer ou de se fazer sofrer *para* sofrer, inclusive, de torturar e de matar, de se matar ou de se torturar a torturar ou matar, *para* obter um prazer psíquico ao mal pelo mal, inclusive, *para* gozar do mal radical, em todos esses casos a crueldade seria difícil de *determinar* ou de *delimitar* (DERRIDA, 2000, p. 10, grifos do autor).

Colocação essa que encontra toda a plenitude de suas linhas nas definições de sadismo (e masoquismo) trazidas por Freud. Temos aqui a figura da crueldade absolutamente fusionada com o prazer de infligir dor e sofrimento ao objeto. Derrida coloca Freud e Nietzsche lado a lado e acrescenta que, para este último, a crueldade não teria termo, nem tampouco sentido opositor, isto é, seria irreduzível, sem fim e sem contenção; à diferença de Freud, que acreditava que, apesar da crueldade poder ser sem fim, ela encontraria, sim, uma oposição, algum tipo de contenção: Eros. Derrida, indo na contramão de Mijolla-Mellor,

constata que se poderia inclusive apagar a crueldade sangrenta, mas que esta seria substituída por uma crueldade psíquica, sempre inventando novos recursos. Uma crueldade psíquica, um estado da alma, ou seja, dentro da esfera do vivo, mas uma crueldade não sangrenta, empregando as palavras do filósofo. A seguir, trazemos um exemplo desta crueldade não-sangrenta:

Holocausto – 1939-45

Em Birkenau, as detentas quando conseguiam obter uma vasilha, eram forçadas a utilizá-la para três propósitos bem distintos: tomar sopa, lavar-se e fazer suas necessidades. (LEVI, 1987)

Nada de cortes, nada de tiros, nada de golpes, nada de pele dilacerada, nada de sangue. No entanto, que demonstração de necessidade de humilhação! A crueldade, com efeito, no seu desprezo pelo sofrimento do objeto, no seu apoderamento, deixa esse rastro de malignidade; qual seria a função de tamanha malevolência? Parece-nos, então, valioso realçar a diferença de interpretação do conceito de crueldade nos autores apresentados. Se para Derrida o objeto é agente da satisfação do sujeito, assim como para o sujeito sádico em Freud, ele definitivamente coloca a crueldade dentro de uma trama de prazer; paralelamente, Mijolla-Mellor o insere esse sujeito em uma dinâmica anobjetal. Em outras palavras, vemos Derrida falando de erotismo no sofrimento alheio e a psicanalista falando da obliteração do objeto.

Em princípio, poderia parecer que estas colocações tomavam direções contrárias. Após uma segunda reflexão, entretanto, esta diferença na interpretação de *Grausamkeit* pode abrir uma brecha para pensarmos a possibilidade da desobjetalidade e do prazer articulados no mesmo gesto. Autorizamo-nos a levantar a suposição de que estas duas engrenagens, prazer e obliteração do objeto, não se excluem, isto é, podem eventualmente emergir simultaneamente.

O que nos leva a repensar a questão da indiferença do malfeitor. A indiferença ao objeto que encontramos na criança cruel que só o quer para possuí-lo não exclui, como já havíamos pincelado sutilmente no capítulo que trata das pulsões de crueldade e apoderamento, a possibilidade de prazer vivido pelo próprio apoderamento. Em outras palavras, o prazer da dominação. Temos, aqui, que trazer de volta a questão da especificidade do objeto e perguntar-nos se a criança cruel, como diz Mijolla-Mellor, quer apoderar-se de *toda espécie de objeto*, de um objeto pulsional não específico? Será que para o sádico ou o indiferente esse objeto é absolutamente aleatório?

Essas questões sobre a contingência do objeto impõem um desdobramento ainda maior: a destituição da humanidade, a necessidade de deformar a alteridade em partes ou animais, de fato exclui, descarta aquilo que o objeto representa para o malfeitor? Retomemos alguns relatos. Por mais que os malfeitores dessem vários nomes a seus inimigos, será que o SS, apesar de chamar seu objeto de pedaço de pau, deixa de ver exatamente aquela mulher judia, aquele jovem judeu à sua frente? Será que os *marines* (fuzileiros navais) americanos deixam de ter muito claro que os *gooks* são pessoas inimigas, em carne e osso, e que portanto devem ser mortos? Ou, como bem coloca Green, ao lançar mão desse recurso, a intensidade, a magnitude do mal pode vir em uma dimensão ainda maior?

Assim, vemos que a questão da contingência do objeto é central dentro da noção de crueldade. Na verdade, veremos mais adiante que também será nuclear na questão da perversão e do sadismo.

3.3. Perversão-sadismo

Apesar de insistir em deixar os conceitos de perversão e sadismo fora de seu contexto sexual *strito sensu*, Janine Chasseguet-Smirgel baseia-se, em seu artigo *Reflexões sobre as conexões entre perversão e sadismo*, em alguns textos do Marquês de Sade: *Os 120 dias de Sodoma*, *Justine* e *a História de Juliette* (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1978). No entanto, ao fazer a comparação entre esses dois conceitos, a autora não enfoca a parte sexual, mas faz uma analogia entre a parte biológica da digestão com a atuação do perverso-sádico. Ela apresenta, de forma impactante, como e por que o mundo do perverso confunde-se em um certo nível com o mundo sádico-anal; ou seja, aponta quais seriam os elos mantidos entre a perversão e o sadismo, segundo a visão freudiana.

A autora demonstra, a partir das obras em questão, a construção premeditada de um processo no qual os objetos seriam submetidos a uma lenta digestão, obedecendo a regulamentos estritos, entrando em um sistema no qual eles, seguindo uma determinada ordem das coisas, deslizando cada vez mais profundamente no trato digestivo, seriam transformados progressivamente em excrementos, até sua completa fecalização e expulsão. O texto aponta a total objetivação do sistema digestivo: reduzir tudo a uma massa homogênea, massa fecal, ou seja, produzir unidades que percam seu caráter original para se tornarem cada vez menos diferenciadas. A autora vai mostrar como dentro da cena sádica o objetivo é transformar tudo (indivíduos, ideias, zonas erógenas, partes do corpo...) em partículas homogêneas, ou seja, em uma massa.

Podemos ampliar essa analogia a várias questões que trouxemos até agora. A perda da singularidade, perda da humanidade, mesmo conceito de desobjetalização analisado anteriormente, pessoas que viram bolo fecal. Estamos também no terreno da origem da crueldade, onde a dominação do objeto é o núcleo do gesto do sujeito. Articulamos uma vez mais o desprezo pelo objeto e o prazer do sujeito, prazer pela dominação e depredação do objeto. Desta maneira, por meio deste texto, mais uma vez podemos pensar na crueldade presente no sadismo.

Podemos inclusive fazer uma analogia entre a massa fecal e a massa que reúne pessoas. A massa que a todos homogeneiza, onde a singularidade é obliterada, onde o pensamento próprio é impedido e, como coloca de forma tão impressionante David Rousset, um preso político francês, sobrevivente de Buchenwald que dirá: “As condições sociais da vida nos campos transformaram a grande massa de detentos e de deportados (quaisquer que tivessem sido sua posição social anterior e sua formação, do momento que não puderam participar em nenhum grau dos privilégios concentracionários) em uma plebe degenerada inteiramente submissa aos reflexos primitivos do instinto animal” (ROUSSET, 1993, p. 226).

De acordo com a psicanalista, embora esta seja a essência do sadismo *par excellence*, também se trata do prazer proporcionado pela transgressão. Este prazer de transgredir é consubstancial com a perversão; este romper barreiras, destruir a realidade e criar outra onde todas as diferenças sejam abolidas – por exemplo, entre sexo e gerações. A negação da diferença é comum ao sádico e ao perverso. Para o sádico essa negação é o próprio alvo. Ao destruir a realidade, que é construída através das diferenças, ele transforma o universo, a nova realidade em excremento e obtém prazer. Para o perverso, a negação das diferenças é o meio que torna o prazer possível. Isso implica em que não existe perversão sem a necessária subversão da realidade. E disto se desprende, igualmente, que o desejo de subverter a realidade está presente no homem, pois todo homem procuraria sanar sua velha ferida narcísica.

A própria autora faz uma procedente articulação de seu texto com a expressão do *Gauleiter*¹⁹ de Auschwitz, que chamava seu campo de extermínio de o *ânus do mundo*. Fazemos nossas as palavras da autora quando afirma que os campos de concentração faziam, em um certo nível, a objetivação do sistema digestivo ao transformar suas vítimas em uma massa indiferenciada. Os detentos que sobreviviam à seleção inicial perdiam seu nome, sua identidade, seus cabelos, suas roupas e, em pouco tempo, pareciam-se ainda mais, pois

¹⁹ O *Gauleiter* era o chefe de um departamento regional do partido nazista ou o governador de uma região. Segundo título mais importante na hierarquia do partido. Fonte: <http://dictionnaire.sensagent.com/gauleiter/fr-fr/>

estavam todos famélicos, sujos, fracos, desprovidos de singularidade, desnudados de vida, formando uma imensa massa homogênea de mortos-vivos. O cenário macabro que segue ilustra pertinentemente as colocações de Chasseguet-Smirgel:

Holocausto – 1939-45 – Campo de Belzec

Neste campo, todos os dias pegavam um judeu para cavar uma fossa estreita e profunda e o detento tinha que permanecer lá dentro. Em seguida forçavam cada detento a fazer suas necessidades dentro da fossa, ou seja, em cima da cabeça da vítima. Aquele que se recusava, levava 25 golpes de porrete. Assim seguia o dia inteiro até que o detento fosse asfíxiado pelas imundícies. (BENSOUSSAN, 2005).

Neste relato há ainda uma perversão maior, repetida à exaustão ao longo da bibliografia lida: o gesto hediondo, por parte dos SS, de colocarem nas mãos dos detentos a morte de seus próprios conterrâneos, obrigando-os, desta forma, a tornarem-se cúmplices no crime dos seus algozes, como mencionado na nota de rodapé dos *Sonderkommando*.

Se a autora destacou o sadismo e a perversão irmanados na negação da realidade, encontrando prazer na transgressão e criando um mundo na destruição do outro, Flávio Ferraz constatará em seu texto *Perversão* (2006) que o uso compulsivo do mecanismo da recusa – e da conseqüente dissociação do ego – faria com que o perverso fosse conduzido a um estado de vazio psíquico, a uma falta de relacionamentos afetivos genuínos com decorrente solidão e infelicidade. O autor apresenta, então, um perverso que não aprecia, não desfruta de sua presa ou de sua caça. Embora possa parecer irreal, há lugar, assim, para pensar que por detrás de cenas tão ferozes encontra-se um sujeito esvaziado e empobrecido... Por outro lado, Ferraz acrescenta ainda que não se pode menosprezar o fato de que da mesma raiz de *perversão* deriva o termo de *perversidade*, que quer dizer “índole ferina ou ruim” (FERREIRA, 1986 apud FERRAZ, 2006).

Alguns autores, como Laplanche e Pontalis, também apontaram que certos autores davam uma extensão mais larga ao falar de perversões de “sentido moral”. Podemos enriquecer nossa gramática do mal ao ler o texto de uma nota de rodapé do *Dicionário de Psicanálise* em que se afirma haver uma ambigüidade do adjetivo *perverso*, ao qual corresponderiam dois substantivos, *perversidade* e *perversão*. Citando os autores: “Em psicanálise, fala-se de perversão apenas em relação à sexualidade”; no entanto, enfatizam que “é comum falar de perversão, ou melhor, de perversidade para qualificar o caráter e o

comportamento de certos sujeitos que fazem prova de uma crueldade ou de uma malignidade particulares” (2004, p. 307).

Nelson da Silva Jr. (2006) (informação oral)²⁰ constata que dentro da psicopatologia os fenômenos sado-masoquistas clássicos organizam-se em torno da dor, da *mise-en-scène* e, às vezes, de uma organização contratual. Ao citar Freud, em *O Id e o Ego*, Silva Junior relembra que é o corpo, e sobretudo sua superfície, o lugar do qual podem partir percepções internas e externas. Estas colocações permitem-nos reforçar a importância que o corpo toma dentro das várias relações que se constroem entre os protagonistas da dor. Desvinculado do pano de fundo sexual, no sentido genital, o carrasco pode então experimentar prazer depredando o corpo alheio levando em conta a dor e a humilhação de sua vítima.

Ou seja, podemos pensar o sadismo da mesma forma que a perversão pode ser pensada fora do contexto sexual, por meio das perversões morais. Dentro da definição de sadismo presente no *Vocabulário de Psicanálise*, Laplanche e Pontalis (2004, p. 428), vemos que a psicanálise ampliou a noção de sadismo com diferentes formas e graus de perversão sádica. Estes autores destacam que Freud, por vezes, nomeava sadismo, o exercício apenas da violência, fora de toda satisfação sexual *strito sensu*. Em nosso estudo, isso equivaleria a dizer que o sádico pode viver uma experiência de prazer ao matar, humilhar ou infringir sofrimento ao outro.

Para falar da perversão fora do contexto sexual recorreremos, a seguir, a autores que se aprofundaram nas perversões denominadas morais. Poderemos observar as semelhanças no funcionamento desses dois tipos de perversos e notar a diversidade de atuações possíveis dentro das perversões de caráter.

3.4. Perversões Morais – Perversidade

Nosso estudo traz relatos históricos de situações ocorridas em vários conflitos bélicos ao redor do planeta. Nosso pano de fundo está, dessa forma, afastado das encenações sexuais características do perverso-sádico. Um dos autores que pensou a perversão fora de seu contexto sexual é o psicanalista-psiquiatra Paul-Claude Racamier. O autor retoma, em seu livro *O Gênio das origens – Psicanálise e Psicoses* (1992), o percurso freudiano e assinala que a perversão moral estaria articulada a uma perversão narcísica. Esta se situaria na

²⁰ Informação fornecida por SILVA JUNIOR na conferência *Le masochisme érogène, dernier rempart pour le sujet post-moderne? Réflexions sur les pratiques de modification corporelle*, ministrada em Paris no Hôpital St. Anne, no seminário da Profa. Sophie de Mijolla-Mellor, em 2006. Texto da palestra fornecido pelo autor.

sucessão diferida de sedução narcísicas inesgotáveis e que, não tendo nunca sido alcançadas, nunca puderam ser abandonadas nem assumidas, permanecendo indefinidamente não resolvidas. De acordo com Racamier, a perversão narcísica nada teria de prazeroso devido a essa intolerável incompletude, postura que vai ao encontro de Flávio Ferraz, que, como vimos anteriormente, colocava a compulsão do perverso nessa impossibilidade de satisfação.

O texto esclarece que para o perverso narcísico somente os desejos do próprio sujeito são levados em conta, enquanto o objeto não pode ter desejos próprios. Este último só existe para realizar os desejos do sujeito, que se torna, empregando as palavras do autor, “objeto-capacho”, “objeto-presa” que jamais será amado, será usado, esvaziado, ultrapassado e reduzido à utilidade; um “objeto-utensílio”, numa relação instrumental. Estas colocações novamente se afinam com o que Ferraz ilustrava em seu livro (FERRAZ, 2006) ao apresentar um caso clínico: um perverso sexual que usava os outros como se fossem palitos de fósforo; uma vez perdida sua utilidade, joga-se fora, sem sequer importar-se com o sofrimento do outro. Aqui também podemos lembrar o princípio da crueldade, no qual o objeto é obliterado, um des-objeto, e pode empregar todas essas impactantes denominações trazidas pela pena de Racamier. Vemos, assim, que a figura da crueldade também ocupa seu lugar na perversão.

A perversão narcísica encontra sua mais plena realização na esfera da ação; portanto, muito pouco na fantasia. Racamier pergunta: para que a fantasia se não há, de fato, um objeto? Neste ponto, sentimo-nos na obrigação de discordar do autor, porque acreditamos que há, sim, um objeto, que pode não ser específico, que pode ser tornado parcial, que pode ser deformado, mas que cobra existência para que o perverso possa descarregar toda a intensidade de sua pulsão sobre ele. A existência deste objeto-utensílio, adotando a expressão de Racamier, é, portanto, absolutamente indispensável.

O autor constata que, em um primeiro momento, a perversão narcísica caracteriza-se pela necessidade e pelo prazer presente no fato de fazer-se valer às custas do outro. No entanto, trata-se de um prazer específico. Embora não seja erógeno, ainda que aspectos da perversão sexual estejam frequentemente presentes, esse prazer é obtido por manobras e condutas pragmaticamente organizadas em detrimentos de pessoas reais. Parece-nos central a contribuição de Racamier quando afirma que: “Com certeza a perversão narcísica é uma perversidade” (RACAMEIR, 1992, p. 285).

Um dos traços mais importantes presentes também na perversão narcísica seria o da falta absoluta de uma censura interna ou de algum sentimento de culpa. O perverso narcísico não deve nada a ninguém, não reconhece ninguém como sendo superior a ele, não inveja nada

nem ninguém. Ele acredita que tem tudo e é sempre o outro que paga a conta. A realidade social não conta muito aos seus olhos, seus fins são disfarçados e seus objetivos, dissimulados. Quanto maior organização na perversidade, maior desorganização na presa.

É importante, aqui, voltarmos à questão da consciência de culpa para pensar que no perverso – seja moral ou sexual – há um emperramento nessa engrenagem, há uma falha na operação vigilante e coercitiva do superego. Se, como vimos, o sentimento de culpa é a severidade da consciência moral e a percepção do ego de ser vigiado, podemos pensar que no perverso não há autoridade introjetada que importe ou ameace, o que não quer dizer que não haja autoridade. Na verdade, existe o estabelecimento de códigos, já que o gesto perverso será o de transgredir tais parâmetros normativos. Não podemos pensar que o perverso não se importa com a norma; a lei representa as balizas que orientarão sua atuação para poder rompê-las.

Racamier parece retomar a questão da existência do objeto quando declara que o objeto do perverso não será negado na sua existência, mas na sua importância; ele só é suportável se dominado, maltratado, sadicizado. É, assim, um objeto-não-objeto, é o objeto inanimado da relação fetichista. Esta desidentificação em relação ao objeto leva-nos a pensar que estamos falando de desobjetalização, apenas utilizando outras expressões e outros termos.

Outro psicanalista que pensou as perversões morais é Alberto Eiguer. Ele também discrimina as perversões sexuais das perversões morais. Em seu livro *Pequeno Tratado das Perversões Morais* (1997), ele destaca tipos específicos de desvios morais que denomina de “grandes caracteres perversos”²¹. O autor define a “perversão de caráter” como um sinônimo que aponta para o fato de o caráter, que serve normalmente para a afirmação de si, ver-se desviado de suas metas. Eiguer assinala, fazendo eco a Racamier: “Uma outra palavra próxima: perversidade” (RACAMEIR, 1997, p. 9).

Em seu livro *Novos Retratos do Perverso Moral*, de 2005, o mesmo autor aponta que os perversos morais sofreriam de perturbações em vários aspectos de sua vida psíquica. Eles caracterizam-se pela sua malignidade, pela indiferença ao sofrimento do outro, pela ausência de culpabilidade, pela ausência de moral. Aqui os dois autores citados – Racamier e Eiguer – caminham lado a lado em relação à questão da culpa e da moral.

O perverso moral prova possuir uma imensa capacidade de argumentação, persuasão, sedução e justificação em relação aos seus atos. Em outras palavras, uma ofensiva do desejo de convencer e uma defensiva de se justificar. Seu grande poder de dissimulação faz com que

²¹ O impostor, o mitômano, o perverso narcísico, o psicopata, o pirômano, o cleptômano, o escroque, o jogador de azar.

suas manobras fiquem sempre marcadas pelo segredo. Seu objetivo é o assujeitar, submeter a vítima, não importando os meios e as conseqüências. Na sua predação, portanto, a violência está incluída. As relações sociais do perverso dão lugar a uma relação de apoderamento ou dominação. De acordo com o autor, o sádico moral centra sua atividade sobre a crueldade. Afirmção feliz, já que faz eco ao que Freud apontou veementemente sobre a pulsão de crueldade e de apoderamento.

Vemos, assim, que há numerosos pontos em comum entre o perverso sexual e o perverso de caráter. Compartilham o mecanismo de defesa – recusa da falta e a clivagem –, não sentem culpa e seu prazer está na transgressão. Tanto no perverso moral como no sexual permanece o desejo de tornar-se mestre da relação alcançando um sentimento de triunfo, jubilação e superioridade. Pensemos, assim, no apoderamento, no prazer que pode existir na própria ação da posse. Sua relação com o objeto é a de não conceber seu objeto em sua totalidade como ser inteiro, mas encontrar em sua vítima um alguém que possa subjugar e submeter aos seus desejos para corromper e dissuadir, exercendo assim toda sua dominação.

Dentre estes grandes desvios morais, o mais letal seria a psicopatia. O psicopata prova possuir tendências impulsivas e um modo errático do psiquismo que impede sua elaboração simbólica ou sua transformação em pensamento. Não há muita distância entre a pulsão e sua expressão comportamental para permitir sua elaboração. Seu terreno preferido é a ação, em detrimento ao pensamento e ao afeto; em outras palavras, a motricidade através da descarga imediata. A passagem ao ato é geralmente repentina, brutal e violenta; assim, livra-se de uma tensão interna. O psicopata tem muita dificuldade nas relações íntimas e sentimento de inveja e rancor. Como ele nunca se sentiu implicado em um laço “responsável” em relação ao outro (ausência de vínculo materno confiável e durável), não há sentimento de culpa. Na esfera da relação de objeto, encontra uma grande dificuldade em formar vínculo, em investir uma relação com o outro suficientemente intensa e prolongada. É um poço de rancor.

De acordo com Eiguer, psicologicamente vazio e empobrecido, o perverso de caráter tem dificuldade em assimilar as experiências vividas. Essa colocação vai ao encontro de Racamier e Ferraz, que também pensaram a incompletude emocional do perverso em seus vínculos. O aborrecimento, a monotonia desorganizam-no internamente, porque ele não pode entrar em contato com sua tristeza. No psicopata, o sentimento de marginalidade remete-o à ideia de dívida: a sociedade, a mãe, seja quem for, devem-lhe. Há, portanto, segundo esse autor, uma grande quantidade de agressão e reivindicação, pouco verbais e por meio de ameaças e chantagens.

Todas essas caracterizações do funcionamento perverso falam da necessidade de ter poder sobre o outro. Cenários nos quais a vítima deve ser sempre dominada e nos quais sua dor e/ou o sofrimento não são levados em conta. Essas constatações vão ao encontro direto da definição freudiana das pulsões de apoderamento e crueldade na fase pré-genital da criança. Voltamos a testemunhar a indiferença pelo objeto e entramos cada vez mais em contato com a necessidade de agir do perverso.

Assim, parece-nos relevante discriminar, de forma breve, o *acting out* e a *passagem ao ato*. Laplanche e Pontalis esclarecem-nos que o termo *acting out* é empregado em Psicanálise para “designar ações que apresentam na maior parte das vezes um caráter impulsivo e que rompe relativamente com os sistemas de motivação habituais do sujeito, relativamente isolável no curso das atividades, adquirindo freqüentemente uma forma auto- ou hetero-agressiva” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 6). Freud referia-se a isto como *agieren*. Quando surge dentro de uma análise, deve ser compreendido na sua conexão com a transferência.

“Passagem ao ato” seria uma das traduções mais próximas, apesar do inconveniente de carregar seu sentido da clínica psiquiátrica, onde significa exclusivamente atos impulsivos violentos, agressivos, criminosos: o sujeito passando de uma representação ao ato propriamente dito. De qualquer forma, é importante pontuar que sempre está presente o caráter impulsivo em ruptura com o comportamento habitual – o que em psicanálise é lido como o retorno do recalcado, como uma encenação que se repete. O *agieren* de Freud indicará a tendência de certos pacientes a “pôr em ato”, fora da análise, moções pulsionais – fantasmas e desejos –despertadas por esta. Em outras palavras, a passagem ao ato acontece quando, fora da análise, “quando sob o domínio de seus desejos e fantasmas inconscientes, o sujeito vive no presente com um sentimento de atualidade, sendo que desconhece a sua origem e seu caráter repetitivo” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004 p. 240).

Fazendo uma comparação entre o psicopata e o perverso moral citado anteriormente, encontramos duas linguagens de ação distintas: o psicopata é geralmente impetuoso, desorganizado e rústico; sua predação é um convite à ruptura da ordem moral. O perverso narcísico é menos agressivo, mais refinado, calculador, teatral, tende à sensualidade, atua mascarado; sua dança é um convite ao gozo. Ambos têm ausência de consciência moral. Seja para os perversos ou psicopatas, a lei não está marcada em seus espíritos. Ou melhor, está marcada para justamente poder ser transgredida.

Em seu livro *O Discurso Vivo*, referindo-se às estruturas psicopáticas, André Green (2004) fala da importância, da massividade dos *actings*, do menosprezo ou da inconsciência

que testemunham em relação aos objetos externos. O *acting* tem por objetivo “curto-circuitar” a realidade psíquica pela descarga da tensão. De acordo com o autor, este *acting* é acompanhado de uma ausência de recuo que chama a atenção e que faz duvidar da presença do princípio de realidade nestes indivíduos, que parecem obedecer apenas ao princípio do prazer. A sua relação com o outro é de ordem consumatória. Jogando-se plenamente ao *acting*, o psicopata devora os objetos que se encontrem no terreno onde vieram. Não pode esperar, nem enganar sua fome destrutiva. Essa explosão do *acting* é o que traz enfim a resolução da tensão, não importando as conseqüências.

Green assinala que no psicopata a linha das relações objetais é rompida, o estatuto de instabilidade do objeto, a intolerância à frustração, a imaturidade afetiva, a resposta sobre um modo imediato e não diferido, o sentimento que tudo lhe é devido e a acusação permanente do ego queixando-se do que os outros lhe fizeram. De acordo com o autor, consonante com o que vimos em outros, o psicopata não sabe saborear o gozo. Esta estrutura representa estados de degradação energética que levam a uma descarga econômica deterioradora do status social do indivíduo.

Numa comparação muito pitoresca, Green dirá que “a diferença que separa o perverso do psicopata é essa do gourmet e do guloso”²² (2004, p. 182). O perverso elabora seu gozo através do cenário que lhe é necessário. O cumprimento do *acting* perverso precisa da montagem de uma representação cênica, há um elemento de teatralidade que é condição do gozo perverso. O sucesso no desempenho do perverso é o de obter o máximo de prazer do gozo pelo exercício das pulsões parciais. É assim que sempre faltará alguma coisa ao seu gozo, apesar da reivindicação por um prazer sem limites, prolongamento do prazer de órgão, contra o “pleno amor de objeto”.

Aqui podemos retomar os relatos que beiram o espetáculo: seja o de Kohn, com seu apuro em prolongar a agonia dos doentes, seja o de Moll, ao levar ao paroxismo sua necessidade de dominação, o prazer vindo do poder, agregado ao prazer de ver o sofrimento da vítima. Encontramos nessas cenas os ingredientes de sadismo e crueldade em plena integração; domínio e sofrimento do objeto como parte do prazer para o sujeito. Aqui o objeto cobra existência própria porque parte de prazer sentido pelo sujeito é justamente o sofrimento do outro.

²² Em francês, *gourmet* tem o sentido de alguém exigente e que possui bom gosto em relação à gastronomia; por sua vez, *gourmant* é o guloso que não prioriza a qualidade do que ingere.

À medida que nos aprofundamos nestas questões, surgem novos desdobramentos, abrem-se novas possibilidades. O objeto pode ser destituído de seu estatuto como no caso da psicopatia e, no entanto, não podemos eliminar a possibilidade de ter sido um momento de prazer para o agente, como mencionamos anteriormente. Mas um prazer oferecido pela descarga pulsional, não um prazer procurado no sofrimento do outro. Há, sim, uma necessidade insuportável de fazer sofrer, de dominar, de depredar. Esta seria a dinâmica na qual se inscreve o perverso: parcialização objetual, indiferença ao objeto e a busca de apoderamento sobre ele. No caso do sádico, parece haver um prazer a mais. Não somente o prazer sentido pelo domínio sobre o objeto, mas acrescido do prazer porque esse objeto está sofrendo, um prazer em dobro!

Ao avançarmos na metapsicologia, aprofundamo-nos nas psicopatologias levantadas pelo nosso estudo. Lendo contribuições de distintos psicanalistas e pensadores, os conceitos de sadismo e perversão ficaram cada vez mais claros e seus terrenos de atuação, cada vez mais definidos. Também parece mais clara a questão do objeto para o sádico e para o perverso. No entanto, a crueldade parece mover-se numa espécie de nebulosa e sua delimitação não fica tão nítida na metapsicologia. Para Freud, ela nasce da pulsão de crueldade, articulada à pulsão de apoderamento, mas em uma segunda etapa, quando da fusão com a pulsão sexual, o sofrimento objetual entraria em cena e o foco fica mais evidente na questão sádica. Mijolla-Mellor destaca a questão da indiferença e da desobjetualização; para Derrida a interpretação da crueldade freudiana viria tingida de prazer, extremamente inserida no contexto sádico-masoquista...

De qualquer maneira, algumas coisas parecem estar claras em relação à crueldade: ela cresceu com ingredientes de apoderamento, o que pode falar de prazer em dominar o objeto, anteriormente ignorado, e que passa a existir quando chega a etapa do sadismo. Assim, prazer pelo domínio antes, somado ao prazer pelo sofrimento objetual depois. A crueldade acaba sendo uma figura que parece estar presente em todo nosso estudo: ora no sadismo, ora na perversão, numa gramática flexível, propiciando sempre um gesto bestial.

Desta maneira, o percurso dentro da Psicanálise cobriu importante parte das nossas questões. No entanto, vamos trazer agora autores que pensaram a questão do mal fora das suas fronteiras da psicanálise e, aparentemente, fora da psicopatologia. Iniciaremos com a visão de Hannah Arendt, filósofa que trouxe uma maneira de pensar que nos parece muito digna de ser explorada, porque coloca sua lente sobre o fenômeno individual e coletivo e brinda-nos com sua visão de mal radical e de banalização do mal. Para entrar no mal radical, abordá-lo-emos de forma muito sintética e pontual no filósofo que o postulou, Immanuel

Kant. Após explorarmos esse recorte do mal na filosofia, traremos dois pesquisadores, um historiador – Christopher Browning – e um psicólogo social – Harald Welzer –, que enfocaram suas pesquisas na questão dos responsáveis por grandes massacres.

O MAL FORA DA PSICOPATOLOGIA?

4.1. O mal e a filosofia

André Lalande, em seu *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, propõe a seguinte definição para o mal: “Podemos entender o mal metafisicamente, fisicamente e moralmente. O mal metafísico consiste na simples imperfeição, o mal físico no sofrimento, e o mal moral, no pecado” (LEIBNIZ²³ apud LALANDE, 1996). Vamos explorar o terceiro termo desta distinção, dando voz a Kant e a sua concepção de mal radical.

4.1.1. Kant e o mal radical

Para o filósofo alemão, o mal radical é antes de tudo um mal cujas raízes crescem no coração do homem, raízes estas que poderão ou não ser extirpadas. Em outras palavras, caberia a cada indivíduo arrancar estas raízes do seu coração, ou, ao contrário, deixá-las germinar e crescer. Assim, em seu livro *A religião nos limites da simples razão*, lemos: “Sem a razão prática o mal *radical* seria *definitivo*. Mas o mal só fez crescer suas raízes e raízes devem ser arrancadas. O homem não seria capaz por si só?” (2004, p. 22, grifos do autor). Para tentar responder à sua pergunta, Kant vai falar de uma propensão ao mal – *propensio*. É importante destacar que o filósofo está falando em propensão, ideia que carrega consigo a possibilidade da evitação, de uma possibilidade de fazer diferente, de um poder de escolha, enfim, de livre arbítrio. Ao explicar a inclinação natural ao mal, Kant prossegue:

Esta inclinação deve finalmente ser buscada no livre arbítrio e que é em consequência imputável, é moralmente mau. Este mal é *radical* porque corrompe o fundamento de todas as máximas (KANT, 2004, p. 105)

Em outras palavras, o homem não seria naturalmente mal. Ele teria, sim, uma propensão ao mal, e poderia, por meio de certos recursos internos, dar conta e livrar-se da maldade, ou não. Kant, inclusive, vai graduar três tipos desta mesma propensão:

1. A fragilidade/fraqueza da natureza humana para conformar-se às máximas adotadas (*fragilitas*);

²³ LEIBNIZ, *Theodiceia*, 1ª. Parte, parágrafo 21.

2. Propensão a misturar motivos imorais aos motivos morais, ou seja, a impureza (*impuritas*);
3. A malignidade da natureza humana (*vitiositas*), a propensão a inverter a ordem moral.

Em relação a esta última, Kant vai falar de perversidade: “Podemos também chamá-la de perversidade (*perversitas*) do coração humano” (KANT, 2004, p. 96). A maneira de pensar encontra-se pervertida em sua raiz no que diz respeito à intenção moral. Kant ainda adverte que “esta propensão é inerente à natureza humana” (p. 97); este é o mal radical.

É muito curioso ler que Kant, em 1794, já denunciava as cenas de crueldade em Tofoa, Nova Zelândia ou na América do Noroeste, para afirmar:

uma propensão perversa desse tipo deva ser enraizada no homem, isto é um fato do qual não podemos nos poupar de dar nova prova, visto a multidão de exemplos comprovados que a experiência das ações humanas nos apresenta” (KANT, 2004, p. 100).

Passaram-se os séculos e as ações humanas continuaram comprovando que o homem, com sua liberdade de escolha, fazia prova de pouca capacidade de arrancar, por si só, as raízes do mal de dentro de seu próprio coração. No século XX, este conceito de mal radical kantiano foi retomado pela filósofa que trazemos a seguir.

4.2. Hannah Arendt

A filósofa alemã Hannah Arendt aprofundou-se, igualmente, no estudo dos regimes totalitários. Ela retoma a ideia de mal radical de Kant, mas não em sua natureza individual. Arendt vai enfatizar a questão do coletivo. Em seu livro *Origens do totalitarismo*, mais especificamente no tomo *O Sistema Totalitário*, a escritora aponta o fim do século XIX como a época do nascimento imprevisto do “homem de massa” e “dos fenômenos tão inesperados e imprevistos como a perda radical do interesse pessoal [...]” (2002c, p. 54). É interessante observar que, ao falar dos crimes cometidos em massa, a filósofa aponta que não se trata somente do ponto de vista do número de vítimas, mas também do número daqueles que perpetraram o crime. Mais preocupante ainda é quão pertinentemente ecoa seu alerta: “Os movimentos totalitários são possíveis em todos os lugares onde se encontrem massas [...], que

existem em todos os países e constituem a maioria das camadas de gente neutra e politicamente indiferente [...]” (2002c, p. 46).

Ao aprofundar-se no fenômeno do nazismo e do stalinismo, a autora vai articular a noção de mal radical ao fenômeno coletivo. “Com a chegada do totalitarismo, regime dos paroxismos, como grande evento do século XX, há a irrupção do mal radical na política” (2002c, p. 108). Muitos anos mais tarde, em uma das conferências compiladas em *Responsabilidade e Julgamento*, ela afirmará que “o regime nazista apresentava um problema muito complexo: o da intrusão da criminalidade no campo político” (2005, p. 55). Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt vai apresentar, de forma contundente, o mal radical ao referir-se ao surgimento dos campos de concentração e de extermínio.

4.2.1. Mal radical

De acordo com a autora, o mal cometido pelos regimes totalitários é o mal radical de Kant, o mal da corrupção no coração, que se radica no coração humano em que não há espaço para o bem. Arendt declara: “Os homens normais não sabem que tudo é possível”²⁴. “A convicção fundamental do totalitarismo de que tudo é possível, se verifica nos campos, ou seja, aqui alcançamos a dimensão coletiva da maldade. São atos que ultrapassam simplesmente nossas faculdades de compreensão” (2002c, p. 241). Este mal radical vem articulado à dominação total em seu sentido mais forte, porque os nazistas provaram que não havia nada que não pudessem realizar, como mostram as palavras da filósofa: “Os campos são a única forma de sociedade onde é possível dominar o homem inteiramente. Uma amostra humana reduzida a um feixe de reações. Numa visão utilitarista do mundo” (2002c, p. 278). Para a autora, os campos são a mais importante instituição da dominação totalitária e essa dominação total se dá em três etapas. Trata-se, principalmente, de uma sequência de quebras das resistências:

1. quebra da pessoa jurídica: a pessoa perde o direito a ter direitos. Perde seu nome, sua identidade, sua família, seu grupo, seu idioma.
 2. quebra da pessoal moral: a pessoa é transformada em cúmplice dos atos criminosos.
- Na luta para viver, a pessoa permite que outros morram (por traição, por obrigação,

²⁴ Arendt cita, aqui, David Rousset, preso político e sobrevivente de Buchenwald, cujo livro, uma coletânea de vários sobreviventes de vários campos de concentração e de extermínio, se tornou um estudo sobre a “sociedade concentracionária” em *Les jours de notre mort (Os dias da nossa morte)* (1993, p. 742).

por falta de opção). O indivíduo é automaticamente despossuído de sua própria morte, só morrerá por vontade de outros.

3. quebra da pessoa psicológica. O mais difícil de destruir: a individualidade, o caráter único da pessoa humana (através da manipulação do corpo humano: tortura irracional e sádica), até destruir a espontaneidade²⁵. Pessoas que terminam por igualar-se a espantosas marionetes com rosto humano, que reagem de um maneira absolutamente previsível sabem apenas reagir como “nas experiências de Pavlov” (Arendt, 2002c, p. 271).

A humanidade aqui é novamente colocada em questão: “O surgimento de homens sem alma, quer dizer, de homens cuja psicologia não entendemos mais” (2002c, p. 252), dirá o texto arendtiano, referindo-se aos algozes. A filósofa fala da perda de humanidade dos opressores, e aqui cabe trazer a definição de humanidade de José Moura Gonçalves Filho, segundo a qual:

A noção de humanidade seria a noção de pessoa em contraste com noções de coisa ou de organismo (pensando que os fenômenos determinados, mecanicistas são destituídos de liberdade): é o caráter de quem está disposto a entrar em comunicação e em contato com o outro enquanto tal (no seu sentido não redutível). (Informação oral)²⁶

Seguindo essa definição, vemos, primeiramente, o surgimento da denominação do outro como organismo ou coisa, recurso utilizado, como vimos, para destituir o outro da condição humana para, aparentemente, propiciar maior poder de destrutividade. Em seguida, vemos a questão da não-comunicação e do não-contato e notamos nos relatos aqui trazidos que, com efeito, não há fluxo de comunicação entre algoz e vítima, a fala só parte de um lado, não há contato em absoluto. No entanto, a perda de humanidade não parece pertencer só a um dos lados desse encontro – ou melhor, desencontro. Em seu texto, Arendt constata: “Da mesma forma, as vítimas nas usinas da morte não são mais “humanas” aos olhos de seu algozes” (2002c, p. 277). Ela refere-se às vítimas, que se resumem a um feixe de reação, portanto preenchendo essa noção de organismos, esvaziadas de toda a noção de pessoa. Assim, se os malfeitores perderam a disposição de entrar em comunicação com outrem, destituindo-se de sua humanidade e destituindo os também outros da sua, encontramos o

²⁵ Para Arendt, a espontaneidade é, precisamente, o maior de todos os obstáculos ao exercício da dominação total sobre o homem, é a liberdade última do homem.

²⁶ Tema e definição propostos pelo próprio autor na disciplina de pós-graduação do IP-USP intitulada “Humilhação Social - Alguns Elementos para o Exame Psicológico de um Sofrimento Político”, 2010.

mesmo efeito desumanizador nas vítimas. Ambos, dominador e dominado, impedidos de sua humanidade, como visto nas aulas mencionadas de José Moura Gonçalves Filho. Com efeito, a autora, ainda no mesmo texto, chega à seguinte conclusão: “Uma coisa apenas parece clara: o mal radical, se podemos assim dizer, apareceu em ligação com um sistema onde todos os homens se tornaram supérfluos” (2002c, p. 249). Todos os homens, algozes e vítimas, presos em uma engrenagem inumana e dantesca.

Arendt constata que os campos de extermínio alcançam uma dimensão na qual “vida e morte são esvaziadas de seu sentido” e fala de “esta atmosfera de loucura e irrealidade criada por uma aparente ausência de objetivo” (2002c, p. 252). No entanto, ela expressa que a ausência de objetivo é apenas aparente, porque ao recordar os soldados alemães selecionados para a segurança do Reich ela conta que:

atrás da cega bestialidade dos SA havia muitas vezes um ódio profundo e um ressentimento por todos aqueles que socialmente, intelectualmente ou fisicamente eram mais providos: última evidencia de sentimento humanamente inteligível. Os SS deram lugar a uma absoluta frieza e sistemática dos corpos humanos cujo objetivo premeditado era o de destruir a dignidade humana; a morte era indefinidamente evitada ou postergada (ARENDT, 2002c, p.269).

Nestas linhas, aparece a questão que citamos anteriormente: a de uma experiência originária, de uma carga prévia e interna que faz com que qualquer ação, qualquer destruição venha sempre acompanhada de um sentido para aquele que a comete. Não há espaço para gratuidade em caso algum. Tomando o exemplo arendtiano dos nazistas, há uma herança de sentimentos hostis que englobavam toda a comunidade, irmanados pelos ideais utópicos de uma superioridade racial, liderados por um orador cuja perfídia e sagacidade torná-lo-iam, tristemente, um dos flagelos mais falados e polemizados da História.

Este texto de Arendt foi escrito ainda próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, e traduz o horror da filósofa frente a esse sistema político sem precedente. Curiosamente, remete-nos ao assombro de Freud frente às notícias da Primeira Grande Guerra... Ao falar dos nazistas, Arendt afirma que estes puderam pôr seu objetivo em prática graças ao terror, já que este “é a essência mesma desta forma de regime” (2002c, p. 94). Este sistema não pode estar desvinculado da dominação, que faz com que o terror seja finalmente incorporado por todos e que, de acordo com a autora, seja sempre mantido em movimento perpétuo para garantir seu domínio ao longo do tempo. “O totalitarismo descobriu um meio

de dominar e terrorizar os seres humanos do interior, alguém provido de pensamento e de vontade, as impõe a um grupo desprovido de pensamento e vontade, pela persuasão, pela autoridade ou pela violência” (ARENT, 2002c, p. 68). O paralelo com a ideia de superego é indiscutível. A autoridade introjetada na massa como a autoridade paterna no indivíduo que perde sua capacidade de autonomia perde seu poder de questionamento para seguir às cegas os ditames da massa e do líder.

4.2.2. O mal banal

Quase vinte anos mais tarde, em 1966, Hannah Arendt abandona sua visão do mal radical e apresenta sua inquietante visão do mal banal em seu livro *Eichmann em Jerusalém* (2002a). Nesta obra, a autora narra o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, uma das figuras mais grotescas no panorama dos executores. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele havia sido responsável pela evacuação e deportação dos judeus aos guetos e posteriormente aos campos de extermínio. O livro narra que Eichmann, considerado especialista em judeus, decidia quantos e quais judeus e para onde seriam enviados. Arendt presenciou a maior parte do julgamento em Israel e descreve o réu como medíocre, superficial, desprovido de qualquer brilho, movido pela obsessão de ser um burocrata exemplar. Vale a pena aprofundar um pouco mais as impressões da então repórter.

Arendt descreve o acusado como um burocrata que recorria sistematicamente a clichês, como o já conhecido “obedecer à lei e às ordens”, difíceis de serem levados a sério. Eichmann, dentro da grande contradição do horror indizível dos seus atos e o incontestável ridículo do indivíduo, alegou inocência frente a todas as acusações. No entanto, ao contrário do que todos esperavam (a mídia internacional, os juízes e todos os presentes), apresentava-se de forma assustadoramente e absolutamente comum – banal. Arendt descreve que o nazista havia sido examinado por seis psiquiatras, que certificaram que ele era “normal”. Assim, Eichmann não era louco, no sentido científico do termo, e ainda menos juridicamente.

Pessoalmente, ele não tinha nada contra os judeus, pelo contrario ele tinha várias razões pessoais de não odiá-los (coisa que infelizmente os juízes e advogados não acreditaram): como uma pessoa média, “normal”, nem fraco do espírito, nem doutrinado, nem cínica, possa ser absolutamente incapaz de distinguir o bem do mal. Este grande desafio moral passou batido no julgamento (2002a, p. 81).

Parece-nos interessante destacar essa questão da palavra banal, pois representa um ponto nuclear em nossos questionamentos. Para a psicanalista Sophie de Mijolla-Mellor, a definição de “banal” é “aquele que não é dotado de características excepcionais” (2005, p. 39). Com efeito, em um livro que levanta uma série de questões polêmicas, Arendt não somente propicia um eloqüente estudo sobre a investida nazista contra os judeus como pinta uma imagem de Eichmann que, assim como tantos outros criminosos, não tinha o perfil do assassino, frio, sádico, descontrolado, psicopata, ou qualquer denominação outra de insanidade: ele parecia ser um homem comum²⁷, e, no entanto, era um dos maiores criminosos da Segunda Guerra Mundial.

Através de declarações como: “É a pura ausência de pensamento [...] que lhe permitiu transformar-se em um dos maiores criminosos de sua época” (2002a, p. 495) ou “mais o escutávamos, mais nos entregávamos à evidência sobre sua incapacidade de pensar” (p.118), Arendt aponta que Eichmann demonstrava não ter capacidade para distinguir o bem do mal²⁸. Seria essa incapacidade a perda de autonomia crítica do indivíduo quando se encontra atravessado pelos códigos da massa?

Acreditamos que a grande contribuição – e alerta – de Arendt está na seguinte afirmação: “A lição que aprendemos com esse longo estudo é sobre a malignidade humana – a lição da terrível, da indizível, da impensável *banalidade do mal*” (2002a, p. 440). A filósofa nos traz uma gélida constatação e, por mais impactante que seja, gostaríamos de aprofundar um pouco mais essa questão. Eichmann parecia banal:

o tédio com Eichmann era, precisamente, que havia muitos que se pareciam a ele e que não eram nem perversos, nem sádicos, que eram, e ainda o são, terrivelmente e assustadoramente normais. Do ponto de vista das nossas instituições e dos nossos critérios morais de julgamento, essa normalidade era ainda mais aterrorizadora que todas as atrocidades reunidas, pois ela supunha esse novo tipo de criminoso, todo *hostis humani generis*²⁹ (2002a, p. 477) .

²⁷ De acordo com os critérios adotados pela autora.

²⁸ Arendt aborda de forma interessantíssima o tema da capacidade – ou não – para pensá-lo à luz do pensamento socrático (que não incluiremos neste trabalho), ou seja, do diálogo silencioso entre eu e eu-mesmo, e o articula ao problema do mal. Em *Responsabilidade e Julgamento*, algumas de suas conferências se debruçam especificamente sobre essa questão.

²⁹ Em latim, inimigo da humanidade

De fato, como apontamos no início deste trabalho, o século XX trouxe formas de destruição humanas sem precedentes na história do homem. Novos tipos de crimes, novos tipos de criminosos, cuja questionável falta de insanidade dá lugar a muitas questões sobre a possibilidade de novos Auschwitz e outros genocídios ao redor do planeta. Arendt, assim, parece abandonar o mal radical que imperava nos campos da morte, dentro dos quais a destruição humana, com efeito, ultrapassou tudo o que o homem podia imaginar em questão de malignidade e, ao se defrontar com a figura de Eichmann, visualizou quiçá um mal ainda mais ameaçador.

Esse mal banal ao qual se refere a autora é o mal sem raízes, que nasce rapidamente, alastra-se velozmente, como uma epidemia, uma praga, e pior de tudo: que contamina certo tipo de pessoas, certo número de pessoas, contra outras pessoas. Vamos delongar-nos um pouco mais sobre esse contágio a partir dos trabalhos de dois autores que se debruçaram sobre esta questão.

4.3. O mal banal fora da filosofia

Christopher Browning, professor de História na Universidade da Carolina do Norte, é um especialista mundialmente reconhecido na *Shoa*. Suas pesquisas consistem, principalmente, em explorar a parte da “micro história” (*Alltagsgeschichte – História da vida cotidiana*), ou seja, investigar mais especificamente o relato dos atores dos movimentos históricos – à diferença da “grande história”, que se concentra nos livros, nos grandes feitos e na qual se perde a dimensão individual das coisas.

Em seu livro *Homens comuns* (BROWNING, 2007), o historiador investigou a questão dos massacres realizados na Segunda Guerra Mundial pelos *Einsatzgruppen*³⁰ e por pelotões específicos da polícia militar alemã (neste livro, especificamente a chamada *Ordnungspolizei*). Browning teve acesso aos interrogatórios judiciais e testemunhos de 201 soldados dos antigos batalhões, obtendo, desta forma, uma visão mais particular da dinâmica interna desses grupos criminosos.

³⁰ *Unidade especiais móveis* de execução: pelotões de SS que acompanharam a *Werhmacht* ao longo da invasão dos territórios do Leste e eram responsáveis pela busca e aniquilação em massa dos judeus (e bolcheviques, no território russo). O objetivo central dessas “exterminações caóticas” (fuzilamentos de comunidades inteiras, à beira de fossas comuns previamente cavadas pelas vítimas ou asfixia por CO2 dentro de caminhões) era tornar a Europa *judenrein* (livre de judeus). Apesar de, a partir de 1942, as câmaras de gás darem início às “exterminações metódicas”, a ação dos *Einsatzgruppen* prosseguiu, varrendo a Europa, totalizando 1,4 milhões de vítimas (HILBERG apud BROWNING, 2005).

Caminhando no mesmo sentido que as afirmações de Arendt, o livro revela que estes homens não eram racistas fervorosos ou nazistas militantes. Este Batalhão 101 da reserva de polícia não foi enviado para assassinar judeus porque era composto de homens especialmente selecionados para esta missão, ou julgados especialmente aptos a fazê-la bem. Pelo contrário, para a formação desses pelotões foi chamada uma fatia da população civil de homens em torno de 30 a 40 anos de idade, moradores de Hamburgo. A maioria destes homens (à diferença dos SS, que recebiam o devido treino e árduo doutrinamento) nunca estiveram num campo de batalha e nunca deram um tiro sequer, nunca viram um companheiro morrer ao seu lado. O fato curioso é que ao serem chamados para alistar-se, tinham a liberdade de abster-se da missão; no entanto, 80% optou por obedecer às ordens de seu superior, sabendo o que era esperado desse pelotão – morte da população civil de judeus. Em um período de 16 meses, esse batalhão fez 83.000 vítimas. Em outras palavras, o autor demonstra de que modo muitos civis alemães, recrutados de forma aleatória em todas as camadas da população, deram prova de um forte grau de voluntarismo e tornaram-se “algozes voluntários”³¹ (2007, p. 278).

Browning, consequente e pertinentemente, levanta a seguinte pergunta: “mas como esses homens se tornaram criminosos de massa?” (2007, p. 83). Por meio dos documentos lidos e analisados anos mais tarde, podemos entrever as dinâmicas pessoais e entrar em contato sobre a metamorfose de um grupo de alemães em idade madura, aparentemente normais, que se tornaram matadores em série. Apresentaremos, posteriormente, alguns depoimentos destes criminosos.

Assim como no caso de Eichmann, de acordo com Arendt e Browning, estaríamos pisando em um território não coberto pela psicopatologia. Se, teoricamente, não há desvios de personalidade, há, por certo, uma ruptura na conduta habitual. Que fatores tão poderosos atuam nessa transformação de um homem aparentemente banal em assassino?

Neste mesmo caminho adentrou nosso próximo autor, Harald Welzer, que também falará de banalidade, de normalidade em pessoas que se transformaram em criminosos. Em um livro intitulado *Os executores: de homens normais a criminosos de massa* (2007), o autor aprofundou-se em vários massacres e seus protagonistas, em distintas partes do globo.

Seu texto inicia evocando Theodor Adorno, que, em uma conferência de 1962, “Sobre a luta contra o anti-semitismo hoje”, mostrava-se convencido da existência de uma psicopatologia específica para os criminosos nazistas. Ele diria então: “São pessoas patologicamente frias, sem relações humanas, administrando mecanicamente, como Himmler

³¹ Uma alusão ao título do livro de Daniel J. Goldhagen (1997).

e o comandante de campo Hoess”, delineando assim uma “personalidade autoritária” (ADORNO apud WELZER, 2007, p. 308). É, compreensivelmente, mais tranquilizador qualificar essas ações como irracionais, patológicas ou amorais, ajuda-nos a enfrentar a monstruosa atrocidade desses atos porque reforça nossa convicção de jamais sermos capazes de coisas semelhantes.

Welzer, psicólogo social alemão, ao estudar esses contextos de destruição do outro, traz-nos, igualmente, essa visão um tanto quanto perturbadora destes assassinos. Ele realizou uma ampla pesquisa baseado em fontes essencialmente judiciais – testemunhos, relatos jurídicos, entrevistas e diários pessoais de alguns protagonistas dos massacres.

Este autor relata que no fim da Segunda Grande Guerra os nazistas que haviam sido capturados e julgados em Nuremberg haviam sido submetidos a uma batelada de exames psicológicos minuciosos (testes – dentre os quais Rorschach –, observações, entrevistas...) pelos maiores especialistas da época. Pelas mais variadas e então misteriosas razões, estes últimos falharam em fornecer seus relatórios finais. Trinta anos mais tarde, todo esse material³² colhido em Nuremberg foi re-apresentado a outros peritos. Desta vez, a identidade dos “pacientes” foi mantida nos anonimato.

Os resultados confirmaram o que havia sido ocultado logo após o fim da guerra e revelavam o porquê da omissão destes resultados: segundo o autor, não havia nenhuma estrutura de personalidade que fosse particularmente espantosa. Havia, sim, a ausência de descoberta de uma grande patologia, o que levava a uma inquietante revelação: estas pessoas não eram doentes. Segundo Welzer, do total de SS examinados, entre 5 e 10% foram classificados portadores de personalidades patológicas, psiquicamente perturbadas³³, o que parece ser a taxa esperada dentro da população civil. Estes monstros aos olhos do mundo não eram desajustados, pelo menos sob a luz desta perspectiva científica.

Os parâmetros normais da maioria dos resultados eram, certamente, uma constatação esmagadora. A ciência³⁴ constatava que estas pessoas eram comuns, saídas de famílias normais e com problemas normais, com formação universitária, passeavam com suas famílias no parque domingo, tinham doutorado e valorizavam a cultura clássica. Pessoas normais cometendo atos tão anormais, como coloca tão pertinentemente Welzer. Primo Levi corrobora essa visão quando, de maneira muito contundente, constata em seu testemunho sobre

³² Pela psicóloga Molly Harrower, que havia sido uma das peritas solicitadas (Welzer, p. 12).

³³ Para as sociedades ocidentais, admite-se uma proporção de personalidades paranóicas entre 0,5 e 2,5%, de 1 a 3% de personalidade anti-social e 7% de pessoas que apresentam traços de esquizofrenia. Cf. H Kaplan, B. Sadock, J.J.A. Grebb – *Synopsis of Psychiatry*, Baltimore, 1994)

³⁴ A psiquiatria, nesse caso.

Auschwitz: “Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para serem perigosos; os mais perigosos são os homens comuns” (1987, p. 262). Eichmann, essa figura que se tornaria tão emblemática e peça comum nos estudos destes autores, dirá no seu julgamento que não era o “monstro” que faziam dele e que era uma vítima de um erro de raciocínio (ARENDT, 2002a, p.126). A filósofa já havia observado que ele era “normal” na medida que não era uma exceção no regime nazista e complementa essa linha de raciocínio dizendo:

Essas pessoas não eram criminosos, mas sim pessoas comuns que haviam cometido crimes com mais ou menos entusiasmo, simplesmente porque tinham feito o que lhes haviam dito de fazer. Os assassinos do III Reich gostavam de passar seu tempo lendo Hölderlin e ouvindo Bach, o que prova (como se já não houvessem provas suficientes) que os intelectuais podem facilmente cair no crime como qualquer um (2002a, p. 124).

Observamos nesses autores uma insistência sobre a questão da normalidade ou da banalidade de todos esses criminosos. Leremos a seguir não somente depoimentos dos que estavam com as armas à mão, como também alguns trechos de discursos de líderes de maior escalão. Estes depoimentos servirão como base para retomarmos alguns elementos já mencionados e aprofundarmos-nos, igualmente, nas questões do fenômeno coletivo, da culpa e da moral.

4.4. Depoimentos

Welzer leva-nos à ex-Iugoslávia, onde encontramos os elementos destacados anteriormente: executores que falavam mais de uma língua, com estudos universitários, pertencentes a uma sociedade multi-étnica, cuja violência desencadeada apresentava também tortura, mulheres violentadas sistematicamente, purificação étnica e atos terroristas. Segue o depoimento de um soldado:

A gente mata, e depois que a gente matou [...] temos que continuar matando sem parar, em ação sem parar, tiros sem parar, dedo no gatilho sem parar [...]. O importante é uma certa eficiência, uma coisa puramente, puramente empírica: não há muita filosofia, nem muita reflexão sobre o porque matei. É isso. (WELZER, 2007, p. 276).

A mídia impressa brasileira, em relação ao assassinato do índio pataxó, relata que os cinco rapazes confessaram o crime, dizendo que queriam fazer uma "brincadeira"³⁵. Aqui estão alguns depoimentos dos jovens assassinos:

Estávamos conversando no carro sobre pegadinhas. Alguém falou: "Vamos fazer uma brincadeira com aquele cara". A gente poderia botar fogo no pano que ele tinha, cobrindo as pernas. – Max Rogério Alves

Tinha vários assuntos no carro. Um deles era pegadinhas. Tivemos a ideia de fazer uma brincadeira, dar um susto nele. – Tomás Oliveira de Almeida

A gente estava falando no carro sobre pegadinhas e esse tipo de brincadeiras. – Eron Chaves de Oliveira

Na hora que passamos pelo cara [o índio] o assunto era pegadinha. Pensamos em fazer uma pegadinha. – Antônio Novelty Vilanova

A mídia divulga a gente como uns monstros. Eu não sou nenhum monstro³⁶ – Antônio Novelty Vilanova

³⁵ www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u87240.shtml

³⁶ www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40053.shtml

No caso de Sirlei Dias, os cinco acusados alegaram ter confundido a mulher com uma prostituta e afirmaram que a intenção do grupo era "zoar as putas"³⁷.

Após o célebre massacre de My Lai, no Vietnam, escreveu-se um livro, *What really happened?*³⁸, tal o horror causado pela atrocidade cometida. Neste livro, o autor entrevistou alguns soldados sobre essa matança. Ao serem perguntados porque haviam riscado do mapa o vilarejo, dois dos *GIs* (soldados do exército) responderam:

Aterrissamos em outro planeta. Ninguém tem a menor ideia do que falam. Ninguém tem o menor sentimento pelos vietnamitas. Não são seres humanos. Então, pouco importa o que você faça deles. (WELZER, 2007, p. 239).

Nós riscamos do mapa o vilarejo, toda a comunidade. Eu não posso esquecer a quantidade de gente que matamos, nem da forma como o fizemos. O Sr. tem uma ideia do que é fazer morrer 500 pessoas em 4 ou 5 horas? Era como as câmaras de gás. Você alinha 50 pessoas, mulheres idosos, crianças e começa a atirar neles, simplesmente. E é assim que fizemos. Simplesmente todos mortos. (WELZER, 2007, p. 237).

Browning, entre os vários depoimentos dos soldados do Batalhão 101 colhidos após o término da guerra, traz-nos uma pequena amostra:

Se tivessem me perguntado porque eu atirei com todo mundo, eu responderia, em primeiro lugar, que ninguém quer passar por um covarde. (BROWNING, 2007, p. 125).

Eu me esforcei, e consegui, só atirar nas crianças. Acontece que as mães seguravam seus filhos nas mãos. Então meu vizinho abatia a mãe e eu a criança que lhe pertencia, porque eu me dizia que a criança não poderia sobreviver sem sua mãe. Era por assim dizer, uma maneira de apaziguar minha consciência a de livrar³⁹ essas crianças incapazes de viver sem suas mães (BROWNING, 2007, p. 126).

Na verdade, devo dizer que na época não pensávamos muito nisso tudo. Apenas anos mais tarde tomamos consciência do que se havia produzido então. (BROWNING, 2007, p. 310).

³⁷ www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u533628.shtml e www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1707200711.htm (Sirlei)

³⁸ David L. Anderson "What really happened?" in *Facing My Lai. Beyond the massacre*. Kansas, 1998.

³⁹ Na tradução o verbo em francês (*délivrer*) pode ser interpretado no sentido religioso, como redentor.

Era mais fácil atirar que debandar já que isso significava “deixar o trabalho porco aos companheiros” (BROWNING, 2007, p. 270).

Rudolf Hoess, comandante do maior dos campos de extermínio – Auschwitz –, escreve na última linha de sua biografia:

Que o grande público continue então a me considerar como um animal feroz, um sádico cruel, como o assassino de milhões e seres humanos: as massas não saberiam ter uma outra opinião do antigo comandante de Auschwitz. Elas não compreenderão jamais que, eu, também, tinha um coração... (HOESS, 1995, p. 222).

Heinrich Himmler, *Reichführer*, líder dos SS, cérebro da fábrica da morte nazista, em alguns de seus discursos confessará frente aos seus oficiais:

Nós tínhamos o direito moral, nós tínhamos o dever em relação ao nosso povo, de matar esse povo que queria nos matar. Não é um “eu” que mata, é um “nós”. (WELZER, 2007, p. 282).

Eu creio, senhores, que os senhores me conhecem suficientemente bem para saber que eu não sou um sanguinário, não sou homem de sentir, de forma alguma, prazer ou alegria frente a algo duro que deva fazer. Mas um homem, por outro lado, que tem os nervos bastante sólidos e um sentido do dever tão grande que quando tomo em mãos uma ação e a considero necessária, eu a cumpro sem a menor concessão” (WELZER, 2007, p. 27).

Himmler, frente aos comandantes SS, em Weimar 1943:

Quando fui obrigado, em alguma cidade, a dar a ordem de marchar contra os partisans e os comissários judeus – eu digo isso frente a esta platéia, e minhas palavras lhe são exclusivamente destinadas – eu sistematicamente dei a ordem de matar igualmente as mulheres e as crianças destes. Eu seria um covarde e um criminoso em relação aos nossos descendentes se eu deixasse crescer essas crianças destes sub-homens cheias de ódio abatidos no combate do homem contra o sub-homem. Acreditem que não é uma ordem fácil de ser dada, nem de ser cumprida [...] mas devemos sempre ter consciência do fato que nos encontramos em um combate racial primitivo, natural e original (HIMMLER, 1978, p. 205).

Himmler, frente aos *Gauleiters*, em Posen, 1943:

Apesar das imperfeições características de toda organização, podemos afirmar que jamais houve uma crise entre nós. Nunca nossa coragem vacilou. Nunca perdemos o moral. Nunca! Nós realmente respeitamos a lei. (HIMMLER, 1978, p. 183).

Himmler, sobre a questão judia:

Eu creio que foi melhor que nós – nós todos – tomássemos isso em mãos, para nosso povo, que tomássemos a responsabilidade (a responsabilidade de uma ato e não de uma ideia) e que levássemos nosso segredo conosco para a tumba. (HIMMLER, 1978, p. 169).

Estes discursos nos remetem às colocações de Arendt quando, ao descrever Adolf Eichmann, apontava:

Ele não lamenta nada, ele está convencido que no fundo ele não era um verdadeiro canalha; quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente que ele teria tido a consciência pesada somente caso não houvesse executado as ordens (ordens de enviar à morte milhões de homens, mulheres e crianças com um zelo e preocupação os mais meticolosos) (ARENDT, 2002a, p. 79).

Quando lemos esses depoimentos e discursos, indubitavelmente aterradores e que poderiam multiplicar-se indefinidamente, podemos enxergar algumas engrenagens internas que se articulam às nossas indagações. Pudemos ler falas de alguns líderes e de alguns comandados, grandes contribuições para pensarmos, entre outros elementos, a questão da identificação e da idealização visitadas no capítulo sobre o fenômeno coletivo, que retoma o texto *Psicologia das Massas* (FREUD, 1921).

Estamos falando de pessoas, que, independente de sua posição hierárquica dentro do grupo, seja como membro ou como líder, demonstram não ter o menor peso em suas consciências, uma total ausência de culpa pelo fato de terem sido os autores da morte de milhares, não, de milhões de pessoas. Todos os atos, por mais bestiais que fossem, foram todos justificados aos olhos dos que os perpetraram. Tanto assim que, de acordo com Browning, a maioria desses sobreviventes retomou suas vidas, alguns mantiveram seus casamentos, encontraram trabalho, criaram seu filhos; não consta, em seus diários ou relatos, que tivessem sofrido de algum trauma ou depressão, ou tivessem sido impossibilitados de retomar suas vidas (BROWNING, 2007).

Quando pensamos na questão da consciência moral, realmente nos perguntamos que moral é essa. Amoral? Há moral? Que moral? No entanto, se levarmos em consideração o contexto histórico-político dos nazistas, por exemplo, lembraremos que, à diferença da nossa moral judaico-cristã, que diz “não matarás”, a palavra de ordem do III Reich ia na direção oposta. A moral própria ao nacional-socialismo comportava como elemento central a ideia de uma desigualdade absoluta entre os seres humanos, estabelecida cientificamente e cuja sobrevivência estava ameaçada caso essas raças inimigas não fossem aniquiladas; ou seja, uma moral particular de um anti-semitismo objetivo, dentro de um contexto microcósmico histórico. Além disso, tratava-se de uma moral militar que, naturalmente, obrigava o indivíduo a fazer prova de uma conduta que ultrapassasse seus interesses próprios, para servir ao bem comum. Em outras palavras, trata-se de um quadro normativo modificado, em que o que é considerado como conduta moral também é alterado, ou seja, não podemos dizer que a moral não está desempenhando um papel! Portanto, trata-se de novas referências morais, que passam a girar em torno de uma nova ideologia – nacionalista, xenofóbica, etnocentrista, racista, classista... Em outras palavras, constatamos que não há sentimento de culpa, mas há, sim, uma consciência moral, por mais desfigurada que esta possa parecer aos nossos olhos.

Welzer observa, de maneira pertinente, que existe uma articulação entre assassinato e moral: a necessidade de cumprir atos necessários contra sua própria sensibilidade humana ou até mesmo contra seus princípios pessoais, e conseguir cumpri-los da melhor maneira, fazia os executores sentirem-se pessoas bem. “Sem moral o crime de massa não poderia ter sido posto em obra” (2007, p. 44). Ou seja, estes executores não se reconheciam como assassinos, mas como agentes de uma tarefa histórica frente a qual era necessário apagar suas próprias necessidades, sentimentos e resistências pessoais. No caso do nazismo, um processo, há de se convir que rápido (12 anos), que transforma a interdição de matar em uma lei. Estas novas concepções morais também podem construir-se em qualquer outro contexto histórico social – Ruanda, Balkans etc. – no qual seja colocado o fator da desigualdade, porque essa diferença, essa aversão pelo estranho vai polarizar-se entre dominadores e dominados.

Retomando o nacional-socialismo, além da hostilidade comum ao outro, ao diferente, os SS, como todos os que estavam ligados à *Solução Final*, eram oficialmente também um *Geheimnisträger*, “um portador de segredo” (ARENDT, 2002a, p. 83). A maioria dos discursos de Himmler foram pronunciados para platéias específicas, nunca frente ao grande público. Era necessário manter os portadores de segredo coesos e orgulhosos de serem diferentes (qual seja, superiores) e terem sido eleitos para carregar essa honra. Notamos

Heinrich Himmler, mestre absoluto, com um talento oratório questionável, dando seus longos e secretos discursos sempre incitando a valentia dos que estavam baixo seu comando. As palavras que mais se repetem em seus discursos são fidelidade, exigência moral, lei e lealdade. Como vimos, o discurso do “nós”, que inibe o “eu”, é um discurso, como já sabemos, que liberta o indivíduo de sua responsabilidade e autoriza o crime. Estar ao abrigo de uma coletividade é onde reside o mais forte potencial de inumanidade, como corrobora Welzer. Todos esses elementos, como mencionamos, estavam já presentes em Freud (1921) que, entre tantas coisas, frente a esse assombroso fenômeno, afirmava que o irreal sempre prevalecia sobre o real. As massas sedentas por fantasia e ilusão.

Retornando à questão da moral, parece-nos importante corroborar que a inversão, a transfiguração das normas, a nova ordem passa a ser factível a partir do momento que encontra um sentido. É nuclear compreender a formulação de novos códigos, de uma moral particular, de uma moral criminosa na qual, nas palavras do autor: “Matar se transforma em um ato social integrado” (WELZER, 2007, p. 42). Essa integração trata da identificação na concepção freudiana. Pessoas coladas por soldas protetoras, abrigadas.

Aqui estamos na esfera do coletivo. Os parâmetros que orientam e organizam essa comunidade, por mais corretos que possam parecer aos seus próprios olhos, falam de segredo, falam de uma indiferença ao sofrimento do outro, de uma necessidade de priorizar seus interesses, de desigualdade, de dominação, de passar ao ato depredando a alteridade. Essa moral fala de “uma exigência social de inumanidade” (WELZER, 2007, p. 44) de acordo com a norma universal, vale dizer, estamos no terreno da transgressão. Inegavelmente, esse é o funcionamento do perverso moral, como vimos anteriormente. Em decorrência disso, podemos falar de líderes empregando um discurso perverso: dando ordens para transgredir, justificando essas ações, desprezando a situação das vítimas, reivindicando seu direito ao apoderamento.

Ao lermos os depoimentos dos soldados notamos quão crucial é a coesão do pertencer ao grupo e querer manter-se dentre dele, apesar de violentar seus próprios valores. Temos, desta forma, uma massa que se tornou perversa de modo oficial, ou seja, que recebeu ordens, que divulgou ideias, que não somente valorizou como premiou todo tipo de ato que seguisse o decálogo da destruição. Estamos na presença da formação de uma massa perversa. Uma massa homogênea que destruiu toda particularidade, toda responsabilidade individual, permitindo que cada um vista a roupa de assassino como agente de uma tarefa histórica.

Por conseguinte, estamos deparando-nos, de forma cada vez mais clara, com toda a trama que une o individual ao coletivo. Alcançamos a dimensão da perversidade grupal. Apesar de trazermos mais exemplos concretos da comunidade SS, pensamos que, independente da nacionalidade, raça ou cor que adote, qualquer grupo pode, da mesma maneira, reorganizar seu psiquismo individual na chave de uma perversidade coletiva dentro da qual destruir o mais feroz e indignamente possível passa a ser uma determinação social.

Não temos dúvidas que em todas essas comunidades também estão presentes os sádicos, como vimos nos relatos históricos, que atuam por meio de uma certa teatralidade, que eventualmente exibem o prazer de sua dominação com um certo estardalhaço e sentem-se ainda mais poderosos com o sofrimento do outro. No entanto, no que diz respeito a esses últimos discursos, há um tom que difere da *mise-en-scène* sádica. Há uma espécie de controle na atitude, uma frieza no discurso, uma preocupação com uma certa conduta. Em seus *Discursos Secretos*, Himmler (1978) faz questão de declarar o seu descontentamento sobre o alcoolismo que assolava parte de seus pelotões; não somente seus soldados não deveriam se deixar levar pela bebida, como eram proibidos de saquear as cidades - coisa que obviamente acontecia. Ao representar a elite militar, deviam, assim, manter uma certa compostura, dentro de uma certa ordem, dentro da qual aniquilar inocentes era uma tarefa dura, mas revestida de fibra e honra. Este perfil onipotente, dominador, calculista, essa indiferença frente ao horror, essa ‘banalidade’, são todos, voltamos a enfatizar, elementos que prevalecem no funcionamento perverso.

É importante, igualmente, retomar a questão da gratuidade aparente, porque novamente vamos observar que os relatos, aqui especificamente aprofundados na moral nazista, falam, justamente, da ausência de gratuidade. Welzer corrobora a importância do elemento do *sentido* da ação:

o essencial neste processo, é que todo participante, a cada instante, procede a interpretações; esse incessante trabalho de interpretação, e de localização em relação a quadros referenciais que dessem sentido, o que permite suportar, continuar e amplificar o trabalho de morte (2007, pp. 276-7).

Ainda dentro da busca do sentido, o autor traz outro elemento presente em vários discursos dos criminosos: interpretar sua missão como um trabalho. O trabalho de morte como uma atividade progressivamente profissionalizante, que segue uma certa sistemática, clara e definida e, por cima de tudo, integrada a uma ação coletiva, com apoio da liderança, com o aval do partido... Pudemos perceber a questão da profissionalização dos soldados que,

se em princípio tinham maiores dificuldades para atirar, ao fim de suas missões já eram criminosos em massa. O autor, ao apresentar o conflito em Ruanda, informa-nos que as milícias não eram formadas por soldados ou policiais, mas por hutus que eram homens comuns, pais de família, civis e adolescentes e desempregados, que chamavam as “armas” (machadinhas) de “ferramentas” (em tradução kigali, seria “coisa para trabalhar”) (WELZER, 2007).

Portanto, diferentemente de Arendt, que acusa Eichmann de não ter capacidade para pensar, Welzer aponta justamente uma tentativa – parece que bem sucedida – de fazer valer, dentro de uma engrenagem específica, uma razão por ter agido daquela forma, razão pela qual foi-se forçado a mentir, enganar e até a matar. Vamos ao encontro das afirmações de Welzer quando este destaca que o sentido não é apenas um fenômeno puramente individual, mas também coletivo, pois os critérios e as certezas relativas ao sentido que as ações têm ou não são constituídos socialmente.

No entanto, parece-nos que essa incapacidade de pensar, tantas vezes apontada por Arendt (2002a), pode conduzir a um ponto ainda mais crucial para este estudo. Em suas autobiografias, Höess falava que tinha um coração, Himmler definia-se como um não-sanguinário, o soldado apontava para as crianças para matá-las, livrando-as de uma vida sem mãe etc. Certamente, estão convencidos de que o que estão falando é a mais pura realidade e aquilo que estão fazendo está recoberto de nobreza. Como encontramos nas contribuições de Welzer, Browning e Arendt, todos contam como estes protagonistas passeavam pelo parque com os filhos e ouviam e liam os grandes clássicos. Ao voltar para o trabalho, no entanto, vestiam sua roupa de assassinos. Ou seja, os depoimentos trazem o discurso de uma realidade aberrante de destruição que caminha lado a lado a um discurso humanista. Essa perturbadora contradição parece apontar para uma dissociação. Como destaca Ferraz: o “ego clivado que funciona em dois registros não só diferentes, mas contraditórios” (2006, p. 35). O mecanismo da recusa que impera no perverso, *Verleugnung*, tal como postulado por Freud em 1927.

Como podemos observar, continuamos caminhando lado a lado ao que Freud afirmava sobre as massas em seu texto de 1921: trata-se de vários atores presos em uma rede de interações na qual as decisões são tomadas em grupo, com toda a influência que o grupo pode ter sobre a percepção, o pensamento e o comportamento do indivíduo; na qual as referências pessoais e até então respeitadas, rápida e facilmente são abandonadas para alinhar-se à nova norma do grupo; na qual o processo secundário perde terreno em favor ao processo primário.

Browning (2007) adota o mesmo discurso. Ele também constata que a maioria destes relatos, talvez distorcidos pelo tempo ou outros fatores, mostra o fator capital do conformismo

de grupo. A ordem de matar era para o batalhão, não para cada um dos membros; mesmo que quase todos, pelo menos no início, tenham ficado horrorizados e nauseados pelo que faziam, 80 a 90% dos policiais mataram. Já que o batalhão tinha que atirar, recusar-se a atirar significava não tomar sua parte nessa difícil obrigação coletiva. Os que não atiravam arriscavam o isolamento, a rejeição, o ostracismo – uma perspectiva muito desconfortável dentro da unidade estreitamente solidária do pelotão que se encontrava no meio de uma população hostil.

Welzer acrescenta ainda que dentro de um dispositivo social basta que uma coordenada seja deslocada para que o conjunto inteiro mude. Essa coordenada seria a do pertencimento social. Seu deslocamento consiste em uma redefinição radical do que faz parte ou não do universo de obrigação geral. Esse deslocamento de coordenada é encontrado não apenas no nacional-socialismo, quando é fundado sobre uma teoria científica de raças, mas na ex-Iugoslávia, em Ruanda, onde é fundado etnicamente. No caso dos relatos do Brasil, é fundado sobre a diferença de classe etc. Em outras palavras, um traço comum a todas essas sociedades criminosas é a distinção incontornável e absoluta entre os pertencentes e os não-pertencentes, os excluídos e incluídos. Uma resistência narcísica àquilo que não é semelhante, uma intolerância imoderada pelo que não é igual; o diferente que se torna aversivo. Narcisismo das pequenas diferenças? Articulado ao desejo de dominar, de ter o outro assujeitado?

Nossa grande perplexidade, enfim, é pensar essa alteração das normas nessa magnitude, tão radical e tão rápida, em pessoas que pertencem ao mais variado leque: pessoas que frequentam a elite cultural de seu país, que compartilham o mesmo território no meio da África, ou pessoas que ocupam uma posição de comando ou que são apenas um João-ninguém... Observamos, dessa maneira, que a alteração grupal abrange qualquer raça, qualquer classe, qualquer religião, qualquer cor... Todas essas pessoas, como diria Freud (1921), ligando-se umas às outras pela necessidade de amor, de serem aceitas e dispostas tão prontamente a abrir mão de sua singularidade. O que nos faz pensar, de forma perturbadora, na perigosa liga que surge da união desses elementos – necessidade de amor, divisão do ego, novo código ancorado na perversidade –, possibilitando uma pavorosa metamorfose em cada indivíduo e, além disso, de maneira tão veloz... seria esse o mal banal pensado por Hannah Arendt, que se alastra e contamina tão rapidamente?

CONCLUSÕES

Não é sem uma ponta de tristeza que chega ao fim o trabalho desta pesquisa. Algumas perguntas puderam ser respondidas enquanto outros temas não puderam ser abordados com maior profundidade devido ao escopo e ao prazo deste estudo. Ainda outras questões ficaram em aberto, na esperança de que mais pesquisas sejam realizadas e obtenham-se mais respostas. Indiscutivelmente, há questões que permanecerão, indeterminadamente, dentro do plano do imponderável.

Para encaminhar-mos para o final, retomaremos a questão da massa em Hannah Arendt. Em *Eichmann em Jerusalém* (ARENDT, 2002a), ela aponta que muito poucas pessoas no III Reich estavam plenamente de acordo com os últimos crimes do regime e, no entanto, um grande número de pessoas estavam perfeitamente dispostas a cometê-los. Welzer (2007), por sua vez, destaca que apenas uma minoria não-conformista pôde recrutar um lugar de autonomia moral – incessantemente ameaçado – impondo-se estratégia de esquiva; estes nunca se transformaram em matadores. Este nos parece um ponto crucial; sim, pode tratar-se de uma minoria, mas essa minoria fala de uma autonomia mantida em certos indivíduos, fala de uma escolha. Arendt constata inúmeras vezes ao longo desse mesmo texto que sempre existe a possibilidade de escolher: “nem todos seguiram os mesmo caminhos [...] havia uma escolha a fazer” (2002a, p. 510). Algumas pessoas preservaram sua capacidade crítica, outras não.

De acordo com esses autores, estaríamos pisando em um território não coberto pela psicopatologia. Cientificamente, parece não haver desvios de personalidade, no entanto, há, como vimos, uma quebra da norma até então seguida. Também vimos que não podemos falar de amoralidade, ou seja, há uma moral, uma nova moral. Se relembremos os texto de Freud (1930[1929]), a consciência moral só pode surgir na presença de um superego. O perverso, como vimos no capítulo das perversões morais, está sistematicamente culpando o outro, e com severidade, ou seja, estamos também na presença de um superego. A severidade inclusive encontra-se dentro do imperativo de absoluta e cega obediência à figura que habita o novo ideal de ego. Em consequência disso, não podemos falar em ausência de consciência moral ou de superego mas, sim, como levantamos anteriormente, podemos pensar em um funcionamento psíquico que permite que duas realidades contraditórias co-existam e que autoriza a formulação de uma nova consciência moral e de um funcionamento superegógico

que passam a girar em torno de outro eixo. E não se trata de um eixo qualquer, trata-se de transgredir a lei mais básica, que é a da vida, dentro de um imperativo de obediência absoluta (EIGUER, 2005). São pessoas que decidiram que outras pessoas não mereciam existir sobre o planeta Terra, como diz Arendt em seu *Eichmann em Jerusalém* (2002a).

Há outro elemento nuclear que jaz por trás dessas últimas leituras sobre a banalidade desses assassinos. Esses criminosos podem ter sido entrevistados, observados, testados etc., assim como os resultados desses estudos podem não ter apontado nenhum desvio maior de personalidade... Mas aos olhos da Psicanálise, esse funcionamento comprovadamente perverso faz deles personagens que se inserem na psicopatologia, sim. Como trouxe Mijolla-Mellor, ao definir o sujeito banal como aquele que não é dotado de características excepcionais. Estes indivíduos eram incontestavelmente dotados de características excepcionais: a de ter a capacidade de executar pessoas, pessoas inocentes, pessoas que não tinham condições para defender-se. Mataram, aniquilaram por meio de ações justificadas, sem dúvida, mas mesmo assim transgrediram a lei primordial: todos têm direito à vida.

Em decorrência disso, não abraçamos a visão trazida por esses autores, segundo os quais estes criminosos eram, a princípio, homens “normais”. Foram pessoas que se encontraram inseridas em uma trama perversa e que, definitivamente, fizeram suas escolhas. Alguns preferiram omitir-se, outros fugir, outros, inclusive tentaram transgredir e não conseguiram, desistiram. Uma minoria, como dissemos, mas essa amostra fala de um livre-arbítrio, de um posicionamento interno, de uma autonomia que não se deixou varrer pela força avassaladora da massa.

Por outro lado, acreditamos que é importante poder ir além da patente, da hierarquia, do país, do nome do conflito, e ver todos os pontos em comum a contextos dentro dos quais está em jogo a questão da desigualdade. Agora está esclarecido o poder de destruição que o grupo autoriza em decorrência da perda do espírito crítico individual. Freud (1921) já havia apontado para a existência desse indivíduo que abre mão do seu ideal de ego e troca-o pelo ideal da massa. Naquilo que diz respeito às nossas indagações, chegamos à perversidade coletiva. Mesmo em contextos externos à guerra, como nos casos de Sirlei e Galdino, podemos pensar que esses gestos tão bárbaros só puderam dar-se pela coesão entre esses jovens. Podemos aplicar essa gramática a todos os exemplos de comportamento coletivo citados neste estudo.

Apesar de Kant já acreditar na perversidade do homem, o texto de Garcia-Roza (1990) esclarece que a questão do mal inerente à natureza humana foi uma questão de difícil

aceitação para a Filosofia. O mal era pensado como *falta* ou *defeito*, algo sem positividade própria. A admissão de uma natureza demoníaca no homem ainda era insuportável para Kant; o filósofo autorizou-se, assim, a colocar a questão da propensão e afirmar que “o homem pode inverter as máximas de sua ação, vinculando-as a uma lei moral perversa que o leva a agir não somente *para* o mal mas *pelo* mal” (2004, p. 152).

Para a psicanálise, no entanto, a destrutividade constitutiva do homem não trata de uma inclinação. Garcia-Roza relembra que Freud (1930[1929]) reconhece a existência de uma destrutividade fundamental, de um mal radical no homem. Ou seja, para Freud a destrutividade não era um propensão, entendida com um desvio, mas, sim, um princípio, “algo que está presente a cada momento regendo cada começo” (GARCIA-ROZA, 1990, p.155).

O Mal-estar na Cultura (FREUD, 1930[1929]) é um texto muito significativo para encerrar um estudo como o presente, que aborda aspectos individuais e sociais. Assim, mostramos a luta travada entre as pulsões antagônicas dentro do indivíduo, falamos das guerras (literalmente) entre as necessidades do grupo e as do indivíduo e também apontamos os confrontos entre grupos devidos a suas diferenças.

Nelson da Silva Jr. (s.d.), ao evocar esse texto, afirma que a civilização está na origem de um mal-estar no que diz respeito a agressividade no sujeito e nas suas relações com outrem. O psicanalista constata a renúncia massiva das satisfações pulsionais estaria na raiz de uma dessexualização generalizada da vida erótica, ou seja, de um processo de desfusão entre as pulsões de vida e a pulsão de morte. Desta forma, cada sujeito encontrar-se-ia frente a uma pergunta sem saída para sua vida pulsional: desviar a pulsão de morte para o exterior ou guardá-la do lado de dentro, como no masoquismo moral? O homem civilizado encontrar-se-ia, assim, rasgado pelo impasse mortal: “ou eu te mato, ou eu me mato”.

Caminhando na mesma direção, Joel Birman, igualmente referindo-se a *O Mal estar na cultura*, afirma que devido à atuação da pulsão de morte, sadismo e masoquismo passam a ser modalidades emblemáticas de destruição e de autodestruição, “sendo delineados como destinos implacáveis da civilidade moderna” (2009, p. 14). De acordo com o autor, a crueldade transformada em ato seria “a fonte primordial do *horror* que nos provoca e nos perturba de forma vertiginosa” (2009, p. 83). Este assombro já tinha sido vivido por Freud quando comparava, amargamente, os seres humanos “a bestas selvagens que nem sequer respeitam os membros de sua própria espécie” (1930[1929], p. 108). Mal sabia ele a mácula que a Segunda Grande Guerra jogaria sobre a história da humanidade.

Para irmos nos aproximando do fim, retomaremos sucintamente alguns elementos levantados ao longo do trabalho. Do ponto de vista do fenômeno individual, aprendemos a discriminar as atuações do sádico e do perverso. No sadismo fica esclarecida a necessidade de não somente se apoderar do objeto, mas também de fazê-lo sofrer. Paradigma da fusão das pulsões de vida e da pulsão de morte. Quanto ao seu objeto, vimos que pode até ser desobjetalizado, mas não perde toda a sua especificidade. É um prazer infligir sofrimento ao outro, que é diferente, e cuja diferença incomoda, ou assusta, seu narcisismo em um ponto específico e, portanto, deve ser visto como inferior. Como vimos, este tipo de opressor existe tanto no contexto singular quanto no geral.

No que diz respeito ao perverso, ele, de fato, é aquele tipo de predador que sente uma completa indiferença pelo objeto, possuindo um desprezo absoluto pelo seu sofrimento. Como enunciamos, isso não descarta a possibilidade de prazer sentida pela dominação sobre esse objeto. Apesar de tentarmos produzir hipóteses de interpretação para justificar e dar um sentido para o que acontece, intra-psiquicamente e dentro do contexto, eventualmente esse sentido não pode ser encontrado sempre. Como reitera José Moura Gonçalves Filho (2004), o fenômeno mesmo da dominação, é dos mais difíceis de decifrar.

Vimos que o perverso moral, no seu extremo, pode habitar o papel de um assassino. Mas ele também pode vir disfarçado sob várias formas. Todas elas falam de dominação, subjugamento e utilização do objeto para seu próprio benefício, em detrimento do próprio objeto. Como constata Eiguer (2005), a história abunda em homens de poder que faltam com seus deveres, abusam de suas prerrogativas, que querem alcançar, custe o que custar, os seus fins, a despeito do interesse geral. Pensamos assim nos governantes, nos mestres, nos chefes... e tantos personagens tão próximos a nós, prestes a impor seu domínio, sem jamais levar em conta o interlocutor e sem sequer sentir uma gota de remorso por alguma transgressão ou abuso. Afinal, alguém tem que pagar a conta daquilo que foi privado um dia este indivíduo. Reivindicação e malignidade são o preço a serem pagos pelos outros, pelas vítimas. Lidamos quase cotidianamente com esses “monstros” (EIGUER, 2005, p. 8), que não são homens banais, como diria Arendt, no sentido de “normais”, mas quem sabe banais no sentido de “tantos”.

Existe, igualmente, o perverso que ganha cada vez mais lugar na mídia impressa, nos romances (*O retrato de Dorian Gray*), na TV (*Big Brother*), no cinema (*O Silêncio dos inocentes*), que é valorizado porque soube passar a perna no outro, porque vende a imagem de uma segurança e domínio de si que a tantos fascina. E, tristemente, há sempre tantos que terminam por entrar nesse jogo.

Eugène de La Boétie já levantava esta questão em seu *Discurso da servidão voluntária*, quando afirma que nenhum tirano pode se livrar de seus colaboradores... La Boétie mostra-se ainda muito atual ou as relações entre os homens não mudaram realmente? Como constata Birman, em *Arquivos do mal-estar e da resistência*:

Com efeito, a dita servidão voluntária continuou o seu galope triunfante sobre o mundo, ocupando novos territórios reais e imaginários no Ocidente, conquistando assim corações e mentes de maneira insofismável (2006, p. 29).

Com efeito, Hitler, Paul Pot, Stalin e tantos outros ditadores, chefes de gangues, *capos* de máfia, comandantes de polícia etc. não mataram ninguém pessoalmente, mas todos os seus colaboradores asseguraram-se de que estas ordens fossem obedecidas o mais eficientemente possível. Como Primo Levi colocou de modo tão pertinente, ao ler a notícia de que haviam encontrado Richard Baer – um dos nazistas foragidos:

Baer pertencia ao tipo de homem que é o mais perigoso neste século nosso. Para quem sabe olhar, é claro que sem ele, sem os Hoess, Eichmann, Kesserling, sem os milhares de outros fiéis, executores cegos de ordens recebidas, os grandes felinos, Hitler, Himmler, Goebbels teriam sido impotentes e desarmados. Seus nomes não figurariam na história: teriam passado como sinistros meteoros no céu escuro da Europa. Mas o que se produziu foi o contrário. A semente jogada pelo apóstolos pretos – a história o comprovou – tomou raiz na Alemanha com uma desconcertante velocidade, e em todas as classes sociais, e provocou uma proliferação de ódio, que, ainda hoje, envenena a Europa e o mundo (BROWNING, 2007).

Este desdobramento faz-nos pensar que, de fato, se essa semente só consegue crescer quando cai em um solo específico... que solo é esse? Estamos falando de pessoas “normais” que se tornam perversas de acordo com a nova ordem? Ou já não eram tão “normais”? Pessoas que não conseguiram manter sua capacidade crítica ou pessoas que encontraram um sentido maior na nova proposta do caminho da destruição do outros? Uma dissociação egóica que finalmente se revela?

Deveríamos perguntar-nos, como se perguntou, de maneira muito precisa, Hannah Arendt ao falar do julgamento de Eichmann, sobre quem estava no banco dos réus, um ser humano, um povo, “o anti-semitismo, ou a natureza humana?” (2002a, p. 492). Concordamos com a filósofa quando acrescenta que não seria totalmente inconcebível que outros homens sentissem-se tentados a exterminar outros, por qualquer razão que fosse...

Derrida, por sua vez, acredita que a partir da mundialização da Primeira Guerra Mundial há alguma coisa que não vai bem. Este tremor da terra humana dá lugar a uma nova

cena, estruturada por performativos jurídicos inéditos (tais como a Nova Declaração dos Direitos do Homem, a condenação do genocídio, o conceito de crime contra a humanidade, a criação de novas instâncias penais internacionais etc.). De acordo com o filósofo, não haveria organização supranacional competente para produzir uma autoridade ao mesmo tempo incontestável e aplicável. Assim, ele pergunta: “que política poderia erradicar a crueldade? Onde começa e onde termina a crueldade? Uma ética, um direito, uma política podem por fim a esta?” (DERRIDA, 2000, p. 56). E ainda nos adverte: “Não se deve entreter nenhuma ilusão quanto à erradicação do mal” (p. 65). Como podemos observar, os filósofos aqui citados não parecem tão otimistas ou esperançosos em relação aos fatos ocorridos no século XX.

Browning, o historiador, parece compartilhar desse mesmo sentimento de temor em relação ao futuro:

Tenho muito receio que vivamos em um mundo no qual a guerra e o racismo são onipresentes, no qual os poderes de mobilização e de legitimização do governo são poderosos e crescente, no qual o sentimento da responsabilidade pessoal é sempre atenuada pela especialização e a burocratização, no qual o grupo exerce pressões consideráveis sobre a conduta de cada e fixa as normas morais. Num mundo assim, eu temo, os governos modernos que desejem cometer um crime coletivo fracassarão raramente em seus esforços pela incapacidade a levar “homens comuns” a se tornarem seus “algozes voluntários” (BROWNING, 2007, p. 320).

Birman relembra que a pulsão de vida tece ligações e sentido, “enquanto a pulsão de morte romperia os laços e as costuras semânticas, tendendo, pois, à descarga, à ação e ao silêncio” (2009, p. 93). André Green (2007) também nos alerta: “quaisquer que sejam as opiniões tomadas em relação à pulsão de morte, sempre restará termos, hoje, que admitir a *centralidade do conceito de destruição*. Claro que podemos interpretá-lo de diversas maneiras, mas o essencial é não o ocultá-lo” (p. 206, grifos do autor).

Fizemos esse longo e fascinante percurso dentro de um recorte específico da História do Homem, sempre acompanhados pela Psicanálise. Não poderíamos finalizar sem, mais uma vez, fazer nossas as palavras de Freud, que afirma, no mesmo texto em que trata do duelo pulsional e do futuro da humanidade: “E agora cabe esperar que o outro dos dois “poderes celestiais”, o Eros eterno, faça um esforço para consolidar-se na luta contra seu inimigo, igualmente imortal. Mas quem pode prever o desenlace?” (1929[1930], p. 140).

REFERÊNCIAS

Obras de Sigmund Freud consultadas⁴⁰

FREUD, S. **De guerra y muerte. Temas de actualidad** . Vol. XIV, 1915a.

_____. **El malestar en la cultura**. Vol. XXI, 1930[1929].

_____. **El problema económico del masoquismo**. Vol. XIX, 1924.

_____. **El Yo y el Ello**. Vol. XIX, 1923.

_____. **Fetichismo**. Vol. XXI, 1927.

_____. **Introducción del Narcisismo**. Vol. XIV, 1914.

_____. **Mas allá del Principio de Placer**. Vol. XVIII, 1920.

_____. **Moisés y la religion monoteísta**. Vol. XXII, 1939[1934-38]

_____. **Pegan a un niño**: Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales. Vol. XVII, 1919.

_____. **Por qué la guerra?**. Vol. XXII, 1933[1932].

_____. **Psicologia de las Masas y Análisis del Yo**. Vol. XVIII, 1921.

_____. **Pulsiones y Destinos de Pulsion**. Vol. XIV, 1915b.

_____. **Tres Ensayos de Teoria Sexual**. Vol. VII, 1905.

⁴⁰ Inspirado na Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 6023. Optou-se por citar a data de publicação original e, entre colchetes, a data de escrita do texto em questão, como é praxe na comunidade psicanalítica. Todos os textos foram consultados na edição das obras completas em espanhol publicada pela Ed. Amorrortu, Buenos Aires, em 2004.

Outras obras consultadas⁴¹

ARENDT, H. **Eichmann à Jérusalem**. Paris: Gallimard, 2002a.

_____. **Le système totalitaire**: les origines du totalitarisme. Paris: Seuil, 2002c.

_____. **Responsabilité et jugement**. Paris: Payot & Rivages, 2005.

_____. **Sur l'antisémitisme**: les origines du totalitarisme. Paris: Calmann-Lévy, 2002b.

BENSOUSSAN, G. (Org.). **Des voix sous la cendre**. Paris : Calmann-Lévy/Memorial de la Shoa, 2005.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BROWNING, C. **Des hommes ordinaires**. Paris: Tallandier, 2007.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. Reflexions on the Connexions between Perversion and Sadism. **Journal of Psycho-Analysis**, 1978.

DERRIDA, J. **États d'âme de la Psychanalyse**. Paris: Galilée, 2000.

DONNARD, V. **Du meurtre au sacrifice**: psychanalyse et dynamique spirituelle. Paris: Cerf, 2009.

EIGUER, A. **Nouveaux Portraits du Pervers Moral**. Paris: Dunod, 2005.

_____. **Petit Traité de Perversions Morales**. Paris: Bayard, 1997.

FERRAZ, F. C. **Perversão**. 4^a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

⁴¹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

GARCIA-ROZA, L.A. **O mal radical em Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GONÇALVES FLHO, J. M. A invisibilidade pública (prefácio). In: COSTA, F. B. **Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

_____. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

GOLDHAGEN, D. J. **Les bourreaux volontaires de Hitler: Les allemands ordinaires et l'holocauste**. Paris: Seuil, 1997.

GREEN, A. **Le Discours Vivant**. Paris: PUF, 2004

_____. Pourquoi le Mal?. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**, Paris, n. 38, p. 239-261, automne 1988. Numéro sobre *Le mal*.

_____. **Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?** Paris: Panama, 2007.

_____. **Pulsion de mort, narcissisme négatif, fonction désobjectalisante**. In: FÉDÉRATION EUROPÉENNE DE PSYCHANALYSE. La pulsion de mort: Premier Symposium de la Fédération Européenne de Psychanalyse. Paris: PUF, 1986.

HIMMLER, H. **Discours secrets**. Paris: Gallimard, 1978.

HOESS, R. **Le commandant d'Auschwitz parle**. 2^{ème} éd. Paris: la Découverte, 2005.

KANT, I. **La religion dans les limites et la simple raison**. Paris: J. Vrin, 2004.

KLEMPERER, V. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LA BOÉTIE, E. **Discours de la servitude volontaire**. Paris: Flammarion, 1983.

LALANDE, A. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris: PUF, 1996.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. **Vocabulaire de la Psychanalyse**. 4^e. éd. Paris: PUF, 2004.

LEVI, P. **Les Rescapés et les Naufragés**. Paris: Gallimard, 1989.

_____. **Si c'est un homme**. Paris: Julliard, 1987.

LÉVINAS, E. **Éthique et Infini**. Paris: Fayard, 1982

MIJOLLA, A. (Ed.). **Dictionnaire international de la psychanalyse**. Paris: Hachette Littératures, 2005.

MIJOLLA-MELLOR, S. **Crueldade do feminino**. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2005a.

MIJOLLA-MELLOR, S. Barbarie, cruauté ou sadisme?. In: **La barbarie aujourd'hui, mythe et réalité**. Nantes: Cécile Defaut, 2005b, p 47-60.

NAHOUM-GRAPPE, V. Violence et cruauté. In: **La barbarie aujourd'hui, mythe et réalité**. Nantes: Cécile Defaut, 2005, p 79-99.

MÜLLER, F. **Eyewitness Auschwitz: three years in the gas chambers**. Chicago: Ivan R. Dee Publisher, 1999.

RACAMIER, P.C. **Le Génie des Origines: Psychanalyse et psychoses**. Paris: Payot & Rivages, 1992.

ROUDINESCO, E. ; PLON, M. **Dictionnaire de la psychanalyse**. 3^{ème} Éd. Paris: Arthème Fayard, 2006.

ROUSSET, D. **Les jours de notre mort**. Paris: Hachette Littératures, 1993.

SILVA JUNIOR, N. **Sintoma e mal estar na cultura: sobre a recodificação mercantil do psiquismo e seus efeitos**. [S.d.]

TODOROV, T. **A conquista da América**. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WELZER, H. **Les Exécuteurs**: des hommes normaux aux meutriers de masse. Paris: Ed. Gallimard, 2007.

WIESEL, E. **Night**. New York: Bantam Books, 1982.